

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Rafaela Rios

**ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**Santa Maria, RS
2016**

Rafaela Rios

**ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Área de concentração em Inovação e Sustentabilidade na Gestão Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Medianeira Flores Costa

**Santa Maria, RS
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rios, Rafaela
Análise do Plano de Permanência de Estudantes da
Universidade Federal do Pampa / Rafaela Rios.- 2016.
182 p.; 30 cm

Orientador: Vânia Medianeira Flores Costa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2016

1. Assistência Estudantil 2. Ensino Superior 3.
Políticas Públicas 4. Educação 5. Avaliação I. Costa, Vânia
Medianeira Flores II. Título.

Rafaela Rios

**ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Área de concentração em Inovação e Sustentabilidade na Gestão Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em 15 de agosto de 2016:

Vânia Medianeira Flores Costa, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

João Fernando Zamberlan, Dr. (UNICRUZ)

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, tenho a agradecer a Deus, pela oportunidade concedida e por me mostrar o valor do tempo, da vida e das relações.

À professora Vania, minha profunda admiração. Quis ser sua aluna na graduação, mas o tempo me reservou algo ainda melhor, ser minha professora no mestrado e ser minha orientadora. Agradeço por acreditar na relevância deste trabalho e por te me dado autonomia. Além disso, obrigada por realmente se importar (comigo e com todos). Não é à toa que essa postura generosa e profissional atraia muitos alunos ao Grupo de Pesquisa. Obrigada por ser exigente e por conseguir me deixar tranquila nos momentos de tensão.

Aos meus amados colegas e amigos da PRAEC, vocês deram real sentido à palavra coleguismo. Obrigada pelo suporte durante minhas ausências e pela torcida. Em especial, à Simone Oliveira, obrigada por incentivar minha qualificação e por abraçar a proposta do projeto; e Melissa Vargas, nunca vou me esquecer do apoio no “mutirão” da inscrição.

À Eliane Pereira Nunes, obrigada por insistir para que eu concorresse ao Mestrado, devia ter te ouvido antes! Obrigada pelas conversas, em que trocamos ideias sobre o projeto.

Aos colegas de instituição Rita Berni e Ricardo Lemos, obrigada pela generosidade. Igualmente, agradeço à Elenara Lami e ao Bruno Martinato pela ajuda em relação aos trâmites: como sempre, puder contar com vocês.

Aos professores Evandro Guindani e Elisângela Maia Pessoa e à equipe da PROPESQ, obrigada pela atenção e pela agilidade em relação à homologação e ao registro do projeto.

À professora Ulrika Arns, minha gratidão pela autorização do projeto. Tens para sempre minha admiração e carinho.

Aos atuais gestores da PRAEC Sandro Burgos e Cristóvão Almeida, obrigada pela compreensão. Espero que, com esse trabalho, eu possa retribuir a PRAEC e a UNIPAMPA pelo tanto que me oportunizaram.

À minha família, com quem sempre posso contar. Meu especial agradecimento para minha tia Dinamar e minha vó Teresa, e para os meus irmãos,

por sempre cuidarem de mim e por sempre me apoiarem. Dedico este trabalho ao meu pai, sei que ficaria feliz por mim.

Aos colegas de mestrado e aos membros do Grupo de Pesquisa em Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional, obrigada pelos bons momentos de convivência e pela disponibilidade. Kalú, Sheila, Bruno, Jeferson, Samia, Dimmy, Rita, Gean, Andressa, Marcus, Talita, Joice, etc, muito obrigada.

Ao Mauricio, que vivenciou o Mestrado comigo, obrigada pelo companheirismo e pelo carinho.

Aos meus amigos, obrigada pela força e por sempre estarem presentes na minha vida. E aos amigos que são ou que foram alunos da UNIPAMPA, obrigada também por prontamente responderem ao questionário.

Aos professores João, Jairo, Lúcia e Marcelo, primeiramente grata pela disponibilidade. Aos professores Jairo, João e Lúcia, obrigada pelas contribuições, seja na qualificação e/ou na defesa, e por serem tão inspiradores e gentis.

Ao PPGOP/UFSM e aos professores, muito obrigada pela oportunidade e pelo intenso aprendizado. Sinto-me tão privilegiada. Espero que mais colegas possam também se qualificar, pois este curso é muito relevante para a gestão pública.

Ao professor Breno e à secretaria do PPGOP/UFSM, em especial ao Roni, obrigada pelas orientações.

Aos participantes da pesquisa: profissionais dos NuDEs, gestores das IFEs e principalmente aos alunos, muito obrigada por terem dedicado seu tempo para contribuir com a pesquisa. Agradeço ainda aos alunos que, além de responderem ao questionário, também proferiram palavras de apoio e desejaram sucesso. Expresso também meu agradecimento especial ao Vladson, cujas observações resultaram em valiosas adequações no questionário.

Peço desculpas se porventura me esqueci de mencionar alguém. Mas fico feliz por estar rodeada de pessoas incríveis, que me deram o apoio necessário neste momento de desafio pessoal e profissional.

RESUMO

ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

AUTORA: Rafaela Rios

ORIENTADORA: Vânia Medianeira Flores Costa

Considerando o advento e a ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e sua exigência quanto à fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação pelas universidades federais, esta pesquisa tem por temática as ações subsidiadas pela política de assistência estudantil. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA em termos de promover resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão dos alunos da instituição. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, com uma abordagem quali-quantitativa, e de caráter exploratório-descritivo, com as seguintes fontes de evidências: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e questionário. O instrumento de coleta foi estruturado com base em cada sujeito da pesquisa: beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA no período 2009-2015 (alunos regulares e egressos); Pró-Reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das IFES; Pró-Reitores de Graduação e de Assistência Estudantil da UNIPAMPA; e representantes dos NuDEs, que são os setores responsáveis pela materialização das ações de assistência estudantil na IFE estudada. Em relação aos estudantes beneficiários do Plano de Permanência, obteve-se 543 participações, superando a amostra mínima calculada (367 alunos) para a população definida (4.478 alunos), sendo que foram disparados em torno de 4.605 emails. Os questionários relativos aos gestores de assistência estudantil foram enviados às 63 IFES brasileiras, obtendo-se 14 retornos, incluindo da UNIPAMPA. Não houve retorno da Pró-Reitoria de Graduação da IFE estudada. Obteve-se 8 respostas de profissionais dos NuDEs. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e pelo método de Análise de Conteúdo, partindo-se para as conclusões. Como resultados, verificou-se que não foram encontradas informações nos sites ou estas foram insuficientes sobre a forma com que as IFES avaliam suas ações de permanência, com vistas ao cumprimento do Decreto 7234/2010-PNAES, no que tange ao seu Artigo 5º, que estabelece que “cabe às instituições federais de ensino superior fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”. Os resultados indicam que as ações realizadas no Plano de Permanência contribuem para promover resultados quanto à permanência e ao sucesso acadêmico dos alunos, mas não são os únicos fatores a serem considerados pela gestão. Concluiu-se que as IFES estão avançando na implementação de mecanismos para acompanhar e avaliar a execução do PNAES.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Ensino Superior. Avaliação.

ABSTRACT

ANALYSIS OF STUDENTS STAY PLAN OF FEDERAL UNIVERSITY PAMPA

AUTHOR: Rafaela Rios

ADVISOR: Vânia Medianeira Flores Costa

Considering the advent and the expansion of the National Programme of Student Assistance (PNAES), and its requirement as the establishment of mechanisms for monitoring and evaluation by the federal universities, this research is thematic actions subsidized by student assistance policy. This study aimed to analyze the actions performed in Permanence Plan UNIPAMPA in terms of promoting results regarding permanence, avoidance, retention and completion of the institution's students. Therefore, there was a case study with a qualitative and quantitative approach, as well as exploratory and descriptive, with the following sources of evidence: literature, documentary research, participant observation and questionnaire. The instrument was structured based on each research subject: beneficiaries of UNIPAMPA the Stay Plan in the period 2009-2015 (regular and former students); Deans of student assistance (or equivalent) of IFES; Deans of Graduate and Student of UNIPAMPA assistance; and representatives of NUDEs, which are the sectors responsible for the materialization of student assistance actions in the study IFE. For the beneficiary students Permanence Plan, 543 shares were obtained, exceeding the calculated minimum sample size (367 students) for the defined population (4,478 students), and around 4,605 emails were fired. The questionnaires for student assistance managers were sent to 63 Brazilian IFES, yielding 14 returns, including UNIPAMPA. There was no return of the Dean of Undergraduate study IFE. Considering professionals of nudes, 8 answers were obtained. Data analysis was performed using descriptive statistics and the content analysis method, starting for the conclusions. As a result, it was found that no information was found on the websites or these were insufficient on the way the IFES evaluate their permanence actions, with a view to compliance with Decree 7234/2010-PNAES, with respect to its Article 5, which states that "it is for the federal higher education institutions establish mechanisms for monitoring and evaluation of PNAES". The results indicate that the actions taken in Permanence Plan contribute to promoting results as residence and academic success of students, but they are not the only factors to be considered by management. It was concluded that the IFES are advancing in the implementation of mechanisms to monitor and evaluate the implementation of PNAES.

Keywords: Students' Assistance. Higher Education. Evaluation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Unidades da UNIPAMPA	39
Figura 2 – Gráfico com a evolução de matrículas na graduação	41
Figura 3 – Triangulação de dados	67
Figura 4 – Resultado por sujeitos da pesquisa.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinção Conceitual entre Eficácia, Eficiência e Efetividade	27
Quadro 2 – Etapas do Ciclo de Programas Sociais.....	27
Quadro 3 – Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil	33
Quadro 4 – Cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA	39
Quadro 5 – Finalidades e Objetivos da Assistência Estudantil.....	45
Quadro 6 – Caracterização das equipes dos NuDEs	47
Quadro 7 – Síntese das ações de Assistência Estudantil e Comunitária	50
Quadro 8 – Descrição dos Programas do Plano de Permanência	53
Quadro 9 – Critérios de inclusão dos sujeitos na pesquisa.....	62
Quadro 10 – Comparação entre os questionários dos gestores e NuDEs	63
Quadro 11 – Síntese dos procedimentos metodológicos	66
Quadro 12 – Estrutura do questionário dos alunos	70
Quadro 13 – Cursos de graduação dos participantes	77
Quadro 14 – Motivos para a evasão	83
Quadro 15 – Motivos da reprovação	87
Quadro 16 – Dificuldades de Aprendizagem.....	88
Quadro 17 – Motivos do trancamento	90
Quadro 18 – Motivos de escolha do curso	93
Quadro 19 – Motivos de escolha da UNIPAMPA	94
Quadro 20 – Motivos por não atuar na profissão	100
Quadro 21 – Dificuldades para cursar.....	104
Quadro 22 – Trabalho de acompanhamento dos NuDEs.....	106
Quadro 23 – Importante para garantir a permanência.....	107
Quadro 24 – Satisfação quanto ao NUDE.....	108
Quadro 25 – Aspectos negativos do Plano de Permanência.....	109
Quadro 26 – Pretensão em permanecer na região	111
Quadro 27 – Atrativos para a permanência na cidade.....	112
Quadro 28 – Principais atividades realizadas pelos NuDEs.....	119
Quadro 29 – Demandas e dificuldades dos alunos	121
Quadro 30 – Desafios da política de assistência estudantil	125
Quadro 31 – Ações de permanência das IFES	131
Quadro 32 – Identificação do gestor por IFE.....	133
Quadro 33 – Critérios que regem as ações de Permanência.....	134
Quadro 34 – Mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.....	135
Quadro 35 – Principais resultados e conclusões da avaliação.....	136
Quadro 36 – Importância da criação e/ou adoção de instrumentos	137
Quadro 37 – Registros sobre a situação acadêmica.....	138
Quadro 38 – Acompanhamento de aluno com baixo rendimento acadêmico	139
Quadro 39 – Causas da evasão e/ou retenção pelos beneficiários	140
Quadro 40 – Papel do Gestor Público segundo os Gestores	142
Quadro 41 – Desafios da Política de Assistência Estudantil	143
Quadro 42 – Conhecimento sobre os Jovens Alunos	144
Quadro 43 – Benefícios da política de assistência estudantil.....	145
Quadro 44 – Questões específicas para o gestor da UNIPAMPA.....	146
Quadro 45 – Contribuições Finais	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB <i>per capita</i> do Estado x municípios do RS.....	43
Tabela 2 – Participação da UNIPAMPA no PNAES	49
Tabela 3 – Alunos x Beneficiários em Junho de 2015	54
Tabela 4 – Dados gerais da pesquisa com os alunos	67
Tabela 5 – Resultado por região e por universidade federal	68
Tabela 6 – Resultado por NuDE	69
Tabela 7 – Participação na pesquisa	74
Tabela 8 – Perfil dos alunos	74
Tabela 9 – Campus do participante	77
Tabela 10 – Turno do curso	80
Tabela 11 – Origem do aluno.....	80
Tabela 12 – Vínculo com a UNIPAMPA.....	81
Tabela 13 – Ocorrência e tipo de evasão	82
Tabela 14 – Período da evasão.....	82
Tabela 15 – Tempo de conclusão do curso.....	85
Tabela 16 – Primeiro emprego na área de formação	86
Tabela 17 – Ocorrência de Reprovação	87
Tabela 18 – Ocorrência de dificuldade de aprendizagem.....	88
Tabela 19 – Ocorrência de Trancamento	89
Tabela 20 – Ocorrência de Reopção	91
Tabela 21 – Reopções por campus	91
Tabela 22 – Conclusão de curso de reopção	92
Tabela 23 – Interesses em um possível retorno à UNIPAMPA	95
Tabela 24 – Trabalho na graduação.....	96
Tabela 25 – Situação atual de trabalho	97
Tabela 26 – Categorias do campo Outros da questão 29	97
Tabela 27 – Tipo de organização de trabalho.....	98
Tabela 28 – Renda mensal dos alunos.....	99
Tabela 29 – Situação socioeconômica	99
Tabela 30 – Estatística da questão 33.....	100
Tabela 31 – Influência do PP.....	101
Tabela 32 – Como conheceu o PP.....	102
Tabela 33 – Ano como beneficiário	102
Tabela 34 – Ocorrência de desligamento no PP	103
Tabela 35 – Clareza no desligamento	103
Tabela 36 – Reingresso após desligamento.....	104
Tabela 37 – Avaliação Geral.....	114
Tabela 38 - Perfil dos NuDEs	115
Tabela 39 – Cargos e setores dos respondentes	129
Tabela 40 - Perfil dos gestores das IFES	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Assessoria de Comunicação Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSUNI	Conselho Universitário
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS
DGAAE	Divisão de Gestão e Avaliação da Assistência Estudantil
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IFE	Instituição Federal de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ISE	Índice Socioeconômico
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NInA	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
NTIC	Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação
NuDE	Núcleo de Desenvolvimento Educacional
NuDEs	Núcleos de Desenvolvimento Educacional
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAE	Programa de Acompanhamento de Egressos
PAPE	Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos
PBI	Programa de Apoio à Instalação Estudantil
PBP	Programa Bolsas de Permanência
PBP MEC	Programa de Bolsa Permanência do MEC
PDA	Programa de Desenvolvimento Acadêmico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
PP	Plano de Permanência
PPGOP	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas
PRAEC	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Comunitária
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação
PROMESO	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
RECONVERSUL	Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU	Restaurante Universitário
RUs	Restaurantes Universitários
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIPPEE	Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URCAMP	Universidade Regional da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	MARCO TEÓRICO	25
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO	25
2.1.1	Avaliação de Políticas Públicas	26
2.1.2	O papel do Gestor Público	30
2.2	PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	31
2.2.1	Avaliação do PNAES	34
3	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	37
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	37
3.2	A REGIÃO DE INSERÇÃO DA UNIPAMPA	42
3.3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA	44
3.4	PLANO DE PERMANÊNCIA	50
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
4.1	CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	57
4.2	OBJETO DE ESTUDO	58
4.3	ASPECTOS ÉTICOS	58
4.4	POPULAÇÃO E AMOSTRA	59
4.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	62
4.6	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	65
4.7	DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	70
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	73
5.1	ALUNOS	73
5.1.1	Dados Específicos de Perfil	74
5.1.2	Trajetória Acadêmica	76
5.1.2.1	<i>Identificação acadêmica</i>	76
5.1.2.2	<i>Evasão</i>	81
5.1.2.3	<i>Diplomação</i>	85
5.1.2.4	<i>Retenção</i>	86
5.1.2.5	<i>Avaliação Institucional</i>	93
5.1.3	Situação de trabalho	95
5.1.4	Assistência Estudantil	101
5.1.5	Avaliação Geral	113
5.2	REPRESENTANTES DOS NuDEs	115
5.3	GESTORES DAS IFES E DA UNIPAMPA	126
5.3.1	Consulta aos sites das IFES	126
5.3.2	Gestores das IFES	128
5.4	SÍNTESE E CRUZAMENTO DOS RESULTADOS	146
6	CONCLUSÕES	151
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	167
	APÊNDICE B – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	168
	APÊNDICE C – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	169
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE PERMANÊNCIA DA UNIPAMPA	170
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES	174

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DE GRADUAÇÃO DA UNIPAMPA.....	175
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PARA OS REPRESENTANTES DOS NUDES.....	176
APÊNDICE H – CONSULTA AOS SITES DAS IFES.....	177
ANEXO A - DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.234/2010 REFERENTE AO PNAES.....	181

1 INTRODUÇÃO

Para muitos brasileiros, a educação apresenta-se como uma possibilidade concreta de mobilidade social. Para Peixoto (2004), a inclusão social de camadas desfavorecidas da população se tornou uma pauta prioritária para as políticas públicas, na perspectiva da expansão e democratização do acesso ao ensino superior, e no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais do país.

Para essa mesma autora, além de definir o grau de desenvolvimento de uma nação, a educação é determinante no processo de construção da cidadania, por isso, deve-se prover aos indivíduos condições tanto para a geração de empregos e para a qualificação com vistas à inserção no mercado de trabalho, como também para que possam “participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída” (PEIXOTO, 2004, p.11).

Azambuja (2010) salienta que foram vários os esforços governamentais com o objetivo de democratizar o ensino superior. Oliveira, et al. (2012) citam alguns destes esforços de ampliação das medidas de acesso, como a implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção da política de ações afirmativas (cotas raciais e sociais) e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E, Azambuja (2010) cita, inclusive, que o REUNI possibilitou a criação da UNIPAMPA na metade sul do Rio Grande do Sul.

Contudo, conforme explica Malacarne (1997), mesmo nos casos de instituições públicas, os custos para a subsistência do aluno e/ou àqueles relativos à sua formação podem inviabilizar sua permanência na universidade. Assim, é fundamental que o poder público viabilize assistência ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de políticas públicas, a fim de evitar a descontinuidade dos estudos. Nessa perspectiva, Azambuja (2010) comenta que os programas de assistência estudantil vêm ganhando destaque na conjuntura nacional, como condição necessária para o sucesso da política de democratização do ensino.

Considerando a ampliação nos investimentos em assistência estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e o estabelecido em sua legislação, o Decreto Presidencial nº 7234/2010, no que tange à fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES pelas instituições federais

de ensino superior (Art. 5º), esta pesquisa tem por temática as ações subsidiadas pela política de assistência estudantil.

A questão principal que este trabalho discute foi a seguinte: “O Plano de Permanência da UNIPAMPA está promovendo resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão de curso dos alunos desta instituição?”. E o objetivo geral da pesquisa é analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA em termos de promover resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão do curso dos alunos da instituição.

Em termos conceituais, a retenção ocorre quando o aluno permanece na universidade por mais tempo do que o normal do curso. Já a evasão ocorre quando o aluno deixa o curso de graduação sem concluí-lo (GAIOSO, 2005; SILVA, 2011 apud COLVERO e JOVINO, 2014). Segundo Silva (2011) e Colvero e Jovino (2014), há três tipos de evasão no ensino superior: a microevasão (evasão do curso), a mesoevasão (evasão da instituição) e a macroevasão (evasão do sistema universitário). Em outras palavras, para Colvero e Jovino (2014), na microevasão o aluno se desliga do seu curso e ingressa em outro curso na mesma instituição, o que gera um déficit apenas ao curso; na mesoevasão ocorre a perda definitiva do vínculo institucional, o que gera déficit não apenas para o curso, como também para a instituição de ensino; já na macroevasão ocorre o desligamento total com o sistema superior de ensino, pela saída ou abandono dos estudos.

Como o trabalho aborda o conceito de egresso, convém definir o termo. Dentre a diversidade de concepções do termo na literatura, Brandalise (2012) cita Pena (2000), que assume que o termo caracteriza todo ex-aluno, incluindo além dos formados, as categorias de diplomados, desistentes, transferidos e jubilados. Assim, adota-se sua forma usual, referindo-se ao aluno que não pertence mais à universidade, abrangendo tanto os alunos que concluíram o curso quanto àqueles que evadiram por algum motivo.

A partir do objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos:

- a) analisar como as Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (IFES) realizam as ações de permanência;
- b) analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA na perspectiva dos alunos e institucionalmente;
- c) realizar um comparativo entre a avaliação da UNIPAMPA e o das IFES;

- d) analisar aspectos como evasão, retenção e colação de grau dos alunos participantes do estudo;
- e) verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete no desempenho acadêmico dos alunos participantes do estudo;
- f) verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete na inserção profissional e regional dos alunos participantes do estudo;
- g) propor melhorias para o Plano de Permanência da UNIPAMPA.

Além da relevância e atualidade do tema, tendo em vista que não se pode falar em sucesso na democratização de ensino sem um esforço paralelo para viabilizar a permanência dos alunos (RIOS, 2011), pretende-se adicionar novo ângulo a essa pesquisa: o olhar do administrador. Assim, além das pesquisas em áreas tais como Educação (MALACARNE, 1997; VARGAS, 2008; ADACHI, 2009; MICHELAN et al., 2009; SANTOS e CERQUEIRA, 2009; MACHADO, 2010; ARAÚJO e LEITE, 2011; FERNANDES, 2012; ALVES, 2013; ASSIS, 2013; RAMALHO, 2013; SINDER e PEREIRA, 2013), Psicologia Social (MOURÃO, 2007), Serviço Social (ROCHA, 2008; ANGELIM, 2010; AZAMBUJA, 2010; KOWALSKI, 2012; RAMOS, 2012; MAGALHÃES, 2013; GAZOTTO, 2014) e Sociologia (SANCHES, 2013), pretende-se contribuir com os estudos na área de Administração e Gestão Pública ou Políticas Públicas (JANNUZZI, 2005; ARAÚJO e BEZERRA, 2007; ALVES, 2010; ALVES, 2011; ARAÚJO, 2011; RIOS, 2011; CARVALHO, 2013), considerando o papel estratégico deste profissional nas organizações, sejam públicas ou privadas.

Verificou-se, ainda, que dentre os estudos e pesquisas encontradas, não é comumente realizado o cruzamento entre avaliação de políticas de assistência estudantil ao acompanhamento de egressos, ao que se propõe este estudo ao englobar os beneficiários já egressos, como forma complementar de averiguar o rebatimento da política de permanência na vida destes sujeitos.

Entende-se que todo processo de avaliação torna-se significativo como fonte de análise de resultados e busca por visibilidade às políticas públicas. No âmbito das políticas de assistência estudantil, o estudo vem contemplar uma aproximação com os sujeitos destes direitos, ou seja, os 43,7% dos estudantes das IFES que são da classe C, D e E (ANDIFES, 2011; FONAPRACE, 2012) e os 50,52% dos estudantes da classe C, D e E que são da UNIPAMPA (NABARRO, 2012), classes populares que se materializam em egressos oriundos das universidades públicas, bem como

alunos que de alguma maneira possam vivenciar problemas de retenção de vaga e/ou evasão. No caso da UNIPAMPA, uma universidade *multicampi*, inserida em uma região do estado que sofre um processo de estagnação, diferentes são os problemas inerentes à realidade social, estrutural, cultural, econômico e político de cada município que incide na forma como cada aluno se insere no seu processo de formação, utilizando o recurso de permanência.

Conforme Araújo (2011, p. 26), “o público interessado em um estudo avaliativo sobre uma prática de assistência estudantil desenvolvida por uma Instituição Federal de Ensino Superior é extenso”, sendo difícil abordar todos os públicos em uma pesquisa. Em seu estudo, este autor exemplifica estes públicos interessados neste tipo de pesquisa e potencialmente sujeitos: o governo federal, a sociedade em geral, a Reitoria da universidade, os conselhos superiores, o órgão responsável pela assistência estudantil, os alunos bolsistas, os alunos ex-bolsistas, os familiares e os pais dos bolsistas, os alunos não bolsistas, os docentes, outras universidades federais e órgãos de controle (como o Tribunal de Contas da União), e descreve os aspectos de interesse para cada um destes públicos.

Nesta pesquisa foram escolhidos os seguintes sujeitos: os alunos beneficiários do Plano de Permanência, os pró-reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das universidades federais, os pró-reitores de graduação e de assistência estudantil da UNIPAMPA e os representantes dos Núcleos de Desenvolvimento Educacionais (NUDEs) da UNIPAMPA.

Com a contribuição dos respondentes pretende-se, sobretudo, beneficiar as organizações participantes, fornecendo subsídios para o aprimoramento das ações de assistência estudantil desenvolvidas e de seu processo de avaliação. A pesquisa também visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento e, dessa forma, também estimular novas pesquisas sobre as temáticas abordadas.

Como o foco deste trabalho é a avaliação de um programa de assistência estudantil, discute-se, inicialmente, sobre a avaliação de uma política pública no âmbito da educação e na perspectiva do PNAES. E, depois, faz-se uma caracterização da instituição objeto da pesquisa, de sua região de inserção e de sua política de assistência estudantil, dando-se destaque ao seu Plano de Permanência. Logo após, são apresentados os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, seus resultados, as considerações finais do estudo e as referências utilizadas.

2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo abordam-se as políticas públicas na educação e o papel do gestor público. A seguir, apresenta-se um breve histórico da política de assistência estudantil no País, particularmente com o advento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Neste capítulo, são tecidas ainda considerações a respeito da evasão e da retenção de alunos, e do acompanhamento de egressos.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

Na literatura, de acordo com Rodrigues (2011) encontram-se diversas definições de políticas públicas, baseadas nos múltiplos referenciais teóricos (marxismo, elitismo, pluralismo, neoinstitucionalismo) e atores políticos (Estado, gestores públicos, sociedade civil organizada, cidadão comum). Para Dias (2012), é inegável, porém, que as políticas públicas afetam em diversos aspectos a nossa vida cotidiana, tais como saúde, educação, questões fiscais e monetárias, dentre outras.

Embora não haja um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, apresentam-se alguns conceitos gerais. Para Secchi (2012, p. 2) uma política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Já para Dias (2012, p. 17) são “ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”.

Angelim (2010, p. 2) comenta que “um dos desafios atuais é tornar a assistência estudantil uma política pública, superando sua condição atual de programa de governo que, como se sabe, é um terreno fértil para o assistencialismo e fisiologismo político, avançando na concepção de direito de cidadania”.

Com base em Rodrigues (2011, p. 46), o modelo dos ciclos (ou processos de gestão) das políticas públicas vem “sendo amplamente discutido pelos especialistas como forma simples de compreender o processo de formação das políticas”.

De acordo com esse modelo, as políticas públicas são concebidas como um *processo*, composto por um conjunto de atividades (“etapas” ou “estágios”) que visam atender às demandas e interesses da sociedade. Essas atividades constituem-se de sistemas complexos de decisões e ações, tomadas por parte da autoridade legítima (ou instituições governamentais), de acordo com a lei. Entre essas atividades estão: preparação da decisão política, *agenda setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação (RODRIGUES, 2011, p. 47)

Neste trabalho, interessa entender a etapa de avaliação. Para Sanches (2013, p. 1),

a avaliação é uma etapa de grande importância no que concerne o acompanhamento de programas sociais. Porém, muitas vezes, é relegado a um segundo plano ou mesmo apresenta deficiência de instrumentos metodológicos que possam verificar se tal programa está alcançando seus objetivos. A avaliação deve, com efeito, dar subsídios para a correção de rumos ou mesmo a mudança total na forma como um programa social está sendo executado. Assim, a avaliação não deve ser realizada somente ao final do processo, pois corre o risco de verificar tardiamente problemas que poderiam ter sido resolvidos anteriormente.

Nesta linha, cabe citar Cohen e Franco (1993), que subdividem a avaliação em dois momentos: “avaliação *ex-ante*”, realizada antes da implementação de um projeto; e “avaliação *ex-post*”, que pode ser realizada durante ou após a implementação de um projeto. Nesta pesquisa, emprega-se a abordagem de avaliação “*ex-post*”.

A seguir, discorre-se sobre a avaliação na perspectiva das políticas públicas.

2.1.1 Avaliação de Políticas Públicas

Na avaliação de programas sociais (dentre as quais se inclui as políticas no âmbito da educação), Mourão (2007) explica que é importante a definição de indicadores, que devem ser objetivamente mensuráveis ou verificáveis, para de fato avaliar os resultados obtidos. Para essa autora, os indicadores são “medidas explícitas e objetivamente mensuráveis de mudanças induzidas” (p. 6). Cita ainda que existem vários critérios de avaliação, cada qual requerendo um enfoque diferente, como por exemplo, a eficiência, a eficácia e a efetividade.

Rua (2009) realiza uma distinção conceitual entre Eficiência, Eficácia e Efetividade, conforme descrito e exemplificado no Quadro 1. Assim, enquanto eficiência trata de processos, a eficácia se ocupa de resultados, e a efetividade analisa impactos.

Quadro 1 – Distinção Conceitual entre Eficácia, Eficiência e Efetividade

Eficácia	Relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos). Exemplo: 100% do número previsto de crianças vacinadas.
Eficiência	Relaciona produtos com seus custos (financeiros, humanos, tempo). Exemplo: Custo por criança/vacina 2% menor que o custo médio dos últimos cinco anos. Todos os prazos previstos cumpridos.
Efetividade	Relaciona produtos com seus efeitos na realidade que se quer transformar, ou seja, consequências. Exemplo: redução da incidência da doença "X" em 90%.

Fonte: Rua (2009, p. 118).

Para Jannuzzi (2005) é imprescindível conhecer a realidade social do público-alvo, para adequar as estratégias e ações, no desenvolvimento de programas sociais. No Quadro 2 são retratadas as quatro etapas do ciclo de programas sociais, segundo Jannuzzi (2005), e como devem ser os indicadores em cada uma destas etapas. Observa-se que, no caso da avaliação, estes indicadores devem revelar a eficácia e a efetividade dos programas.

Quadro 2 - Etapas do Ciclo de Programas Sociais

Etapa	Tipos e propriedades	Fonte de dados predominante
Elaboração do diagnóstico Indicadores que permitam "retratar" a realidade social	Ampla escopo temático Ampla desagregabilidade geográfica e populacional Validade de <i>Constructo</i> Boa confiabilidade	Censos demográficos Pesquisas amostrais
Formulação de programas E seleção de alternativas Indicadores que orientem objetivamente a tomada de decisão	Indicadores sintéticos Indicadores multicritérios Tipologias de situações sociais	Censos demográficos Pesquisas amostrais
Implementação/Execução Indicadores que permitam "filmar" o processo de implementação dos programas formulados e a eficiência	Esforço (insumos/processos) Atualidade/Regularidade Sensibilidade Especificidade	Registros administrativos Registros gerados nos procedimentos dos próprios programas
Avaliação Indicadores que permitam "revelar" a eficácia e efetividade social dos programas	Resultados e impactos Distância das metas (déficits sociais) Tipologias (boas práticas, etc)	Pesquisas amostrais Registros administrativos Grupos focais Pesquisas de egressos e de participantes no programa

Fonte: Jannuzzi (2005, p. 148).

Cada vez mais a avaliação, conforme Sanches (2013, p.4), “se torna importante como fonte de análise dos resultados de determinados projetos sociais, seja público, seja privado”. Além da prestação de contas com órgãos de fomento e com a sociedade (transparência), o autor comenta ainda que a avaliação tem sido condição necessária para a captação e liberação de recursos, e por isso, a avaliação deve debruçar-se no rigor dos procedimentos metodológicos de coleta e de análise de dados.

Estes conceitos fazem parte do cotidiano da Administração, o que denota a importância do papel deste profissional também em áreas como a gestão educacional. De modo muito pertinente, Sanches (2013, p. 3) esclarece, contudo, que estes conceitos oriundos da administração ainda causam estranheza “quando distantes do universo corporativo”. Assim, para esse autor, no processo educacional, a avaliação sempre esteve presente, mas apenas no sentido de avaliar o aprendizado de um modo geral. O que ocorre na universidade pública seria um reflexo do que ocorre em outras esferas. Outras ferramentas de avaliação ainda são pouco exploradas, como a auto avaliação e a avaliação externa, e sofrem com a resistência e a falta de continuidade.

Constata-se, na literatura, que a avaliação de políticas de assistência estudantil nem sempre está contemplada nos estudos com egressos e em estudos voltados à retenção, evasão e rendimento acadêmico dos estudantes. A pesquisa com os egressos dos cursos de graduação tem sido utilizada, sobretudo, para avaliar a qualidade dos cursos. Segundo Sinder e Pereira (2013, p. 1), “a literatura no campo da avaliação institucional aponta para a existência de poucas informações acerca dos egressos [...] no País”.

Michelan, et al. (2009) busca evidenciar o tema para além da avaliação e da caracterização de egressos, explorando assim as potencialidades e possibilidades da gestão de egressos. Apesar de não incluir a questão da assistência estudantil, esta abordagem abre horizontes. Com Vargas (2008) encontram-se subsídios que denotam a relevância de considerar a gestão de egressos na avaliação de programas de assistência estudantil.

Sanches (2013) cita um estudo realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que se constatou que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico, quando comparados aos demais. Neste estudo revela-se, aliás, que os estudantes beneficiários “concluíram

seus cursos em menor tempo e apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula” (p. 9).

Outros estudos semelhantes, realizados pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), demonstraram, segundo Sanches (2013, p. 9) que “os estudantes de baixa condição socioeconômica, que fazem parte de algum programa de apoio nessas instituições, tiveram rendimento acadêmico superior aos demais estudantes”.

A UNIPAMPA está em fase de implantação de seu Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE). Os primeiros resultados devem ser conhecidos pela comunidade a partir de 2015, segundo informações da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN). Os egressos dos anos de 2012 e 2013 (formados da graduação e pós-graduação) receberam o instrumento de pesquisa por *e-mail*. Este primeiro levantamento obteve 25,28% de participação dos egressos contatados e abordou aspectos como inserção profissional no mercado de trabalho, diagnóstico de necessidades formativas e interesse na continuidade dos estudos acadêmicos por meio de cursos de pós-graduação (UNIPAMPA, 2015).

Em relação a indicadores acadêmicos verificou-se, a partir do Relatório de Gestão 2014 da UNIPAMPA, que “o ano de 2014 foi marcado pela temática evasão, incluindo-se aqui a retenção escolar [...]” (Relatório de Gestão 2014, p. 72), com a realização de reuniões e encontros com vários segmentos envolvidos com o ensino de graduação. Com apoio do Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) da UNIPAMPA, dados importantes foram delineados, como os cursos com maior evasão e maior reingresso de estudantes. Consta ainda que “está sendo feito um levantamento do perfil dos alunos desistentes a fim de encontrar similaridades existentes entre eles. Isso possibilitará a adoção de medidas preventivas por parte da gestão da Universidade [...]” (Relatório de Gestão 2014, p. 72).

Quando à retenção consta neste Relatório referente aos componentes curriculares o que segue,

o problema dessa modalidade de retenção, principalmente aquelas relacionadas às ciências exatas, é, possivelmente, um dos fatores que desmotivam o aluno e contribuem para a evasão. A retenção em um ou

mais componentes curriculares não permite que o estudante evolua no curso, consumindo, além do necessário, os recursos institucionais, sobrecarregando a demanda por docentes nos componentes curriculares básicos iniciais do curso e inviabilizando, muitas vezes, o ingresso de novos acadêmicos pelos editais complementares (RELATÓRIO DE GESTÃO 2014, p. 72).

Neste sentido mostra-se, novamente, a importância de se conhecer as reais causas que levam ao fraco desempenho acadêmico, a fim de delinear estratégias de enfrentamento.

2.1.2 O Papel do Gestor Público

Considerando a importância do gestor público na condução das políticas públicas, discorre-se, nesta subseção, sobre seu papel em um contexto de mudanças na administração pública brasileira. Cabe esclarecer, primeiramente, que um administrador ou gestor público é um servidor público investido de um cargo de gerenciamento. Muitos destes cargos são assumidos por profissionais de outras áreas (SOARES, OHAYON e ROSENBERG, 2009). Isto é, profissionais que nem sempre apresentam conhecimentos administrativos. Oliveira et al. (1995 apud SOARES, OHAYON e ROSENBERG, 2009, p. 2) defendem, contudo, que isso “não deve desestimular a busca de um melhor conhecimento sobre o trabalho do administrador, bem como suas habilidades e desempenho”.

Isto posto, o gestor público assume um compromisso fundamental com a sociedade e com o desenvolvimento do país, ao se tornar responsável pelo bom funcionamento das organizações públicas. Albarello (2006, p. 52) explica que “a visão do administrador público se concentra na qualidade da prestação de serviços, sendo que os objetivos e respectivos resultados devem estar relacionados aos interesses sociais”.

Para Barros (2009, p. 7), “o gestor público tem o papel de integrar sua equipe, exigindo eficiência e eficácia na prestação de serviços, agregando novos valores à administração pública em prol de serviços públicos de qualidade”.

Como atribuições, Sachs, Lopes e Dowbor (2010 apud REIS e MATOS, 2012, p. 299) consideram que “o gestor público é o responsável por assessorar, planejar, tramitar nos processos deliberativos e decisórios, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas [...]”. Este compromisso do gestor público com a

qualidade do serviço público é reflexo da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro¹, que propõe a substituição do modelo burocrático pela moderna administração gerencial na administração pública.

Segundo Bresser-Pereira (2009 apud SOARES, OHAYON e ROSENBERG, 2009, p. 4), esta reforma

adota uma abordagem gerencial da administração pública, porque segue o modelo de gestão das empresas privadas, defendendo uma maior autonomia e responsabilização dos órgãos públicos, como forma de atingir uma maior eficiência e qualidade.

Neste sentido, Rios (2011, p. 15) analisa que o conceito de foco no cliente foi transposto para a esfera pública como “administração voltada para o cidadão”. Conforme Bergue (2010 apud RIOS, 2011), o novo modelo de gestão pública abriu as portas para conceitos e práticas gerenciais, como gestão pela qualidade, produtividade, economicidade, racionalização, desempenho, prestação de contas, planejamento estratégico, gestão por programas, ouvidorias etc.

A seguir aborda-se a política de assistência estudantil, e como se dá sua avaliação segundo os dispositivos legais.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A política governamental de democratização do acesso ao ensino superior, vigente a partir de 2007, segundo Azambuja (2010) e Rios (2011), possibilitou o amplo ingresso de estudantes de camadas sociais menos favorecidas economicamente.

É necessário prover condições não apenas para que haja geração de empregos e para que os indivíduos estejam qualificados para se inserirem no mercado de trabalho, como também para que eles possam participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída. Nesse sentido, nos seus diversos aspectos (pobreza, etnia, gênero, etc), a inclusão social se insere entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição de cidadania plena e de consolidação da democracia em bases justas (PEIXOTO, 2004, p. 11).

¹ Idealizada por Bresser Pereira na década de 90, então ministro da Fazenda da Administração Pública e Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (REIS e MATOS, 2012)

Dentre as medidas adotadas, para Azambuja (2010) e Rios (2011), encontra-se o lançamento, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que

permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (PDE, 2007, p. 26).

A Pesquisa Nacional do Perfil Discente, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário e Estudantis (FONAPRACE) no ano de 2010, revelou que 43,7% dos estudantes das Universidades Federais pertencem às classes C, D e E (ANDIFES, 2011; FONAPRACE, 2012), ou seja, que quase a metade dos estudantes pertence às classes populares.

Mesmo nos casos de instituições públicas, que para Malacarne (1997) teoricamente não há custos presentes para o aluno, os custos para a subsistência do aluno e/ou àqueles relativos à sua formação podem inviabilizar sua permanência na universidade.

Para Araújo e Bezerra (2007, p. 2) a “gratuidade do ensino é uma condição necessária, mas não suficiente, para que os alunos com baixa renda possam frequentar a universidade e atender às exigências acadêmicas [...]”. Assim, é fundamental que o poder público viabilize assistência ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de políticas públicas.

Para Santos e Cerqueira (2009, p.1) o “processo de democratização se iniciou pela ampliação do número de vagas, e não experimentou, na mesma proporção, a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos”.

As discussões acerca da relevância da política de assistência estudantil se intensificaram nos últimos anos. Conforme Alves (2013), a pressão do FONAPRACE², em parceria com os estudantes, levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e a partir de então, a política de assistência ganha espaço permanente na agenda governamental e recebe recursos específicos para assistir aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

² Criado em 1987 para assessorar a ANDIFES e fortalecer a política estudantil (ALVES, 2013)

Em 12 de dezembro de 2007, foi instituído o PNAES, pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da Portaria nº 39/2007. E, em 19 de julho de 2010, a Presidência da República emitiu o Decreto nº 7.234/2010, que se tornou o marco nacional para esta política.

O PNAES tem por objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar a desigualdade social e regional; agir preventivamente nas situações de retenção e evasão; viabilizar a igualdade de oportunidades, promover a inclusão social pela educação; e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico (Decreto nº 7.234/2010).

O PNAES atribui às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil. Estipula, contudo, as áreas em que estas ações devem ser desenvolvidas: moradia; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Decreto nº 7234/2010). Já no Quadro 3 constam as áreas consideradas estratégicas pelo FONAPRACE para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, apresentadas por linhas temáticas e com a sugestão de órgãos que devem estar envolvidos na execução (ANDIFES, 2008).

Quadro 3 – Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil
(continua)

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	-Moradia -Alimentação -Saúde (física e mental) -Transporte -Creche -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	- Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	- Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico	- Assuntos Estudantis -Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais

Quadro 3 – Áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil
(conclusão)

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Cultura, Lazer e Esporte	- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química	- Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: extraído de ANDIFES (2008, p.16)

Devem ser atendidos pelo PNAES os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio nacional (Decreto nº 7.234/2010). Além destes critérios, as instituições federais de ensino superior podem fixar outros requisitos. Importante observar que este decreto também estabelece que “deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]” (Decreto nº 7234/2010, Art. 3º), rompendo com o caráter assistencialista da política, e inserindo-a na práxis acadêmica.

Desde sua criação, as IFES recebem anualmente recursos do PNAES para desenvolver as ações de assistência estudantil. A cada ano, há um incremento no investimento em assistência estudantil, através do PNAES. Por isso, a avaliação destes programas, assim como dos programas sociais no geral, permite verificar se de fato atendem ao interesse da população atendida, bem como denotam transparência na utilização do recurso público.

2.2.1 Avaliação do PNAES

No decreto do PNAES, cabe à instituição federal de ensino superior definir os critérios e o método de seleção dos alunos a serem beneficiados, bem como criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução do Programa.

Para Sanches (2013), os avanços quanto ao financiamento e a amplitude dos programas de assistência estudantil são perceptíveis, mas alerta para o fato de que não há clareza quanto às metodologias de avaliação do Programa. No FONAPRACE identifica-se que este é um dos desafios:

[...] desafio que o FONAPRACE deve enfrentar de imediato é a elaboração de instrumentos e indicadores de avaliação do PNAES em cada uma das instituições federais (p.186).

Já para Assis, et al. (2013, p.140),

Para adequar os serviços oferecidos ao orçamento e à necessidade dos alunos, é fundamental uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política. Para isso, as instituições devem criar e definir conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores para promover sua Autoavaliação (SOBRINHO, 2003). Segundo o FONAPRACE (2012), também é fundamental que a avaliação inclua a opinião dos discentes e demais pró-reitorias, de forma continuada, sobre a dinâmica dos serviços e os projetos realizados.

Neste sentido, Arcoverde (2010 apud AZAMBUJA, 2010, p.53) e Rios (2011, p.17) salienta que não bastam esforços de ampliação dos investimentos em assistência, sem um esforço de planejamento e análise, monitoramento e avaliação, necessários à execução da política pública, para que os objetivos sejam alcançados.

No próximo capítulo, caracteriza-se a instituição objeto do estudo.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Neste capítulo apresenta-se a instituição objeto do estudo, o que auxilia na contextualização do problema de pesquisa. Sendo assim, o capítulo apresenta quatro seções: caracterização da instituição; caracterização de sua região de inserção; apresentação de sua política de assistência estudantil, com uma visão geral das ações que compõem esta política e; de forma mais detalhada, de seu Plano de Permanência. Para esta sistematização, foram consultados documentos oficiais disponibilizados no portal eletrônico da UNIPAMPA, tais como os relatórios de gestão, os relatórios orçamentários da PROPLAN, as principais legislações e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) faz parte de uma política do Governo Federal de ampliação e interiorização da educação superior, conhecida por Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), conforme mencionado no PDI, do período 2014-2018, aprovado pela Resolução nº 71/2014, do Conselho Universitário (CONSUNI).

Neste sentido, a UNIPAMPA veio com o propósito de minimizar o processo de estagnação na “metade sul” do Estado do Rio Grande do Sul, transformando a realidade dessa região através da educação. Veio ainda para promover a integração da fronteira do Brasil com o Uruguai e com a Argentina (PDI 2014-2018).

Sua preocupação formativa, calcada no protagonismo social, está expressa no perfil definido para os egressos:

A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (PDI 2014-2018, p.40).

A apresentação da instituição, em seu portal, reforça que, além de concretizar uma reivindicação antiga da população, esta universidade permitirá aos jovens

permanecer em sua região de origem e ajudar a impulsionar o progresso de sua região, na medida em que dispõem de uma formação de qualidade.

Em retrospecto histórico, Azambuja (2010) recorda que, inicialmente, lutou-se pela federalização da Universidade Regional da Campanha (URCAMP), a partir de mobilização nos municípios da área de abrangência da URCAMP, e diante desta impossibilidade, trabalhou-se na perspectiva da criação de uma nova universidade.

O atendimento a este pleito foi anunciado em julho de 2005, em ato público em Bagé-RS, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já em novembro de 2005 foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), visando a implantação desta nova universidade (PDI 2014-2018).

A UNIPAMPA iniciou suas atividades em setembro de 2006, contudo, foi instituída oficialmente pela Lei nº 11.620, de 11 de janeiro de 2008, como fundação pública (PDI 2014-2018). A lei de criação, ao estabelecer os objetivos da universidade, especifica sua área de atuação:

ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (Lei nº 11.620/2008, Art. 2º).

Sendo assim, a UNIPAMPA está presente em dez unidades acadêmico-administrativas, situadas nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Os órgãos de Reitoria se encontram, em sua maioria, na cidade de Bagé, sede da universidade.

Portanto, a Estrutura Organizacional da UNIPAMPA, estabelecida em seu Estatuto, compreende a Administração Superior (descentralizada, mas com sede e foro em Bagé-RS), as Unidades Universitárias e demais Órgãos (PDI 2014-2018). A Portaria nº 900, de 5 de maio de 2016 (consta no Boletim de Serviço da UNIPAMPA Ano IX nº 244 Edição Extraordinária de 16 de maio de 2016), traz a estrutura organizacional detalhada e atualizada.

A Figura 1 ilustra a localização destas unidades no mapa do Rio Grande do Sul, as quais estão situadas em cidades da metade sul do Estado.

Figura 1 – Unidades da UNIPAMPA



Fonte: extraído do Portal da UNIPAMPA (2015)

No início de sua implantação, a UNIPAMPA ofertava 27 cursos de graduação (PDI 2014-2018). A partir do portal da UNIPAMPA e informações do e-MEC, foram listados os 63 cursos de graduação oferecidos em 2015 pela instituição, os quais foram organizados por unidade acadêmica, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA

(continua)

Campus	Curso de graduação	Tipo
Alegrete	Ciência da Computação	Bacharelado
	Engenharia Agrícola	
	Engenharia Civil	
	Engenharia de Software	
	Engenharia de Telecomunicações	
	Engenharia Elétrica	
	Engenharia Mecânica	
Bagé	Engenharia de Alimentos	Bacharelado
	Engenharia de Computação	
	Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente	
	Engenharia de Produção	
	Engenharia Química	
	Física	Licenciatura
	Letras – Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Literaturas	
	Letras – Português e literaturas de língua portuguesa	
	Matemática	
	Música	
Química		

Quadro 4 – Cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA

(conclusão)

Campus	Curso de graduação	Tipo
Caçapava do Sul	Ciências Exatas	Licenciatura
	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado
	Geofísica	
	Geologia	
	Mineração	Tecnológico
Dom Pedrito	Agronegócio	Tecnológico
	Ciências da Natureza	Licenciatura
	Educação do Campo	
	Enologia	Bacharelado
	Zootecnia	
Itaqui	Agronomia	Bacharelado
	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	
	Engenharia de Agrimensura	Licenciatura
	Matemática	
Nutrição	Bacharelado	
Jaguarão	Gestão de Turismo	Tecnológico
	História	Licenciatura
	Letras – Português (modalidade EaD)	
	Letras – Português, Espanhol e respectivas literaturas	
	Pedagogia	Bacharelado
Produção e Política Cultural		
S. Livramento	Administração	Bacharelado
	Ciências Econômicas	
	Direito	Tecnológico
	Gestão Pública	
	Relações Internacionais	Bacharelado
São Borja	Ciências Humanas	Licenciatura
	Ciências Sociais – Ciência Política	Bacharelado
	Jornalismo	
	Publicidade e Propaganda	
	Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural	
Serviço Social		
São Gabriel	Biotecnologia	Bacharelado
	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Ciências Biológicas	
	Engenharia Florestal	Bacharelado
	Gestão Ambiental	
Uruguaiana	Aquicultura	Tecnológico
	Ciências da Natureza	Licenciatura
	Educação Física	
	Enfermagem	Bacharelado
	Farmácia	
	Fisioterapia	
	Medicina Veterinária	

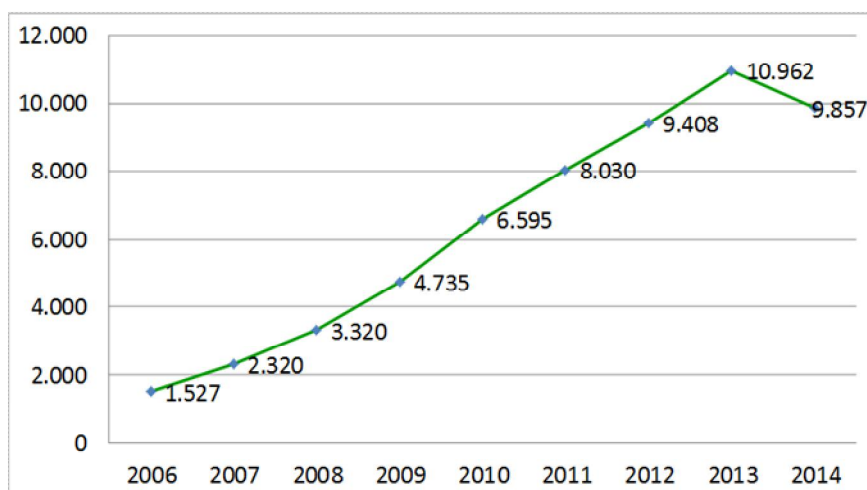
Fonte: e-MEC e portal da UNIPAMPA (2015).

O processo seletivo para ingresso nesta universidade é descrito em sua Carta de Serviços ao Cidadão (2014, p.8):

O processo seletivo regular é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), e de editais de ingresso específico, lançados pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para fins de classificação. As vagas são disponibilizadas nos regimes de ampla concorrência (47% das vagas) e para ações afirmativas estabelecidas pela Lei Federal nº 12.711/2012 (50% das vagas). Além disso, há também ações afirmativas estabelecidas pela Universidade, dentre elas consta a de reserva de vagas para estudantes com deficiência (3% das vagas).

Com base nos dados de março de 2016, obtidos a partir do portal da UNIPAMPA, a instituição apresenta 12.214 alunos de graduação. Apresenta-se, na Figura 2, o quantitativo de matriculados ao longo dos anos 2006-2014, a fim de ilustrar o processo de expansão pelo qual a universidade vem passando.

Figura 2 – Gráfico com a evolução de matrículas na graduação



Fonte: apresentação institucional da ACS (2014).

A instituição oferece ainda 2 cursos de doutorado, 11 cursos de mestrado e 28 especializações, que somam 1.189 alunos de pós-graduação. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos: a instituição apresenta 810 docentes, 848 técnico-administrativos e 438 terceirizados (UNIPAMPA, 2016³).

Com base nos dados do PDI 2014-2018, os recursos financeiros da UNIPAMPA provêm do Orçamento Geral da União, conforme Lei Orçamentária

³ Disponíveis no portal da UNIPAMPA

Anual (LOA), e de receitas diretamente arrecadadas. Outra parcela dos recursos advém de créditos extraordinários do Governo Federal, de emendas parlamentares, de doações, de convênios, etc, de outros órgãos federais como, por exemplo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), dentre outras legalmente previstas.

3.2 A REGIÃO DE INSERÇÃO DA UNIPAMPA

Conforme mencionado, a UNIPAMPA está inserida na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS).

A Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, localizada no extremo meridional do país, apresenta a maior área fronteiriça do MERCOSUL e é composta por 106 municípios, ocupando uma área de 153.879km², e com uma população residente de cerca de 2.600.000 habitantes, conforme dados do Censo 2000, equivalente a cerca de 52% do território gaúcho e 25% da população do Estado (ETGES, 2013, p.6).

Conforme Hoff, Martin e Sopeña (2011), a região de inserção da UNIPAMPA abarca dois COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que contempla regiões geopolíticas do Estado do RS): a Região Fronteira Oeste e a Região da Campanha.

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do Estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do Estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito (UNIPAMPA, 2009, p. 7).

Com dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) (<http://www.fee.rs.gov.br/>), encontra-se na Tabela 1 o PIB *per capita* dos municípios de abrangência da UNIPAMPA, em que verifica-se que se encontram abaixo do PIB *per capita* do Estado do RS no mesmo período (2012).

Tabela 1 – PIB *per capita* do Estado x Municípios do RS

Localidade	PIB <i>per capita</i>
Rio Grande do Sul	R\$ 25.779,21
Alegrete	R\$ 17.866
Bagé	R\$ 14.252
Caçapava do Sul	R\$ 15.754
Dom Pedrito	R\$ 20.621
Itaqui	R\$ 24.252
Jaguarão	R\$ 16.403
Santana do Livramento	R\$ 14.091
São Borja	R\$ 24.011
São Gabriel	R\$ 16.135
Uruguiana	R\$ 25.242

Fonte: Dados da FEE (2012).

Apesar de estar estagnada em termos sociais, estruturais, econômicos e educacionais, a região apresenta potencialidades:

vários fatores que indicam potencialidades para diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros (UNIPAMPA, 2009, p. 7).

Conforme Coronel (2007 apud HOFF, MARTIN E SOPEÑA, 2011), a Metade Sul do RS está incluída em objetivos de desenvolvimento regional de âmbito federal, pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (do Ministério da Integração Nacional), e também foi inserida em programas específicos de desenvolvimento nacional, como o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL) e o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO).

Assim, outra frente de “intervenção na realidade regional foi a implantação de universidade federal, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a partir de 2006, com o objetivo principal de alterar a realidade do desenvolvimento percebida na Metade Sul do RS” (HOFF, MARTIN E SOPEÑA, 2011, p. 159). Estes autores se reportam à lei de criação da Unipampa (Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008), onde está expresso este compromisso regional.

Hoff, Martin e Sopeña (2011), ao discorrer sobre este papel das universidades como promotoras, transformadoras ou catalisadoras do desenvolvimento local e regional, citam Andrade et al. (1980), Bosi (1998), Gonçalves (1998), Bandeira (1999), Mathis (2001), Lopes (2003), Goebel e Miura (2004), Stemmer (2006), Veiga (2006), Friedhilde e Liberato (2008), e apresentam, por meio de Wiltgen (1991) e Silva (2001), um resumo das contribuições a partir da instalação da universidade:

[...] pode-se esperar que a universidade contribua com o desenvolvimento regional em aspectos como: a) demanda pessoal e movimentação recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades; b) propicia o desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, construindo e socializando conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciando a eficiência da estrutura espacial da economia regional; c) gera necessidade de modificação da infraestrutura local relacionada a habitação, transporte, lazer, serviços públicos, entre outros tipos de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade; d) no seu entorno tendem a instar-se outras universidades e estabelecimentos de conveniência (empresas de fotocópia, livrarias, papelarias, lanchonetes, etc.); e) propicia o surgimento de um ambiente de inovação, através da disponibilização de suporte científico e tecnológico; f) proporciona um aumento da produtividade, através do desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo (WILTGEN, 1991 e SILVA, 2001 apud HOFF, MARTIN e SOPEÑA, 2011, p. 263).

Assim, “sem perder sua autonomia”, a UNIPAMPA “deve estar comprometida com o esforço de fortalecimento das potencialidades e com a superação das dificuldades diagnosticadas” (UNIPAMPA, 2009, p. 8), calcada no conhecimento da realidade local e na interação com os atores locais. Além disso, com a universidade criam-se oportunidades aos jovens para permanecer na região e impulsionar seu progresso, freando o êxodo para centros urbanos maiores.

3.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA

Na UNIPAMPA, a política de assistência estudantil é “considerada de extrema importância [...] por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção” (PDI 2014-2018, p. 57).

Nos termos do PDI 2014-2015, a universidade reconhece o impacto desta política na comunidade acadêmica e para o alcance de objetivos institucionais.

Contudo, observa que “[...] se depara com o desafio de implementar ações no conjunto de sua estrutura *multicampi*” (Relatório de Gestão 2014, p. 99), devendo, por isso, atuar de forma articulada com os vários setores e unidades.

A política de assistência estudantil da UNIPAMPA está alinhada ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e, por conseguinte, pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC/SESU, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No âmbito institucional foi aprovada a Resolução nº 84, em 30 de outubro de 2014, pelo CONSUNI, que estabelece as diretrizes gerais para execução da política na universidade. Com esta resolução, as novas ações planejadas e/ou em execução foram regulamentadas e as normativas que existiam até então foram revisadas, reunindo-se, em um documento único, a política de assistência estudantil na UNIPAMPA. O documento resultou de uma consulta aos segmentos acadêmicos.

Destaca-se no Quadro 5 o que a Resolução estabelece em termos de finalidades e objetivos da política de assistência estudantil na UNIPAMPA.

Quadro 5 – Finalidades e Objetivos da Assistência Estudantil

Política AE	Descrição
Finalidades	I. inclusão universitária, na perspectiva da igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos discentes, proporcionando o acesso de estudantes e a continuidade dos estudos a todos os alunos de graduação, incluindo igualmente os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao Ensino Superior Público;
	II. democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações de assistência estudantil;
	III. equidade na atenção aos educandos, considerando as especificidades dos programas e da estrutura multicampi da UNIPAMPA;
	IV. compromisso de apoio às formas de participação da comunidade universitária e de organização dos educandos, de acordo com o Estatuto da Universidade;
	V. redução do tempo médio de permanência dos estudantes na graduação, implementando ações que favoreçam a permanência deles na Universidade até a conclusão do Curso.
Objetivos	I. articular o ingresso dos estudantes na Universidade, em articulação com as demais políticas institucionais;
	II. identificar necessidades e propor planos, programas, projetos e ações de apoio à comunidade universitária, em consonância com as demais políticas institucionais que assegurem aos estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico;
	III. contribuir na redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Na UNIPAMPA, o órgão responsável por materializar a política de assistência estudantil é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), a qual está lotada fisicamente nas dependências do *Campus* de São Borja. A PRAEC foi criada em abril de 2008, inicialmente como Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Portaria nº 31/2008, publicada no Boletim de Serviço da UNIPAMPA, ano I, nº 04, maio/2008). Ainda em 2008 passou à pró-reitoria adjunta, de acordo com o “princípio da descentralização administrativa da UNIPAMPA”. (Relatório de Gestão 2008, p.15). E, a partir de 2010, deixou de ser adjunta (Portaria 745/2010), auferindo maior autonomia.

Conforme foi apresentado em seu site, a PRAEC contou em 2015 com uma equipe técnica formada por três assistentes sociais (no qual se inclui a Coordenadora de Assuntos Estudantis), três administradores, três assistentes em administração, uma secretária executiva, uma pedagoga, uma psicóloga, uma enfermeira, um nutricionista e um técnico desportivo.

Integram ainda a equipe a Pró-Reitora e o Coordenador de Assuntos Comunitários, ambos docentes do *Campus* de São Borja, respectivamente, dos cursos de Serviço Social e de Relações Públicas. Esta proximidade com os cursos de Serviço Social e de Comunicação já renderam boas parcerias para a PRAEC, além de ser um relevante campo de estágio para os acadêmicos. Cabe citar que o Coordenador de Assuntos Comunitários passou a Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários ao final de 2015, com o encerramento da gestão 2012-2015.

Considerando a estrutura *multicampi* da universidade, em cada unidade acadêmica foi implantado um Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), responsável pelo apoio pedagógico e pela assistência estudantil *in loco*. Em interação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), o NuDE atua no enfrentamento cotidiano das demandas dos alunos e dos docentes do campus.

As ações que focalizam a permanência dos estudantes, especificamente, na melhora das condições, tem sido desempenhadas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), órgão constituído de forma multidisciplinar, responsável pelo atendimento de docentes e discentes dos *campi* na área do desenvolvimento educacional. O NuDE visa qualificar o trabalho pedagógico e estudantil, a partir das demandas apresentadas [...] realizando ações em duas frentes: a) apoio à aprendizagem, desenvolvida por professores de diferentes cursos, além da instituição do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico e; b) Bolsa de Permanência, para

auxiliar os estudantes na sua fixação e manutenção com relação à moradia, alimentação e transporte (Relatório de Gestão 2014, p. 78).

Os NuDEs também “[...] assumiram a operacionalização das ações de acompanhamento aos estudantes, incluindo o atendimento àqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Relatório de Gestão 2014, p. 41). Nesse sentido, cabe citar que, na instituição, cabe ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NIInA), em articulação com as demais Unidades da Universidade, através dos NuDEs, tratar da política de inclusão e acessibilidade. Criado em 2008, na PRAEC, o NIInA passou a ser vinculado diretamente à Reitoria, conforme Portaria 367/2013 (PDI 2014-2018).

No âmbito dos NuDEs, inicialmente houve a implantação do quadro de Assistentes Sociais, em 2010, e a partir disso, outros profissionais foram se inserindo, pois “a universidade avança no sentido de desenvolver projetos que assegurem a totalidade do atendimento ao discente” (PDI 2014.2018, p. 58).

Atualmente, esta equipe multiprofissional é formada principalmente por pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e assistentes sociais, como observa-se no Quadro 6.

Quadro 6 – Caracterização das equipes dos NuDEs
(continua)

Campus	Composição da equipe
Alegrete	1 técnica em assuntos educacionais 2 assistentes sociais 1 pedagoga 1 tradutora e intérprete de libras 1 fonoaudióloga
Bagé	2 técnicos em assuntos educacionais 2 assistentes sociais 1 pedagoga 1 assistente administrativo 1 psicólogo
Caçapava do Sul	1 técnico em assuntos educacionais 2 assistentes sociais 1 pedagoga
Dom Pedrito	1 técnica em assuntos educacionais 1 assistente social 1 pedagoga
Itaqui	2 técnicos em assuntos educacionais 1 assistente social 1 pedagoga
Jaguarão	1 assistente social 1 assistente administrativo

Quadro 6 – Caracterização das equipes dos NuDEs
(conclusão)

Campus	Composição da equipe
Santana do Livramento	1 técnica em assuntos educacionais 1 assistente social 1 pedagoga 1 tradutora e intérprete de libras 1 administrador
São Borja	1 técnica em assuntos educacionais 1 assistente social 1 pedagoga
São Gabriel	1 técnico em assuntos educacionais 1 assistente social 1 pedagoga 2 assistentes administrativos
Uruguaiana	1 técnico em assuntos educacionais 2 assistentes sociais 1 pedagoga

Fonte: elaborado pela autora.

Este levantamento foi realizado em 2015 a partir dos sites das unidades, exceto em Uruguaiana, cuja informação obteve-se em outro site⁴ que não o oficial do campus, e em Caçapava do Sul, Jaguarão e Itaqui, cuja informação foi obtida somente por meio eletrônico ou telefônico. Este estudo repercutiu na atualização dos sites dos NuDEs e da PRAEC.

A ampliação e a diversificação do quadro de pessoal refletem a ampliação e a diversificação das ações da política de assistência estudantil.

A ampliação da assistência estudantil tem sido um imperativo norteador da gestão como um todo, bem como a diversificação das ações para abarcar a formação integral do educando, e não apenas, tão somente, a assistência básica [...], a fim de se assegurar que o resultado seja atendido: permanência sem retenção e sucesso acadêmico (PDI 2014-2018, p. 64).

Araújo e Leite (2011, p. 781) corroboram com essa visão, ao afirmarem que “a efetivação de uma política de assistência aos estudantes não deve se restringir apenas ao atendimento de necessidades básicas referentes à subsistência”. Para estes autores, “urge o fortalecimento de uma formação ética, humanista e crítica, condição imprescindível para sua inserção nas transformações sociais desejáveis” (p. 781).

⁴ Link <https://sites.google.com/site/nudeuruguaiana/>

Azambuja (2010) também lembrava que os primeiros programas criados nesta instituição foram os de repasse de renda com condicionalidades. Dentro das possibilidades orçamentárias, estes programas foram expandidos em relação ao número de concessões de auxílios e reajustes foram realizados nos valores das modalidades de auxílios. Atualmente, também têm sido empreendidos esforços para a implantação dos restaurantes universitários e das moradias estudantis, nas dez unidades universitárias. Ações nas áreas de saúde física e mental, esporte, lazer, etc, também estão sendo desenvolvidas (PDI 2014-2018).

As ações da política de assistência estudantil são custeadas, principalmente, com recursos advindos do PNAES, havendo complementação da universidade, com recursos próprios, para atender as necessidades dos alunos, conforme expresso em sua Resolução:

A execução da Política de Assistência Estudantil é custeada pelos recursos advindos da rubrica do PNAES (Decreto 7234/10-PNAES), por recursos do orçamento da UNIPAMPA e de suas pró-reitorias e pela captação de recursos de programas específicos do Governo Federal, devendo ser compatibilizada a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentário-financeiras existentes (Resolução nº 84/2014, Art. 133).

Na Tabela 2 observa-se o crescimento no aporte de recursos providos do PNAES para a UNIPAMPA, passando de R\$ 604.800,00 em 2009, para R\$ 8.482.899,00 em 2015.

Tabela 2 – Participação da UNIPAMPA no PNAES

ANO	VALOR PNAES
2009	R\$ 604.800,00
2010	R\$ 3.000.000,00
2011	R\$ 2.557.938,00
2012	R\$ 4.979.124,00
2013	R\$ 5.981.951,00
2014	R\$ 7.452.518,00
2015	R\$ 8.482.899,00

Fonte: Relatórios Orçamentários da PROPLAN (2009-2015)

De acordo com a Resolução, a política de assistência estudantil da UNIPAMPA tem a seguinte composição: o Plano de Permanência, composto pelos Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, Programa de Moradia

Estudantil João de Barro, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche; o Programa de Desenvolvimento Acadêmico; o Programa de Apoio à Instalação Estudantil; o Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos; o Programa de Ações Afirmativas; o Programa Coração de Estudante; o Programa de Apoio à Cultura, ao Esporte e à Formação Complementar; e o Programa de Mobilidade Acadêmica. (Resolução nº 84/2014, Artigo 5º).

As ações implementadas estão descritas sucintamente no Quadro 7, com base na Resolução nº 84/2014 e no site da PRAEC.

Quadro 7 – Síntese das ações de Assistência Estudantil e Comunitária

Ação/Programa	Descrição
Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA)	concessão de bolsas a acadêmicos para realização de atividades de formação acadêmica
Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI)	concessão de auxílio aos estudantes ingressantes e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de facilitar sua instalação na cidade de seu Campus
Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE)	concessão de auxílio para viabilizar e incentivar a participação de estudantes em eventos
Programa de Ações Afirmativas	por meio desta ação, é realizado acompanhamento de um estudante indígena, cujo ingresso tem promovido a interculturalidade e o diálogo de saberes
Programa Coração de Estudante	promove ações culturais e de atenção à saúde física e emocional
Programa Tecendo Cultura	no âmbito deste programa, a cada dois meses são ofertados pratos típicos brasileiros nos Restaurantes Universitários, pelo projeto Saberes e Sabores
Programa de Apoio ao Esporte, ao Lazer e à Formação Complementar	no âmbito deste programa, são promovidas atividades esportivas, como os Jogos Universitários
Plano de Permanência (PP)	consiste na concessão de benefícios de assistência básica (alimentação, moradia e transporte) aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, o que envolve o pagamento de auxílios financeiros e o acesso aos Restaurantes Universitários e à vagas na Moradia Estudantil

Fonte: elaborado pela autora.

Na seção a seguir apresenta-se de forma mais detalhada o Plano de Permanência.

3.4 PLANO DE PERMANÊNCIA

A UNIPAMPA instituiu o Programa Bolsas de Permanência, usualmente conhecido por PBP, por meio da Instrução Normativa nº 5, em 19 de maio de 2009.

Com a aprovação da Resolução nº 84, em 30 de outubro de 2014, este programa passou a ser denominado Plano de Permanência (e identificado por PP), tendo em vista que, devido à inauguração dos restaurantes universitários e da moradia estudantil, não ficou mais restrito ao repasse de auxílios financeiros.

Conforme esta Resolução, as finalidades do Plano de Permanência são:

I - favorecer a permanência dos estudantes da UNIPAMPA até a conclusão do curso; II - diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições econômicas desfavoráveis; e III - reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes na graduação (Resolução nº 84/2014, Art. 8º).

Este Plano consiste na concessão de benefícios de assistência básica (alimentação, moradia e transporte) aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação (exceto os casos de trancamento total de matrícula), em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção deste aluno para além do tempo normal de conclusão do curso (Resolução nº 84/2014, Art. 6º).

Anualmente, é lançado um edital que possibilita aos alunos solicitarem os benefícios do Plano de Permanência, cujos critérios gerais para concorrer são: estar matriculado nos cursos de graduação em, no mínimo, 20 (vinte) créditos semanais, salvo exceções; preencher o formulário de inscrição via sistema; comprovar renda familiar mensal *per capita* de até um salário mínimo e meio nacional⁵; apresentar os documentos comprobatórios da composição familiar, renda, situação patrimonial, situação de residência, e situação acadêmica, de modo previsto no edital; e comprovar estar cursando a primeira graduação (Resolução nº 84/2014, Art. 10).

Na Resolução (no Art. 13) constam os principais critérios considerados para fins de seleção, tais como a renda bruta familiar mensal e o número de dependentes desta renda, dentre outros. Com base na análise combinada destes fatores, é gerado um Índice Socioeconômico (ISE), a partir do qual é estabelecida uma ordem de classificação geral dos inscritos, no conjunto das dez unidades.

Verificou-se, pelos editais, que os fatores de ranqueamento passaram a ser explicitados em edital desde 2013. Observa-se também que, a partir de 2013, os processos seletivos para o Programa de Apoio à Instalação Estudantil e para o Plano de Permanência passaram a ser unificados, deflagrados em edital único.

⁵ Em conformidade ao Artigo 5º do Decreto nº 7.234/2010-PNAES

No processo de seleção, a avaliação da situação socioeconômica do candidato é feita pelo NuDE, sendo central a figura do assistente social.

Os benefícios do Plano de Permanência podem ser renovados até dois semestres além da duração mínima do curso, desde que respeitados os critérios de manutenção, que são:

I. não exceder o limite máximo de renda *per capita* do grupo familiar de até 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional; II. apresentar a documentação solicitada nos períodos de avaliação socioeconômica e/ou acadêmica [...]; III. apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% [...] dos créditos matriculados no semestre anterior, e não apresentar reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior; IV. estar regularmente matriculado nos cursos de graduação em, no mínimo, 20 (vinte) créditos semanais, salvo quando: a) for formando; b) no semestre vigente, não forem ofertados créditos suficientes para completar a carga horária semanal exigida; c) for aluno ingressante por processo seletivo complementar nas modalidades Reopção ou Transferência Voluntária; V. atender aos agendamentos de entrevista(s) e/ou visita domiciliar pelo Assistente Social, sob pena de suspensão automática do auxílio, sem possibilidade de pagamento retroativo, ou desligamento do Programa em caso de reincidência ou não atendimento ao profissional supracitado (Resolução nº 84/2014, Art. 14)

Com vistas à renovação, todos os beneficiários passam por reavaliação acadêmica e socioeconômica. A avaliação referente aos critérios acadêmicos é realizada semestralmente e a avaliação socioeconômica anualmente. No caso de não satisfazer o desempenho acadêmico, o aluno beneficiário deve passar por acompanhamento social e/ou pedagógico de seu NuDE (Resolução nº 84/2014).

O PP é composto pelos seguintes programas: Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, Programa de Moradia Estudantil João de Barro, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche.

Com base na Resolução nº 84/2014, no Relatório de Gestão 2014 e no site da PRAEC, segue descrição destes Programas no Quadro 8.

Quadro 8 – Descrição dos Programas do Plano de Permanência

Programa	Descrição
Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa	Concessão de subsídio à alimentação aos estudantes (almoço e janta). Nos campi com RU, o aluno atendido pelo Plano de Permanência tem sua refeição subsidiada de forma integral e também recebe um auxílio-alimentação mensal complementar, para as despesas em dias não úteis. Os demais alunos da instituição têm direito ao subsídio parcial da refeição. Já nos <i>campi</i> onde ainda não há RU em funcionamento, os alunos atendidos pelo PP recebem auxílio-alimentação. Os servidores da universidade não têm direito ao subsídio, pagando o valor normal (licitado) da refeição. Em 2014 foram inaugurados os RUs de Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel, e em 2015 entrou em funcionamento o de Bagé, Dom Pedrito e Uruguaiana. A prestação do serviço é terceirizada.
Programa de Moradia Estudantil João de Barro	Concessão do benefício de moradia aos estudantes que provenham de municípios externos à cidade-sede do Campus. Apresenta-se nas modalidades alojamento, vaga na moradia e auxílio. A primeira moradia foi inaugurada em 2013, em Santana do Livramento, mediante locação de imóvel, devido à indisponibilidade de terreno para construção. Nos demais campi segue-se o fluxo normal licitatório para construção das obras, por isso nestas se mantém somente o repasse de auxílio
Programa de Apoio ao Transporte	Concessão de auxílio para contribuir com o deslocamento dos estudantes nas atividades acadêmicas, apresenta-se nas modalidades Auxílio-Transporte e Auxílio-Transporte Rural, os quais são mutuamente excludentes
Programa de Auxílio Creche	Concessão de auxílio aos alunos que possuam filhos em idade até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e (29) vinte e nove dias (ainda não implementado)

Fonte: Elaborado pela autora.

O Plano de Permanência passou por um salto no quantitativo de concessões. De 251 alunos beneficiados em 2009 (contabilizando 228 auxílios alimentação, 149 auxílios moradia e 200 auxílios transporte concedidos) (Relatório de Gestão 2009), passou-se a 2.384 em 2014 (contabilizando 2.247 auxílios alimentação, 1.246 auxílios moradia e 1.909 auxílios transporte concedidos a estes alunos) (Relatório de Gestão 2014).

A partir de dados institucionais de junho de 2015, dispostos no portal da UNIPAMPA, elaborou-se a Tabela 3, que além de apresentar o quantitativo de alunos beneficiários do Plano de Permanência, compara com o quantitativo de alunos matriculados. Assim, por exemplo, verifica-se que em Alegrete, 7,9% dos alunos do campus são beneficiários do Plano de Permanência.

Tabela 3 – Alunos x Beneficiários em Junho de 2015

Campus	Alunos no PP	Alunos de Graduação	Participação
Alegrete	114	1443	7,90%
Bagé	198	1841	10,76%
Caçapava do Sul	91	688	13,23%
Dom Pedrito	86	726	11,85%
Itaqui	98	1080	9,07%
Jaguarão	68	738	9,21%
Santana do Livramento	29	1044	2,78%
São Borja	124	983	12,61%
São Gabriel	129	643	20,06%
Uruguaiana	204	1683	12,12%
Alunos Especiais		66	-
Total	1141	10935	

Fonte: elaborado pela autora.

Na UNIPAMPA também há beneficiários do Programa de Bolsa Permanência do MEC (PBP MEC), criado pela Portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013.

[...] o Programa de Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício (Manual do PBP-MEC, 2013).

Cabe, portanto, realizar uma distinção entre estas ações de permanência: enquanto o Plano de Permanência é gerido pela PRAEC, com recursos do PNAES, e observando os preceitos da autonomia universitária, o PBP MEC é gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, financiado diretamente pelo governo federal, cabendo à universidade:

[...] a homologação da inscrição, o acompanhamento das bolsas e a autorização mensal do pagamento, atrelando essa autorização, principalmente, à frequência do acadêmico (RELATÓRIO DE GESTÃO 2014, p. 102)

O PBP MEC diferencia-se do Plano de Permanência, em especial, pela seguinte exigência ao candidato “II – estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias”. Aos indígenas e

quilombolas independe a carga horária dos cursos nos quais estão matriculados (MEC, 2013, p.10-11).

Somente quatro alunos recebem o PBP MEC na UNIPAMPA, sendo três indígenas e uma aluna quilombola, cujo valor mensal da bolsa é de novecentos reais (Relatório de Gestão 2014), tendo em vista que a exigência quanto à carga horária dos cursos inviabilizou o acesso aos demais alunos. No capítulo a seguir apresentam-se os procedimentos metodológicos desta pesquisa

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, com o intuito de atingir os objetivos propostos. Para tanto, procedeu-se com a caracterização e o delineamento da pesquisa, o desenho da pesquisa, a especificação da organização objeto de estudo, bem como a definição da população e o cálculo da amostra. Apresenta-se também os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos para a coleta e análise dos dados, o que inclui a operacionalização das variáveis. Neste capítulo, também são abordados os aspectos éticos observados para a realização da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos, nesta pesquisa considerou-se adequada a realização de um estudo de caso, com uma abordagem quali-quantitativa, e de caráter exploratório-descritivo, conforme classificação apresentada por Gerhardt e Silveira (2009, p. 31-42).

Assim, quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso. Campomar (1991, p.96) considera este método relevante para a pesquisa em Administração, e apresenta o conceito de Yin (1990) como mais adequado: “o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas”.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, visto que, para Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam. Para essa autora, “a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (p. 22). Destaca-se, contudo, a predominância da natureza qualitativa desta pesquisa.

Para Diehl e Tatim (2004, p.52),

os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de um problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e, possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem um caráter exploratório-descritivo. Conforme Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Gil (2002) também explica que algumas pesquisas do tipo descritivas se aproximam de pesquisas exploratórias, ao proporcionar uma nova visão do problema.

Desta forma, com a utilização destes meios, esta pesquisa se propõe a avaliar o Plano de Permanência na perspectiva de sua eficácia como um programa social de assistência estudantil em termos de promover resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão dos alunos da instituição.

4.2 OBJETO DE ESTUDO

A organização escolhida para a realização dessa pesquisa é a UNIPAMPA, já apresentada no capítulo 3, considerando a vinculação da pesquisadora a esta instituição e, em especial, em setor relacionado à assistência estudantil.

Considerando o objetivo geral da pesquisa, qual seja o de avaliar o Plano de Permanência, procurou-se complementar a análise através da identificação de como as demais IFES realizam a avaliação de seus programas de permanência.

4.3 ASPECTOS ÉTICOS

Para a realização do presente estudo, conforme orientações recebidas da instituição objeto da pesquisa, o projeto foi submetido/cadastrado na plataforma SIPPEE (Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão). Após este procedimento, o projeto foi apreciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da UNIPAMPA, tendo sido aprovado e registrado sob o número 08.043.15. A partir disto, solicitou-se a autorização da Reitora da UNIPAMPA à época, a qual foi auferida, conforme explicitado no Apêndice A.

O projeto também foi registrado no Gabinete de Estudos e Apoio Institucional Comunitário (GEAIC) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM sob o número de registro 041372, por meio de sua submissão pelo sistema SIE (Sistema de Informações Educacionais).

Após a qualificação do projeto por uma banca, e o fornecimento do termo de autorização para realização da pesquisa pela instituição objeto do estudo, partiu-se para a coleta de dados. Foram fornecidos aos participantes os esclarecimentos acerca da pesquisa, oportunidade no qual foi assegurado o sigilo de identidade a todos os sujeitos da pesquisa, deixando-se igualmente expresso que a participação era facultativa, com possibilidade de desistência, e sem implicar em penalização de qualquer ordem, seja por não adesão ou pelo teor das respostas. Os participantes também foram informados quanto à forma de contato com a pesquisadora e com a orientadora, caso surgissem dúvidas (conforme Apêndice B).

Os participantes então confirmaram sua participação através da aprovação no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo se encontra no Apêndice C. Assim, destaca-se que esta pesquisa seguiu os preceitos éticos.

4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Nesta pesquisa foram definidos os seguintes sujeitos: beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA, que podem ser alunos regulares ou egressos; Pró-Reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das outras IFES; Pró-Reitores de graduação e de assistência estudantil da UNIPAMPA; e representantes dos NuDEs, que são os setores responsáveis pela materialização das ações de assistência estudantil na IFE estudada. A população e a amostra para estes sujeitos estão especificadas abaixo.

a) Estudantes beneficiários do Plano de Permanência

Obteve-se uma população total de 4.478⁶ alunos beneficiários do Plano de Permanência na UNIPAMPA, de 2009 (ano de sua implantação) a 2015, sendo que o beneficiário foi contabilizado uma única vez independente do período/ano em que recebeu o(s) auxílio(s)/benefício(s). Contudo, conforme Santos (2015, p.82) “nem sempre é possível realizar um censo em que participem todos os indivíduos de uma população” estudada. Diante disto, de acordo com Hair Jr., et. al. (2007 apud

⁶ Cabe destacar que o valor total da população é aproximado, e foi obtido pela pesquisadora a partir dos dados anuais de beneficiários, fornecidos pelo setor.

SANTOS, 2015, p. 83), pode-se extrair “uma amostra probabilística suficiente para que seja possível fazer generalizações e interferências sobre aquela população”.

Neste sentido, para calcular uma amostra representativa, utilizou-se a fórmula para população finita, apresentada por Ávila (2002, p. 39), para uma amostragem do tipo probabilística casual simples. Para o cálculo foi considerado um intervalo de confiança de 95,5% (dois desvios padrões), com variação de 3% (erro padrão) e admitiu-se que 10% do total de bolsistas estariam interessados em responder a pesquisa. Nestes termos, e conforme demonstrado abaixo, obteve-se uma amostra de 367 alunos beneficiários, incluindo tanto os alunos regulares quanto os egressos. Na seção “4.9 Coleta e análise dos dados” será visto que a amostra foi atingida e superada.

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{e^2 \times (N - 1) + \sigma^2 \times p \times q} = \frac{2^2 \times 10 \times 90 \times 4.478}{3^2 \times (4.478 - 1) + 2^2 \times 10 \times 90} = 367 \quad (1)$$

Onde:
 n = tamanho da amostra mínima;
 σ^2 = nível de confiança;
 p = porcentagem estimada em que o fenômeno se verifica;
 q = porcentagem complementar de “p”;
 N = tamanho da população;
 e = erro máximo consentido.

Esforços foram realizados na expectativa de enviar o questionário a todos os alunos que foram beneficiários. Primeiramente, solicitou-se os e-mails dos alunos beneficiários para os assistentes sociais dos NuDEs. Devido ao atendimento parcial desta solicitação, os contatos de e-mails foram extraídos do SIE, através do relatório gerado em 1.1.6.20.05 Endereços de Alunos por Curso; ou diretamente no SIE Acadêmico, pelo caminho: 1.1 Controle Acadêmico > 1.1.06 Cadastro do Aluno > 1.1.6.05 Consulta Cadastro de Alunos.

Considerando que cerca de 100 alunos não possuíam email cadastrado no SIE, contactou-se novamente os assistentes sociais, e assim alguns dos e-mails faltantes foram obtidos. Também se utilizou a ferramenta de busca *Google*, o que possibilitou encontrar alguns e-mails em artigos acadêmico-científicos. Poucos alunos foram contatados e convidados através de redes sociais (*Facebook*).

b) Pró-Reitores de Assistência Estudantil (ou equivalentes) das IFES

A pesquisa junto às Universidades Federais de Ensino Superior do Brasil começou com a definição de quais eram estas, a partir de uma consulta ao e-MEC, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A partir de consulta neste site, utilizou-se como critérios de busca “instituição de ensino superior”, categoria administrativa “pública federal”, organização acadêmica “universidade” e situação “ativa”, obtendo-se uma relação total de 63 IFES.

Na sequência, foram acessados os sites dos órgãos responsáveis pela assistência estudantil nestas IFES na busca dos contatos. O convite para a pesquisa foi enviado a todos os gestores para os seus e-mails institucionais e/ou do setor. O convite para a pesquisa também foi encaminhado para a “ciranda do FONAPRACE”, um grupo de discussão eletrônico formado pelos gestores da assistência estudantil nas IFES, conforme mencionado no capítulo 2.

c) Demais sujeitos da pesquisa na UNIPAMPA

Em relação aos sujeitos da pesquisa na UNIPAMPA não foi definida amostra, sendo a escolha por disponibilidade e interesse em colaborar com o estudo. Assim, foram remetidos convites aos e-mails dos pró-reitores de graduação e de assistência estudantil, bem como para os componentes dos NuDEs.

No Quadro 9 podem ser conferidos os critérios de inclusão dos participantes que constituíram este estudo, por sujeito da pesquisa.

Quadro 9 – Critérios de inclusão dos sujeitos na pesquisa

Sujeito	Critério de inclusão
Estudantes beneficiários do Plano de Permanência na UNIPAMPA	Para participar, o aluno deverá ter sido: <ul style="list-style-type: none"> beneficiário, pelo menos uma vez, do Plano de Permanência; consentir com sua participação, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), adaptado para o questionário online.
Pró-reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das IFES	Para participar, o gestor deve: <ul style="list-style-type: none"> estar vinculado à instituição enquadrada como “Universidade Federal de Ensino Superior”, conforme classificação do Ministério da Educação (MEC); desempenhar função de pró-reitor titular ou adjunto na área de assistência estudantil ou estar em cargo equivalente; consentir com sua participação, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), adaptado para o questionário online.
Pró-reitores de graduação e de assistência estudantil da UNIPAMPA	Para participar, o gestor deve: <ul style="list-style-type: none"> desempenhar função de pró-reitor titular ou adjunto de graduação e de assistência estudantil na UNIPAMPA; consentir com sua participação, através do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), adaptado para o questionário online.
Representantes dos NuDEs da UNIPAMPA	Para participar, o representante do NuDE deve: <ul style="list-style-type: none"> integrar a equipe do NuDE; consentir com sua participação, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), adaptado para o questionário online.

Fonte: elaborado pela autora

4.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na coleta de dados foram utilizados quatro instrumentos: um questionário estruturado destinado aos estudantes beneficiários do Plano de Permanência no período 2009-2015; um questionário aos Pró-Reitores de Assistência Estudantil (ou equivalentes) das IFES; um questionário aos Pró-Reitores de Graduação e de Assistência Estudantil da UNIPAMPA; e um questionário aos NuDEs da UNIPAMPA, todos criados no *Formulários Google* para aplicação *online*.

Em comum, todos os questionários apresentaram esclarecimentos iniciais sobre os objetivos da pesquisa e sobre os procedimentos para preenchimento, para então seguir com as questões de identificação e as específicas para cada sujeito. Para a construção dos instrumentos de pesquisa, apoiou-se largamente em instrumentos avaliativos já desenvolvidos.

A versão do instrumento de pesquisa dos alunos foi adaptada dos modelos de CEFET-GO (2008), Rocha (2008), Vargas (2008), Adachi (2009), Alves (2010), Machado (2010), Alves (2011), Araújo (2011), Rios (2011), Fernandes (2012),

Kowalski (2012), Magalhães (2013), Gazotto (2014) e UNIPAMPA (2014). No questionário dos alunos foram abordadas questões referentes à sua trajetória acadêmica; situação ocupacional e de renda; avaliação do curso, do Plano de Permanência e da instituição; dificuldades encontradas em sua trajetória; inserção profissional e regional; e sua relação com o Plano de Permanência. Este instrumento conta com 48 questões, sendo 27 fechadas de marcação única, 6 fechadas de múltipla escolha, 17 abertas e uma, ao final, com uma escala do tipo *Likert*, variando de um a cinco pontos, correspondendo, respectivamente, a “discordo totalmente” e “concordo totalmente”, para medir o grau de concordância dos alunos em relação às assertivas, que pode ser visto na íntegra no Apêndice E. Realizou-se um teste piloto neste questionário, para adequação da linguagem e para validação das questões.

Os questionários para as IFES, para os gestores da UNIPAMPA e para os representantes dos NuDEs foram baseados nos modelos de Rocha (2008), Alves (2010), Alves (2011), Araújo (2011), Fernandes (2012), Kowalski (2012) e Assis (2013). Buscou-se informações sobre a avaliação do Plano de Permanência e o reconhecimento dos sujeitos quanto à situação vivenciada pelos alunos, por meio de questões abertas, sendo 12 para os gestores das IFES, 15 para os gestores da UNIPAMPA e 10 para os NuDEs (Apêndices E, F e G, respectivamente). No Quadro 10 faz-se um comparativo destes instrumentos, o que facilita na visualização de suas questões comuns e específicas.

Quadro 10 – Comparação entre os questionários dos gestores e NuDEs

(continua)

Descrição da Questão	Número da Questão		
	Gestores UNIPAMPA	Gestores IFES	NuDEs
Em sua instituição, qual(is) ação(ões) são voltadas mais especificamente para a permanência dos estudantes de graduação?	1	1	-
Quais são as normas internas e os critérios que regem esta(s) ação(ões) de permanência?	2	2	-
Se esta(s) ação(ões) de permanência são custeadas, em parte ou no todo, pelo PNAES, quais mecanismos de acompanhamento e avaliação são adotadas na instituição com vistas ao cumprimento do Decreto nº 7.234/2010-PNAES?	3	3	-
Caso esta(s) ação(ões) já tenha(m) sido avaliada(s), cite os principais resultados e conclusões da avaliação. Na sua instituição, existem metas vinculadas às ações de permanência? Cite estas metas.	4	4	-

Quadro 10 – Comparação entre os questionários dos gestores e NuDEs

(conclusão)

Descrição da Questão	Número da Questão		
	Gestores UNIPAMPA	Gestores IFES	NuDEs
Na sua opinião, qual a importância da criação ou adoção de instrumentos de acompanhamento e avaliação na implementação de políticas de permanência?	5	5	-
Na sua instituição, existem registros sobre a situação acadêmica dos beneficiários quanto à repetência, evasão e colação de grau? Estes dados são analisados?	6	6	-
O beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de acompanhamento por parte da instituição? Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tipo(s) e o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento?	7	7	6
Na sua opinião, quais as possíveis causas da evasão e/ou da retenção quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência? Estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários?	8	8	7
Na sua opinião, qual o papel do gestor público na viabilização da política de permanência?	9	9	-
Você considera que a política de assistência estudantil da universidade contribui para a permanência dos alunos na instituição? Quais são os seus principais benefícios? Explique sua resposta.	10	12	1
Você percebe na instituição a realização de ações articuladas (entre gabinete, pró-reitorias, unidades, segmentos universitários, etc) para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico? Cite estas ações.	11	-	2
Você considera que existe diálogo e construção coletiva na formulação e na implementação da política de assistência estudantil? Explique sua resposta.	12	-	3
Na sua opinião, quais as demandas e dificuldades dos estudantes, que ainda não foram sanadas pela instituição em relação à política de assistência estudantil (permanência)?	13	-	5
Em sua opinião, quais são os principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional?	14	10	9
Em sua opinião, a universidade conhece os jovens (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica?	15	11	10
Descreva as principais atividades realizadas pelo NuDE. Explique também como são as relações/interações entre os membros da equipe deste setor para a execução das atividades descritas.	-	-	4
Em sua unidade realizam-se pesquisas com os alunos (beneficiários ou não) para obter informações que auxiliem no aperfeiçoamento da política de permanência? Cite os tipos de pesquisas que são realizadas.	-	-	8

Fonte: elaborado pela autora

4.6 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta foi precedida pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, a fim de ampliar a compreensão sobre a política atual de assistência estudantil no ensino superior público brasileiro e sua avaliação como política social na educação. Verificou-se que a literatura disponível é comumente abordada por áreas tais como Serviço Social, Educação e Políticas Públicas, sendo, portanto, importante uma maior inserção da Administração nesta questão, considerando seu papel estratégico na gestão pública.

Nesta fase, também foi analisada a legislação nacional e institucional sobre assistência estudantil, e foram obtidas informações para caracterizar a organização estudada. Realizou-se ainda uma consulta aos sites das Universidades Federais de Ensino Superior do Brasil, com vistas a identificar os órgãos responsáveis pela política de assistência estudantil e obter informações quanto à forma com que realizam a avaliação de seu programa (ou ações) de permanência. Como não foram encontradas informações nos sites ou estas foram insuficientes, foram remetidos os questionários aos gestores de assistência estudantil das IFES. Partindo-se depois para a aplicação dos questionários aos alunos, aos representantes dos NuDEs e aos gestores da instituição pesquisada.

Os questionários foram gerados com auxílio da ferramenta *Google Docs*, que além de possibilitar a aplicação online (oferecendo maior alcance e comodidade aos respondentes), dispõe as respostas em uma planilha do *Microsoft Excel*, facilitando a tabulação. Os questionários foram analisados por meio de estatística descritiva e em conteúdo pelo método de Bardin (2009), partindo-se para as conclusões.

Cabe reforçar que a coleta ocorreu após a qualificação do projeto no âmbito da UFSM e de obtenção de autorização da UNIPAMPA para realização da pesquisa, assim como da confirmação do registro do projeto em ambas as instituições. A coleta de dados dessa dissertação foi realizada pela mestranda no período de novembro de 2015 a março de 2016.

No Quadro 11 apresenta-se uma síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa, no que tange aos objetivos específicos e às fontes de evidências já mencionadas.

Quadro 11 - Síntese dos procedimentos metodológicos

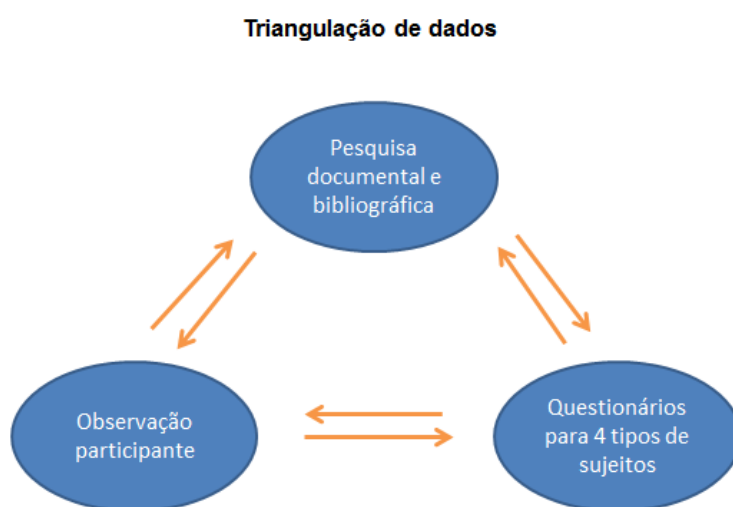
Etapas	Objetivos Específicos	Fontes de evidências	Análise dos dados
1	analisar como as IFES realizam as ações de permanência	<ul style="list-style-type: none"> • Sites e documentos • Questionário para os gestores de assistência estudantil das IFES 	Análise de Conteúdo
2	analisar as ações do Plano de Permanência realizadas na UNIPAMPA na perspectiva dos alunos e institucionalmente	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário para os gestores de assistência estudantil e de graduação da UNIPAMPA • Questionário para os NuDEs 	
3	realizar um comparativo entre o processo de avaliação da UNIPAMPA e o das IFES	<ul style="list-style-type: none"> • Observação participante • Sites das IFES • Questionários para os gestores e NuDEs 	Análise de Conteúdo
4	Analisar aspectos como evasão, retenção e colação de grau dos alunos participantes do estudo	Questionário para os alunos beneficiários	Estatística descritiva e Análise de Conteúdo
5	verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete no desempenho acadêmico dos alunos participantes do estudo		
6	verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete na inserção profissional e regional dos alunos participantes do estudo		
7	propor melhorias para o Plano de Permanência da UNIPAMPA	Todas as formas de coleta	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Yin (2001, p.120), “os estudos de caso não precisam ficar limitados a uma única fonte de evidências. Na verdade, a maioria dos melhores estudos baseia-se em uma ampla variedade de fontes”. Estas fontes de evidências estão a serviço do estudo de caso. Neste sentido, a análise documental/bibliográfica e a aplicação dos questionários, analisados à luz da estatística descritiva, da análise de conteúdo e da observação participante, compõem uma triangulação.

Para Denzin (1988 apud MOREIRA, 2013, p. 20), a triangulação “é o emprego e combinação de várias metodologias de pesquisa no estudo de um mesmo fenômeno”. Bryman (2006) considera que a triangulação é um dos motivos que justifica a combinação quantitativa e qualitativa de uma pesquisa. Na Figura 3 ilustra-se a triangulação de dados nesta pesquisa.

Figura 3 – Triangulação de dados



Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos estudantes beneficiários do Plano de Permanência, obteve-se um retorno superior ao da amostra calculada (de 367 alunos) com um total de 543 participações (Tabela 4). Optou-se por não utilizar programas de envio automático de email tais como *mailchimp* e *send better email*.

Tabela 4 – Dados gerais da pesquisa com os alunos

Descrição	Quantidade
População	4478
Alunos com endereço de email	4413
Endereços de e-mail obtidos	4605
E-mails em que houve falha no envio	296
Alunos sem informação de email	65
Amostra calculada	367
Respondentes	543
Negativas de participação	4

Fonte: elaborado pela autora

Com os gestores de assistência estudantil das IFES obteve-se 14 retornos, incluindo a UNIPAMPA. Na Tabela 5 apresenta-se o resultado por região e por universidade. Observa-se que apenas a região norte não está contemplada (a UFRA

enviou algumas informações por email, mas não foi efetuado o preenchimento do questionário da pesquisa).

Tabela 5 - Resultado por região e por universidade federal

Região	Instituição	Respostas por Instituição	Total por região
Norte	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	0	Norte = 0
Nordeste	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1	Nordeste = 2
	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1	
Centro-Oeste	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	Centro-Oeste = 1
Sudeste	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1	Sul = 8
	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	1	
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1	
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1	
	Universidade Federal do ABC (UFABC)	1	
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1	
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Fump)	1	
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	1	
Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1	Sul = 3
	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	1	
	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	1	
Total		14	14

Fonte: elaborado pela autora

Obteve-se 20 respostas no total. Contudo, nessa contagem de 14 respostas já está contemplada as 6 exclusões pelas motivações abaixo, sendo 4 delas por não estarem de acordo com os critérios de inclusão do Quadro 6:

- na UFCG registrou-se duas respostas, sendo que foi mantida a resposta com indicação de cargo “pró-reitor” e excluída a resposta em que não ficou clara a ocupação de cargo de gestor (constava “retide”);

- na UFOP, UFV e UFTM houve duas respostas por IFE, as quais foram unificadas por se perceber se tratar do mesmo respondente;
- na CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca) por haver indicação de “professor” no cargo e por não constar na relação de 63 IFES conforme critérios de busca já citados na plataforma e-MEC;
- no IFES/ES (Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Santa Teresa/ES) também por não constar na relação de 63 IFES conforme critérios de busca já citados na plataforma e-MEC.

Em relação ao preenchimento do questionário direcionado aos gestores de assistência estudantil e de graduação da UNIPAMPA, informa-se que não houve retorno apenas da PROGRAD.

Em relação aos representantes dos NuDEs obteve-se um total de oito respostas. Na Tabela 6 observa-se que não houve participação de três *campi*: Dom Pedrito, Itaqui e Jaguarão.

Tabela 6 – Resultado por NuDE

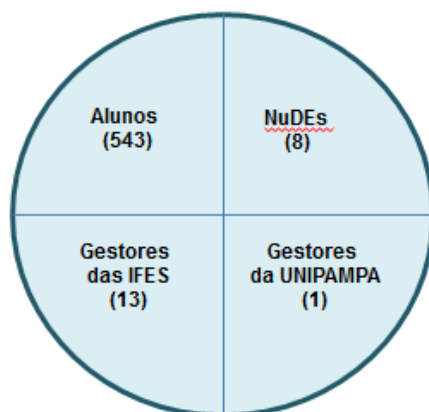
Campus do NuDE	Respostas	Total por campus
Alegrete	1 Assistente Social	1
Bagé	1 Assistente Social	1
Caçapava do Sul	1 Técnico em Assuntos Educacionais	1
Dom Pedrito	Sem resposta	0
Itaqui	Sem resposta	0
Jaguarão	Sem resposta	0
Santana do Livramento	1 Assistente em Administração 1 Pedagogo	2
São Borja	1 Assistente Social	1
São Gabriel	1 Técnico em Assuntos Educacionais	1
Uruguaiana	1 Assistente Social	1
Total	8	8

Fonte: elaborado pela autora

Os resultados obtidos com a análise das visões destes sujeitos acerca do Plano de Permanência serão confrontados ao final do estudo, na perspectiva da triangulação de dados. Ao final, pretende-se propor melhorias alinhadas às necessidades institucionais de avaliação. Para isso, será utilizado o método de observação participante. Segundo Yin (2010, p.138), nesse método o pesquisador “não é simplesmente um observador passivo”, podendo participar de fato do estudo

de caso e obter, com isso, um cenário mais fiel ao fenômeno estudado. Na Figura 4 ilustra-se os resultados obtidos por sujeito da pesquisa:

Figura 4 – Resultado por sujeitos da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora

4.7 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

No Quadro 12 apresenta-se uma síntese da estrutura do questionário dirigido aos alunos, com as respectivas categorias de análise.

Quadro 12 – Estrutura do questionário dos alunos

(continua)

Categoria/Subcategoria		Questões	Nº	Tipo
1. Dados Específicos (perfil)		Idade	1	Fechada – única
		Sexo	2	
		Estado Civil	3	
		Raça/Cor/Etnia	4	
		Filhos	5	
2. Trajetória Acadêmica	2.1. Identificação acadêmica	Campus do participante	6	Fechada – única
		Curso atual	7	Aberta
		Turno do curso	8	Fechada - múltipla
		Origem do aluno	9	Fechada – única
		Vínculo com a universidade	10	

Quadro 12 – Estrutura do questionário dos alunos

(continua)

Categoria/Subcategoria		Questões	Nº	Tipo
2. Trajetória Acadêmica	2.2 Evasão	Ocorrência e tipo de evasão	11	Fechada – única
		Período de evasão	12	
		Motivo da evasão	13	Aberta
	2.3 Diplomação	Tempo de conclusão do curso	14	Fechada – única
		Primeiro emprego na área de formação	15	
	2.4 Retenção	Ocorrência de reprovação	16	Fechada – única
		Motivo da reprovação	17	Aberta
		Ocorrência de dificuldade de aprendizagem	18	Fechada – única
		Descrição da dificuldade de aprendizagem	19	Aberta
		Ocorrência de trancamento	20	Fechada – única
		Motivo do trancamento	21	Aberta
		Ocorrência de reopção	22	Fechada – única
		Curso anterior à reopção	23	Aberta
	2.5 Avaliação institucional	Ocorrência da conclusão do curso optado	24	Fechada – única
		Motivo da escolha do curso	25	Aberta
Motivo de escolha da UNIPAMPA		26		
Interesse de retorno na UNIPAMPA		27	Fechada - múltipla	
3. Situação de Trabalho	Ocorrência de trabalho durante a graduação	28	Fechada - múltipla	
	Situação de trabalho atual	29		
	Tipo de organização em que trabalha	30	Fechada – única	
	Renda mensal	31		
	Situação socioeconômica	32		
	Motivo do formado não atuar na área	33	Aberta	
4. Assistência Estudantil	Influência do PP na escolha da IFE e do curso	34	Fechada – única	
	Como conheceu o PP	35	Fechada - múltipla	
	Período em que foi beneficiário do PP	36		
	Ocorrência de desligamento no PP	37	Fechada – única	
	Clareza quanto ao desligamento no PP	38		
	Reingresso no PP	39		
	Quais auxílios e bolsas na IFE	40	Aberta	
	Dificuldades para realizar o curso	41		
	Acompanhamento durante o curso	42		
	Importante para a permanência do aluno	43		
	Trabalho do NUDE	44		
Aspectos positivos e negativos do PP	45			
Trabalhando na região da IFE	46			
Atrativos da cidade para a permanência	47			
5. Avaliação Geral	Avaliação Geral	48	Escala Likert	

Fonte: elaborado pela autora

Em relação às questões abertas observou-se que das respostas emergiram categorias e subcategorias (sendo que algumas respostas se enquadram em mais de uma categoria/subcategoria), as quais serão mencionadas e descritas em Análise e Discussão dos Resultados. Após a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, passa-se, no capítulo seguinte, para a análise e discussão dos resultados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo apresenta-se e analisa-se os resultados da pesquisa, discutindo-os à luz da literatura e dos objetivos propostos no capítulo introdutório. Para a análise e discussão dos resultados também se considerou o relatório da pesquisa de “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras”, divulgado pela ANDIFES, em julho de 2011.

Esta pesquisa foi realizada de outubro a dezembro de 2010 pelo FONAPRACE, que “já havia realizado duas pesquisas (1996/7 e 2003/4)” (ANDIFES, 2011, p. 10). Uma nova pesquisa foi feita em 2014, mas seu relatório ainda não foi publicizado. E, apesar de não ser voltada exclusivamente aos beneficiários de ações de assistência estudantil, possibilita ao FONAPRACE e à ANDIFES conhecer o perfil do alunado. O cruzamento das diversas variáveis exploradas na pesquisa possibilita conhecer uma realidade nacional e realidades específicas, bem como mostra tendências e demandas. Estas informações têm contribuído para o planejamento de ações e definição de políticas nacionais e institucionais de inclusão e de assistência estudantil.

Os resultados da pesquisa estão dispostos em seções segundo os sujeitos da pesquisa: os alunos beneficiários do Plano de Permanência; os gestores de assistência estudantil das universidades federais e da UNIPAMPA; e, por fim, os representantes dos Núcleos de Desenvolvimento Educacionais (NUDEs) da UNIPAMPA. Ao final do capítulo, realiza-se um cruzamento entre os resultados obtidos junto aos sujeitos elencados, na perspectiva da triangulação dos dados.

5.1 ALUNOS

Dos 4.605 questionários enviados aos endereços de e-mails de alunos beneficiários, obteve-se um retorno de 547, dos quais 99,27% (543) são positivas, conforme visualiza-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Participação na pesquisa

Participação	Frequência	Percentual
Sim	543	99,27%
Não	4	0,73%
Total	547	100,00%

Parte-se, a seguir, para a análise destas respostas. As 48 questões do instrumento dirigido aos alunos foram dispostas em 5 subseções: Dados Específicos de Perfil; Trajetória Acadêmica; Situação de Trabalho; Assistência Estudantil e Avaliação Geral.

5.1.1 Dados Específicos de Perfil

Nas primeiras cinco questões do questionário, agrupadas na seção “I – Dados Específicos” têm-se as questões **Idade, Sexo, Estado Civil, Raça/Cor/Etnia e Filhos** (1 a 5, nesta ordem), a fim de delinear o perfil dos alunos respondentes, conforme apresenta-se na Tabela 8.

Tabela 8 – Perfil dos alunos

(continua)

Variável	Frequência	Percentual
IDADE		
até 25 anos	300	55,25%
26 a 30 anos	145	26,70%
31 a 35 anos	45	8,29%
36 a 40 anos	23	4,24%
acima de 40 anos	30	5,52%
Total	543	100,00%
SEXO		
Feminino	326	60,04%
Masculino	217	39,96%
Total	543	100,00%
ESTADO CIVIL		
Solteiro(a)	429	79,01%
Casado(a)	54	9,94%
União Estável	49	9,02%
Separado(a)	10	1,84%
Viúvo(a)	1	0,18%
Total	543	100,00%

Tabela 8 – Perfil dos alunos

(conclusão)

Variável	Frequência	Percentual
RAÇA/COR/ETNIA		
Branca	394	72,56%
Parda	86	15,84%
Negra	41	7,55%
Amarela	3	0,55%
Indígena	2	0,37%
Não declarada	17	3,13%
Total	543	100,00%
FILHOS		
Não tenho	453	83,43%
Um	50	9,21%
Dois ou mais	40	7,37%
Total	543	100,00%

Observa-se que os alunos beneficiários são em sua maioria: jovens de até 25 anos (55,25%), do sexo feminino (60,04%), solteiros (79,01%), brancos (72,56%) e sem filhos (83,43%). Cabe ressaltar que este perfil representa a população de beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA, pelo alcance da amostra mínima calculada.

Também houve predominância destas características na pesquisa nacional: 75% dos universitários são jovens na faixa etária de até 24 anos, 53,5% dos estudantes são mulheres, 86,6% são solteiros, 54% são da raça/cor/etnia branca, e 90,8% não têm filhos (ANDIFES, 2011).

Sobre o perfil dos alunos beneficiários da UNIPAMPA, chamou a atenção o elevado percentual de autodeclarados brancos. Esta situação se repetiu – muito embora em um percentual menor – na pesquisa nacional. No relatório da pesquisa nacional destaca-se, contudo, que o percentual de estudantes da raça/cor/etnia negra tem aumentado: de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010 (ANDIFES, 2011, p.22).

Esta nova configuração é resultante, sobretudo, da institucionalização nestes últimos anos das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e também do programa de expansão das Universidades Federais. O aumento do universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda, majoritariamente nas classes C, D e E, evidencia o importante papel dessas políticas na democratização do acesso à universidade pública (ANDIFES, 2011, p. 22).

A despeito disso, a pesquisa nacional traz um dado negativo, ao alertar para a diminuição da população indígena nas universidades: enquanto em 2004 era de 2%, em 2010 representava apenas 0,9% (ANDIFES, 2011, p.22).

Constata-se também no perfil dos beneficiários da UNIPAMPA que, apesar de 83,43% não terem filhos, 90 alunos (16,58%) possuem um ou mais filhos. Segundo a pesquisa nacional do perfil, o percentual de estudantes com filhos tem diminuído e reflete a mudança na configuração das famílias da sociedade brasileira, apresentada pelo Censo 2010 (ANDIFES, 2011, p. 24). Todavia, dentre os alunos com filhos, é elevado o percentual dos que utilizam os serviços de creche (43,4%) oferecidos pelas Universidades Federais, demonstrando a importância da universalização deste serviço (ANDIFES, 2011, p. 25).

5.1.2 Trajetória Acadêmica

Esta seção do questionário continha 22 questões, distribuídas da seguinte forma: Identificação acadêmica (6 a 10); Evasão (11 a 13); Diplomação (14 e 15); Retenção (16 a 24) e Avaliação institucional (25 a 27). Destas, 14 questões são fechadas e 8 são questões abertas. Essas questões estão relacionadas especialmente aos objetivos específicos de analisar as ações do Plano de Permanência realizadas na UNIPAMPA na perspectiva dos alunos; e de descrever quantitativamente as ocorrências de evasão, retenção e colação de grau dos alunos participantes do estudo. As análises das questões estão detalhadas a seguir.

5.1.2.1 Identificação acadêmica

Seção composta pelas questões 6 a 10. Na sexta questão solicitou-se a indicação do **campus do participante**, devendo o aluno citar o mais recente caso tivesse mudado de vínculo durante sua trajetória acadêmica. Na Tabela 9 observa-se que foi obtida na pesquisa a representação dos dez campi da UNIPAMPA, sendo esta maior em Bagé (16,76%) e em Uruguaiana (15,29%).

Tabela 9 – Campus do participante

Unidade acadêmica	Frequência	Percentual
Alegrete	56	10,31%
Bagé	91	16,76%
Caçapava do Sul	45	8,29%
Dom Pedrito	41	7,55%
Itaqui	42	7,73%
Jaguarão	35	6,45%
Santana do Livramento	26	4,79%
São Borja	61	11,23%
São Gabriel	63	11,60%
Uruguiana	83	15,29%
Total	543	100,00%

Na sétima questão, o aluno devia indicar seu **curso atual** de graduação (ou mais recente caso tenha mudado de curso durante sua trajetória acadêmica). Dos 63 cursos ofertados pela UNIPAMPA, somente não houve respondente do curso de Música (Bagé) e do curso de Letras Português na modalidade EaD (Jaguarão). Em relação a este, cabe esclarecer que, como o beneficiário do Plano de Permanência deve estar vinculado a um curso presencial, os alunos que declararam ser do campus de Jaguarão (questão anterior) e do curso de Letras foram computados no curso em sua modalidade presencial. No Quadro 13 constata-se que o curso de Serviço Social (São Borja) foi o mais indicado, com 26 respondentes.

Quadro 13 – Cursos de graduação dos participantes

(continua)

Campus	Curso de Graduação	Total por curso	Total por campus
Alegrete	Ciência da Computação	5	56
	Engenharia Agrícola	4	
	Engenharia Civil	12	
	Engenharia de Software	9	
	Engenharia de Telecomunicações	4	
	Engenharia Elétrica	15	
	Engenharia Mecânica	7	
Bagé	Engenharia de Alimentos	12	91
	Engenharia de Computação	9	
	Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente	6	

Quadro 13 – Cursos de graduação dos participantes

(continuação)

Campus	Curso de Graduação	Total por curso	Total por campus
	Engenharia de Produção	14	
	Engenharia Química	14	
	Física (licenciatura)	4	
	Letras – Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Literaturas	5	
	Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa	13	
	Matemática (licenciatura)	5	
	Música	0	
	Química (licenciatura)	9	
Caçapava do Sul	Ciências Exatas (licenciatura)	2	45
	Engenharia Ambiental e Sanitária	6	
	Geofísica	14	
	Geologia	14	
	Mineração (tecnológico)	9	
Dom Pedrito	Agronegócio	6	41
	Ciências da Natureza	10	
	Educação do Campo	1	
	Enologia	7	
	Zootecnia	17	
Itaqui	Agronomia	13	42
	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (bacharelado)	7	
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	8	
	Engenharia de Agrimensura	3	
	Matemática (licenciatura)	3	
	Nutrição	7	
	Curso inválido	1	
Jaguarão	Gestão de Turismo (tecnológico)	2	35
	História (licenciatura)	7	
	Letras – Português (modalidade EaD)	0	
	Letras – Português, Espanhol e respectivas Literaturas	11	
	Pedagogia	8	
	Produção e Política Cultural	6	
	Curso inválido	1	
Santana do Livramento	Administração	15	26
	Ciências Econômicas	4	
	Direito	0	
	Gestão Pública (tecnológico)	3	
	Relações Internacionais	4	

Quadro 13 – Cursos de graduação dos participantes

(conclusão)

Campus	Curso de Graduação	Total por curso	Total por campus
São Borja	Ciências Humanas	5	61
	Ciências Sociais – Ciência Política	6	
	Jornalismo	10	
	Publicidade e Propaganda	5	
	Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural	8	
	Serviço Social	26	
	Curso inválido	1	
São Gabriel	Biotecnologia	8	63
	Ciências Biológicas (Bacharelado)	13	
	Ciências Biológicas (Licenciatura)	5	
	Ciências Biológicas (sem especificação)	12	
	Engenharia Florestal	14	
	Gestão Ambiental	10	
	Curso inválido	1	
Uruguaiana	Aquicultura (tecnológico)	4	83
	Ciências da Natureza	10	
	Educação Física	4	
	Enfermagem	17	
	Farmácia	20	
	Fisioterapia	14	
	Medicina Veterinária	12	
	Curso inválido	2	
Total de respostas		543	543

Com base nos dados contados no Quadro 13 somam-se 6 casos de “cursos inválidos”, cuja designação foi atribuída por um dos seguintes motivos: curso não ofertado no campus indicado pelo aluno na questão anterior (dois casos: Itaqui e São Borja); curso de graduação não ofertado pela instituição (dois casos: São Gabriel e Uruguaiana); ou por não haver a especificação do curso (dois casos: Jaguarão e Uruguaiana).

Na oitava questão que perguntava-se sobre o **turno do curso**, com a possibilidade de marcar mais de uma opção (manhã, tarde e/ou noite). Conforme analisa-se na Tabela 10, a maioria dos estudantes (51,38%) estuda no turno diurno (manhã e tarde), o que exige do aluno uma maior organização de seus horários de estudo, ao passo que dificulta a conciliação com o trabalho.

Tabela 10 – Turno do curso

Turno	Frequência	Percentual
Manhã	12	2,21%
Manhã e Tarde	279	51,38%
Manhã e Noite	7	1,29%
Manhã, Tarde e Noite	79	14,55%
Tarde	8	1,47%
Tarde e Noite	6	1,10%
Noite	152	27,99%
Total	543	100,00%

Com a nona questão referente à **origem do aluno** constata-se que 62,98% dos alunos não são naturais do município de seu *Campus* (ver Tabela 11). Isto significa que a instituição deve se preocupar com a adaptação do aluno, que além de imergir em um ambiente universitário, terá de enfrentar a distância da família e superar uma diversidade de situações novas e potencialmente estressoras.

Tabela 11 – Origem do aluno

Natural do Município	Frequência	Percentual
Não	342	62,98%
Sim	201	37,02%
Total	543	100,00%

Na questão 10 que abordava sobre o **vínculo com a universidade**, verificou-se que a pesquisa contou com a participação tanto de alunos com vínculo ativo (58,74% no total, sendo 56,35% com matrícula regular e 2,39% em trancamento total) quanto de egressos (41,25% no total, sendo 33,33% formados e 7,92% evadidos), conforme constata-se na Tabela 12, o que é extremamente positivo levando-se em conta a proposta investigativa desta pesquisa.

Tabela 12 – Vínculo com a UNIPAMPA

Vínculo com a UNIPAMPA	Frequência	Percentual
Vínculo ativo (aluno regular)	306	56,35%
Vínculo ativo (em trancamento total)	13	2,39%
Egresso (formado)	181	33,33%
Egresso (evadido)	43	7,92%
Total	543	100,00%

Com base no que os resultados obtidos nesta subseção demonstram, na pesquisa obteve-se representantes dos dez campi, de praticamente todos os cursos presenciais (com exceção de Música); e de alunos tanto regulares quanto egressos, delineando-se o seguinte perfil acadêmico: a maioria dos estudantes (51,38%) estuda no turno diurno (manhã e tarde) e a maioria (62,98%) não é natural do município de seu Campus. Isto mostra para a instituição alguns elementos que podem influenciar na permanência, retenção, evasão e colação de grau: o aluno precisará se adaptar estando longe da família, terá dificuldade caso queira conciliar estudo com trabalho, e precisa aprender a se organizar no estudo.

5.1.2.2 Evasão

A evasão foi investigada por meio das questões 11 a 13. Assim, na questão 11, cujo foco foi a **ocorrência** e o **tipo de evasão**, dentre as situações de evasão elencadas solicitava-se ao aluno para assinalar a opção que mais correspondia à sua realidade. Ressalta-se que, quanto ao tipo de evasão, adotou-se a classificação de Silva (2011) e Colvero e Jovino (2014), de que há três tipos de evasão no ensino superior: a microevasão (evasão do curso), a mesoevasão (evasão da instituição) e a macroevasão (evasão do sistema universitário).

Visualiza-se na Tabela 13 que em, 87,11% dos casos não ocorreu evasão. Dentre os casos de evasão, o maior índice (54,29%) se refere ao desligamento de alunos da UNIPAMPA para ingressar em outra instituição de ensino (transferência externa), o que corresponde à mesoevasão.

Tabela 13 – Ocorrência e tipo de evasão

Tipo de evasão	Frequência	% Total	% Evasão
não se aplica	473	87,11%	-
desligou-se de um curso e ingressou em outro curso na mesma instituição	22	4,05%	31,43%
desligou-se da UNIPAMPA para ingressar em outra instituição de ensino	38	7,00%	54,29%
desligou-se totalmente do sistema superior de ensino, pela saída ou abandono dos estudos	10	1,84%	14,29%
Total	543	100,00%	100,00%

Continua-se investigando esta variável na questão 12, sobre o **período de evasão**, isto é, em que momento do curso o aluno evadiu. Na Tabela 14 verifica-se que em 87,48% dos casos não se aplica a evasão. Contudo, dentre os casos de evasão, constata-se que os momentos igualmente críticos são o início (48,53%) e o meio do curso (48,53%), que juntos representam 97,06% dos casos contra os 2,94% que ocorreram ao final do curso.

Tabela 14 – Período da evasão

Período da evasão	Frequência	% Total	% Evasão
não se aplica	475	87,48%	-
início	33	6,08%	48,53%
meio	33	6,08%	48,53%
fim	2	0,37%	2,94%
Total	543	100,00%	100,00%

Já na questão 13 o aluno deveria apontar os **motivos da evasão** do curso. Obteve-se 73 respostas válidas (13,44%) e 470 em branco (86,56%), que deram origem às categorias que emergiram das respostas: Pessoal (42), Institucional (15), Cidade (8), Não se aplica (12) e Outros (2).

Na categoria mais representativa obteve-se 42 ocorrências de cunho pessoal, com as subcategorias: financeiros (17), familiar (10), falta de afinidade com o curso e/ou com a profissão (5), transferência (4), distância (3), reopção de curso (3) e saúde do aluno (3), conforme relatos representativos no Quadro 14:

Quadro 14 – Motivos para a evasão

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Financeiros	E376	<i>Poucos recursos financeiros para se manter apenas estudando [...]</i>
		E430	<i>Precisava trabalhar e o curso era em tempo integral.</i>
	Familiar	E322	<i>Distância do campus da minha terra natal</i>
		E403	<i>[...] dar prioridade ao trabalho pela razão de ser mãe solteira e ter duas filhas pra sustentar [...]</i>
	Falta de afinidade	E293	<i>Desistencia do curso por não ter se identificado com a profissão</i>
		E370	<i>Por não ser um curso que eu gostava</i>
	Transferência	E269	<i>Transferi para outra universidade mais conceituada</i>
		E319	<i>Optei por uma universidade federal do meu estado (MG), eu já esperava voltar para meu estado quando ingressei. [...]</i>
	Distância	E482	<i>Por ter passado em concurso público, sendo obrigado a mudar de município e evadir do curso.</i>
	Reopção de curso	E42	<i>Troquei de curso na mesma instituição pois já era minha decisão antes mesmo de ingressar [...]</i>
E137		<i>Reopção de curso, por dificuldades mediante troca continua da matriz curricujar e pre requisitos.</i>	
Saúde	E132	<i>Depressão</i>	
Institucional	Insatisfação com o curso e/ou instituição	E19	<i>Professores, estrutura curricular, falta de incentivo a pesquisa, etc</i>
		E305	<i>Falta de estrutura e conceito do curso</i>
	Assistência Estudantil	E325	<i>Falta de programas assistências a nível socioeconômico, bolsas, auxílios, trabalhos remunerados</i>
		E346	<i>[...] distancia, gasto com passagens e alimentação. mesmo quand recebia auxilio ou era muito pouco valor ou deixavam de pagar alguns meses. muita burocracia para receber auxilio [...]</i>
Cidade	Estrutura	E363	<i>Dificuldades na permanência na cidade, pois tudo era difícil moradia, ônibus até a universidade [...]</i>
	Falta trabalho	E512	<i>Por situação financeira, e poucas possibilidades de emprego na cidade [...]</i>

Destaca-se que reopção de curso e transferência são tipos de evasão, e não propriamente as motivações que levaram à evasão, que é a proposta da questão.

Dentro da subcategoria referente às dificuldades financeiras englobou-se a necessidade e a dificuldade em conciliar estudo com trabalho. Também observou-se a combinação desta subcategoria com questões como a falta de empresa na cidade do campus, a necessidade de sustentar os filhos ou a dificuldade de ser sustentado pela família.

Na categoria “Institucional” tem-se 15 ocorrências, nas subcategorias Insatisfação com o curso e/ou instituição (11) e Assistência Estudantil (5), conforme relatos do Quadro 14. Na categoria “Cidade” com 8 ocorrências definiu-se duas subcategorias: problemas estruturais da cidade e falta de oportunidades para trabalho ou estágio.

Dentre as respostas que se encaixam em “Não se aplica” (12 casos), destacou-se uma em que, por motivo de saúde, não incidiu em evasão, mas em perda de prioridade do aluno ao realizar a matrícula nas disciplinas.

Doença.Motivo pelo qual fiquei em observar mais a realidade da universidade,fiz tudo de acordo com o estatuto de ordem da universidade.mas por eventual descuido da secretaria academica não entregaram os papeis que justifica minha ausência da universidade,pois estava fazendo tratamento de duas semanas em Poro Alegre.Sendo assim fui lastimavelmente prejudicada,situação que ainda atinge a minha vida academica por não ter mais prioridades nas cadeiras (E517).

Salienta-se ainda em “Insatisfação com o curso e/ou instituição” um caso de evasão por cancelamento de vaga, também por ocasião de tratamento de saúde, conforme relatado pelo Entrevistado E415:

Não foi evasão, infelizmente eu me acidentei e fiquei uma ano e meio impossibilitada de caminhar; fiz os meus estudos via internet; mas a universidade não considerou os atestados médicos e manteve as faltas!! Me cancelaram a a vaga. Tive que recomeçar pelo Enem, para conseguir entrar pelo Sisu como aluna nova para retornar a faculdade e concluir o curso (E415).

Estes dois casos relativos à saúde são destacados aqui para indicar a necessidade de reforçar a orientação junto aos alunos ou ao setor responsável sobre esta matéria, evitando que implique em cancelamento da vaga ou em perda de prioridade na matrícula.

Nesta subseção verificou-se que a maioria dos beneficiários não passou por alguma situação de evasão (87,11%). Dentre os casos de evasão, o maior índice (54,29%) se refere à transferência de alunos da UNIPAMPA para outra instituição de ensino, e os momentos igualmente críticos para a evasão foram o início (48,53%) e o meio do curso (48,53%). Dentre as causas apontadas pelos alunos, ressaltam-se as de cunho pessoal, especialmente de ordem financeira e familiar.

5.1.2.3 Diplomação

As questões 14 e 15 compuseram a variável Diplomação. Na questão 14, a qual se refere ao **tempo de conclusão do curso** pelo aluno formado, observa-se segundo dados da Tabela 15 que os alunos que não concluíram o curso representam 62,80% (vide “não se aplica”) e os formados somam 37,20% (22,47% na duração normal do curso; 6,81% em um semestre além da duração normal; e 7,92% em dois semestres além da duração normal). À primeira vista, o percentual de não formados pode parecer negativo, contudo, os dados anteriores da pesquisa ajudam a esclarecer que, em sua maioria, se referem a alunos ainda em formação. Outro dado relevante foi o de que os alunos beneficiários estão conseguindo se formar na duração normal do curso (representam 22,47% do total de respondentes e 60,40% do total de formados).

Tabela 15 – Tempo de conclusão do curso

Tempo de conclusão do curso	Frequência	% Total	% Conclusão
não se aplica	341	62,80%	-
na duração normal do curso	122	22,47%	60,40%
em um semestre além da duração normal do curso	37	6,81%	18,32%
em dois semestres ou mais além da duração normal do curso	43	7,92%	21,29%
Total	543	100,00%	100,00%

Na questão 15 perguntou-se ao aluno em quanto tempo conseguiu o **primeiro emprego na área de formação** após ter se formado. Os dados da Tabela 16 evidenciam que 81,77% dos alunos marcaram “não se aplica”, um percentual mais elevado do que o obtido na questão anterior (62,80%), pois possivelmente aos alunos em formação se somaram os alunos que ainda não conseguiram trabalho na profissão no qual se formaram. Apesar disso, observa-se também que o maior percentual de alunos conseguiu colocação em sua área em pouco tempo (em até 6 meses de formados), representando 10,68% em relação ao total de respostas e 58,59% em relação ao total de alunos que conseguiram o primeiro emprego na área de formação).

Tabela 16 – Primeiro emprego na área de formação

Emprego na área	Frequência	% Total	% na área
não se aplica	444	81,77%	-
até 6 meses	58	10,68%	58,59%
de 6 meses a 1 ano	17	3,13%	17,17%
de 1 ano a 2 anos	14	2,58%	14,14%
mais de 2 anos	10	1,84%	10,10%
Total	543	100,00%	100,00%

Em relação à Diplomação, a pesquisa mostra dados positivos: dentre os alunos formados, 60,40% conseguiram se formar na duração normal do curso e 58,59% conseguiram um emprego na área de formação em até 6 meses.

5.1.2.4 Retenção

Quanto à retenção esta foi investigada nas questões 16 a 24 do questionário. Na questão 16, sobre **ocorrência de reprovação**, perguntou-se ao aluno se consta alguma reprovação em seu histórico. Com base nos dados da Tabela 17 verifica-se que 32,60% dos alunos não apresentam reprovações no histórico, porém os alunos que apresentam algum tipo de reprovação somam 67,40% (46,22% por nota; 5,16% por frequência; e 16,02% por nota e por frequência), sendo um dado preocupante considerando os critérios acadêmicos para manutenção do aluno no Plano de Permanência:

III. apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos créditos matriculados no semestre anterior, e não apresentar reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior (Resolução nº 84/2014, Art. 14)

Isto é, além de provocar a retenção, a reprovação pode implicar no desligamento do Plano de Permanência, automático no caso de frequência e, no caso de reprovação por nota, se não for alcançado 60% de aproveitamento.

Tabela 17 – Ocorrência de Reprovação

Reprovação	Frequência	Percentual
Não	177	32,60%
Sim, por nota	251	46,22%
Sim, por frequência	28	5,16%
Sim, por nota e por frequência	87	16,02%
Total	543	100,00%

Na questão 17 sobre o **motivo da reprovação** procurou-se investigar as causas da reprovação. Foram obtidas 325 respostas (representam 59,85% do total de participantes da pesquisa). Verificou-se também que as questões didático-pedagógicas lideraram as motivações para as reprovações. No Quadro 15 detalha-se alguns relatos.

Quadro 15 – Motivos da reprovação

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Adaptação	E449	<i>Depressão, dificuldade de socialização, dificuldade de aculturação, dificuldade de ajustamento ao modelo de ensino.</i>
	Saúde	E96	<i>Transtorno de deficit de atenção diagnosticado e em tratamento.</i>
	Familiar	E22	<i>Nascimento de minha filha mais nova.</i>
		E165	<i>Doença na família e perda de um familiar.</i>
	Organização do tempo	E514	<i>Falta de organização nos estudos diários, acúmulo de matéria [...]</i>
	Financeiras	E313	<i>Condições Financeiras de ir ou de comprar o material requisitado para todas as disciplinas.</i>
	Dificuldade de conciliar	E193	<i>Tinha que me virar em estudar e trabalhar, cuidar da casa e da família</i>
	Base de ensino	E120	<i>Ensino básico muito fraco.</i>
Institucional	Faltou estudo	E80	<i>Falta de estudo suficiente</i>
	Administrativo	E105	<i>Greve da Biblioteca</i>
		E155	<i>Carga horaria excessiva, conteúdo pesado.</i>
		E427	<i>Dificuldade em compreender a matéria e o professor.</i>
Cidade	Transporte	E380	<i>Horário do ônibus complicado.</i>
	Cultural	E132	<i>[...] a questão da discriminação.</i>
Outros	Tipo	E474	<i>Por nota.</i>

Cabe explicar que, nesta e em outras questões abertas, optou-se pela não indicação de frequência das respostas, pelo volume de respostas por questão (543) e o fato de que muitas respostas se enquadram em mais de uma categoria.

Na questão 18 investigou-se a **ocorrência de dificuldade de aprendizagem**. Constatou-se que 58,93% consideram não possuir e 41,07% dos alunos manifestaram possuir alguma dificuldade de aprendizagem (Tabela 18).

Tabela 18 – Ocorrência de dificuldade de aprendizagem

Dificuldade de aprendizagem	Frequência	Percentual
Não	320	58,93%
Sim	223	41,07%
Total	543	100,00%

Na questão 19 solicita-se ao aluno a **descrição da dificuldade de aprendizagem**, onde mapeou-se as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Obteve-se 204 respostas válidas, o que corresponde a 37,57% do total de participantes da pesquisa. Nesta questão, novamente as questões didático-pedagógicas foram as mais citadas. No Quadro 16 apresenta-se algumas das principais dificuldades de aprendizagem relatadas.

Quadro 16 – Dificuldades de Aprendizagem

(continua)

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Adaptação	E479	<i>Por ter terminado o ensino médio a muito tempo tive um pouco de dificuldade [...]</i>
	Base de ensino	E454	<i>Ensino básico fraco, o qual refletiu no desempenho acadêmico</i>
	Desmotivação	E244	<i>falta [...] mais dedicação minha [...]</i>
	Organização do tempo	E242	<i>Encontrar a forma mais correta de organizar minha rotina de estudos e conciliá-la com as aulas [...].</i>
	Dificuldade de conciliar	E185	<i>[...] mas estudar fora do horário de aula pra quem tem que trabalhar é quase impossível.</i>
	Deficiência física	E5	<i>[...] por ser deficiente auditiva [...]</i>
		E139	<i>[...] eu que tenho baixa visão não enxergo direito mesmo sentado na frente.</i>
	Linguagem	E509	<i>Leitura de textos acadêmicos, escrita acadêmica.</i>
	Cálculo/Exatas	E469	<i>Principalmente em disciplinas que envolvem muitos cálculos.</i>
	Assimilação	E74	<i>Dificuldade em fixar o conteúdo</i>
Concentração	E260	<i>Deficit de atenção</i>	

Quadro 16 – Dificuldades de Aprendizagem

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Institucional	Administrativo	E346	<i>por que horarios tanto de atendimento quanto de atividades extras sao nos turnos manha e tarde, justamente quando estamos trabalhando?</i>
	Pedagógica	E65	<i>Dificuldade de relacionamento com um(a) professor(a) [...] nem ele(a) sabia explicar matéria que aplicava.</i>
		E142	<i>[...] a didática do professor não funciona.</i>
	Natureza da disciplina	E145	<i>Matéria difícil, pouco tempo para estudar, muitas provas ao mesmo tempo.</i>
	Suporte	E135	<i>Não existe curso de nivelamento, e as monitorias so começaram depois que já teve ou está proxima às provas</i>
	Práticas/Estágio	E204	<i>excesso de slides em algumas aulas tornou mais complicado o entendimento do conteúdo e também por falta de aulas práticas.</i>
	Estrutura	E458	<i>[...] as aulas práticas no início foram afetadas pela falta de estrutura [...]</i>
	Componentes curriculares	E343	<i>[...] algumas disciplinas bases [...] foram cortadas, e senti falta delas como base [...]</i>
Outros-		E466	<i>na parte de informática.</i>

Na questão 20 analisou-se a **ocorrência de trancamento** total e/ou parcial pelos alunos. Com os dados apresentados verificou-se que 78,64% dos alunos não precisaram trancar a matrícula durante sua trajetória acadêmica (ver Tabela 19).

Tabela 19 – Ocorrência de Trancamento

Trancamento	Frequência	Percentual
Não	427	78,64%
Sim	116	21,36%
Total	543	100,00%

Aos alunos que responderam “sim” na questão 20, perguntou-se qual(is) o(s) **motivo(s) do trancamento** na questão 21, considerando-se que o trancamento é um indicativo de retenção. Obteve-se 113 respostas válidas (20,81% do total de alunos participantes). Os dados apresentados no Quadro 17 indicam alguns motivos de trancamento. Não houve preponderância significativa de alguma das categorias/subcategorias.

Quadro 17 – Motivos do trancamento

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Pessoais	E40	<i>Por motivos religiosos, não faço aulas na sextas-feiras a noite [...]</i>
	Saúde	E231	<i>[...] de doenças, de minha parte e também por uma filha que nasceu prematura e necessitou de tratamento, em outra cidade.</i>
	Mobilidade/Intercâmbio	E82	<i>[...] participei do programa ciência sem fronteiras, logo tive de ficar um ano e meio fora do país.</i>
	Não necessitar da disciplina	E138	<i>Já tinha horas suficientes. por ter feito DCG em outros cursos.</i>
	Organização do tempo	E351	<i>Excesso de disciplinas durante o semestre, para não sair prejudicada em várias, optei por desistir de uma delas.</i>
	Familiares	E267	<i>doença na família.</i>
	Dificuldade de conciliar	E265	<i>Trancamento total, pela relação trabalho/estudo.</i>
	Evitar desligamento no Plano de Permanência	E50	<i>- não perder a bolsa; - não reprovar em mais disciplinas."</i>
		E520	<i>Não fui aceita em algumas cadeiras por erro no sistema, fiquei com medo de perder a bolsa, pela falta de 20 créditos, e acabei puxando uma cadeira. [...]</i>
	Conflito de horários	E79	<i>Tranquei uma cadeira porque batia horário com outra.</i>
	Desmotivação	E547	<i>Não me identifiquei com a cadeira em questão e ela não era obrigatória</i>
	Distância	E124	<i>Não quis mais fazer a cadeira porque era de noite e eu morava afastada do centro.</i>
	Estágio	E434	<i>Estar tendo que trabalhar e estagiar cursando mais 7 disciplinas</i>
	Financeiros	E286	<i>Falta de dinheiro devido ao falecimento da única pessoa que me auxiliava [...]</i>
E512		<i>[...] pela motivação financeira e por não ter empregos na cidade inviabilizando assim a minha estadia!</i>	
Transferência/Reopção	E376	<i>Transferência para outra Universidade.</i>	
Outros	E197	<i>[...] não fechou o número de alunos para a cadeira.</i>	
	E315	<i>Serviço Militar obrigatório.</i>	

Já na questão 22 investigou-se a **ocorrência de reopção** de curso durante a graduação, na qual obteve-se que 91,16% dos alunos não fez reopção, conforme dados da Tabela 20. Pode-se dizer que a reopção de curso é desencadeada pela insatisfação com o curso e ser um fator a considerar no estudo da retenção.

Tabela 20 – Ocorrência de Reopção

Reopção	Frequência	Percentual
Não	495	91,16%
Sim	48	8,84%
Total	543	100,00%

Com a questão seguinte (23) perguntou-se o **curso anterior à reopção**, sendo que dos 48 alunos que responderam “sim” na questão anterior (ver Tabela 20), 45 citaram seus cursos anteriores à reopção, o que representa 8,29% do total de participantes da pesquisa.

Para analisar esta questão foram confrontadas as questões 6 (campus atual), 23 (curso anterior) e 7 (curso atual). Contudo, as respostas obtidas não foram suficientes para uma análise mais aprofundada acerca das reopções. Apenas três mudanças de cursos tiveram uma frequência superior a um: 2 alunos do curso de Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente passaram para o curso de Engenharia Química, 3 alunos do curso de Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente mudaram para o curso de Engenharia de Produção e 4 alunos de Licenciatura em Química migraram para o curso de Engenharia Química, todos do campus de Bagé, onde encontram-se cursos da área de exatas.

Ao examinar os agrupamentos por campus constatou-se que Bagé representa 37,78% dos casos de reopção relatados, seguido de Alegrete (13,33%) e de Uruguaiana (11,11%). Salienta-se que, nesta questão, a análise não abrangeu a ocorrência de reopção entre campus. Para estudos futuros sugere-se a indicação do campus anterior.

Tabela 21 – Reopções por campus

(continua)

Campus	Frequência	Percentual
Alegrete	6	13,33%
Bagé	17	37,78%
Caçapava	1	2,22%
Dom Pedrito	1	2,22%
Itaqui	4	8,89%

Tabela 21 – Reopções por campus
(conclusão)

Campus	Frequência	Percentual
Jaguarão	2	4,44%
Livramento	3	6,67%
São Borja	3	6,67%
São Gabriel	3	6,67%
Uruguaiana	5	11,11%
Total	45	100,00%

Com base nos dados da Tabela 21, verifica-se que, apesar de terem sido incluídos na contagem, em dois casos (um em Alegrete e um em Uruguaiana) a mudança de curso ocorreu entre a UNIPAMPA e outra instituição de ensino superior, o que não caracteriza reopção, pois se refere à transferência externa.

Na questão 24 referente à **ocorrência de conclusão do curso optado** em caso de reopção, observa-se na Tabela 22 que 92,08% dos alunos assinalaram “não se aplica”, percentual próximo ao obtido na questão 22, em que 91,16% afirmaram não ter realizado reopção. Constata-se na Tabela 22 que, dentre os que realizaram a reopção, 32 (5,89% do total de respondentes e 74,42% do total de casos de reopção) indicaram que não concluíram o curso, porém isto pode significar que estejam cursando ainda; e 2,03% concluíram o curso (representam 25,58% do total de casos de reopção).

Tabela 22 – Conclusão de curso de reopção

Conclusão do curso	Frequência	% Total	% Conclusão
não se aplica	500	92,08%	-
não	32	5,89%	74,42%
sim	11	2,03%	25,58%
Total	543	100,00%	100,00%

Assim, em relação à retenção, os dados indicam (ver Tabela 17) que os alunos que apresentam algum tipo de reprovação somam 67,40% (46,22% por nota, 5,16% por frequência e 16,02% por nota e por frequência), sendo um dado preocupante considerando os critérios acadêmicos de manutenção no Plano de Permanência, e como motivações destacam-se dificuldades didático-pedagógicas em relação aos docentes. Apesar disso, 58,93% (ver Tabela 18) afirmaram não

possuir dificuldades de aprendizagem. Com os dados apresentados verificou-se também que 78,64% dos alunos não fizeram trancamento de matrícula (ver Tabela 19) e 91,16% (ver Tabela 20) não fizeram reopção.

5.1.2.5 Avaliação Institucional

Nesta subseção apresenta-se as 3 questões (25 a 27) referentes, respectivamente, ao **motivo da escolha do curso; motivo de escolha da UNIPAMPA; e interesse de retorno na UNIPAMPA.**

Nas questões abertas 25 (sobre o motivo de escolha do curso de graduação) e 26 (sobre o motivo de escolha da UNIPAMPA) obteve-se resposta de todos os 543 alunos participantes da pesquisa. Nos Quadros 17 e 18 apresentam-se algumas das respostas obtidas para as questões 25 e 26.

Quadro 18 – Motivos de escolha do curso

Categoria	Entrevistado	Relato
Afinidade com a área/profissão/curso	E543	<i>Identificação com o curso e um enorme amor pela futura profissão.</i>
Federal/gratuito	E545	<i>O fato de ser Federal [...]</i>
Turno do curso	E185	<i>[...] o único curso noturno [...] durante o dia trabalho.</i>
Cidade	E50	<i>[...] pela viabilidade de cursá-lo em minha cidade.</i>
Realização	E235	<i>Melhores condições de vida no futuro</i>
	E372	<i>Administração é meu sonho em ser empresário [...]</i>
	E491	<i>Satisfação pessoal e profissional</i>
Ingresso	E273	<i>foi o que a nota do enem permitiu</i>
	E324	<i>[...] simples fato de garantir vaga no ensino superior. [...]</i>
Compromisso social	E16	<i>[...] auxiliar o desenvolvimento do setor [...] cuidando do meio ambiente [...] para o crescimento do nosso país [...]</i>
	E516	<i>[...] falta de um profissional [...] na comunidade indígena.</i>
	E530	<i>[...] fazer a diferença para minha sociedade, a visão por almejar mudanças positivas na área [...]</i>
Trabalho	E5	<i>[...] múltiplas oportunidades no campo de trabalho [...]</i>
	E533	<i>Uma área muito boa para emprego</i>
Qualificação profissional	E2	<i>Já trabalhei muito tempo na área e decidir buscar mais [...].</i>
	E89	<i>Por estar trabalhando no meio [...].</i>
Outros	E520	<i>Influência de família [...]</i>

Constatou-se com os relatos da questão 25 que a identificação com a área, profissão ou curso foram significativos na escolha do curso pelo aluno.

Quadro 19 – Motivos de escolha da UNIPAMPA

Categoria	Entrevistado	Relato
Ser federal/pública	E191	<i>Oportunidade de estudar em uma universidade Federal.</i>
Curso ofertado	E34	<i>Única universidade que tem essa graduação no Brasil.</i>
	E120	<i>Pela facilidade de ter um campus em minha cidade e um curso que eu quis fazer.</i>
Cidade/localidade	E21	<i>Vontade de conhecer a cultura gaúcha.</i>
	E41	<i>[...] se localizar em uma cidade com menor índice de criminalidade do que porto alegre ou pelotas [...]</i>
	E147	<i>Ter o curso que eu queria fazer e ser próxima ao meu município de origem.</i>
Ingresso (facilidade)	E63	<i>nota de corte baixa no sisu.</i>
Financeira	E79	<i>Porque não tinha dinheiro para me manter em outro lugar.</i>
Qualidade	E38	<i>A qualidade de ensino reconhecida como perfil de universidade federal.</i>
	E199	<i>Avaliação do curso pelo MEC; Qualidade do ensino (professores capacitados); Estrutura (laboratórios e biblioteca);</i>
	E382	<i>Uma universidade nova e com alto potencial</i>
Assistência Estudantil	E37	<i>[...] Auxílios (PBP) para alunos com situação financeira precárias [...].</i>
	E187	<i>[...] oferecer possibilidades de ajuda financeira através de projetos de pesquisa/extensão ou por programas como o PBP [...]</i>
Indicação	E160	<i>Indicação de amigos que já estudavam nela e aprovaram a instituição.</i>
	E207	<i>Através do Sisu, e a boa imagem que os acadêmicos e ex acadêmicos dela me passaram.</i>
Outros	E8	<i>Pela oportunidade e experiência de morar sozinha em outro estado [...]</i>

Dentre as categorias elencadas no Quadro 18, chamou a atenção nos relatos dos pesquisados a preocupação em saber como a universidade é avaliada, e a obtenção desta indicação de qualidade principalmente de pessoas conhecidas do círculo social dos pesquisados.

Na questão 27 sobre as atividades de interesse em um possível retorno à UNIPAMPA, que ofereceu 7 opções de marcação ao aluno, com a possibilidade de múltipla escolha, obteve-se 53 combinações de respostas. Tomando-se os 543 alunos como 100% para o cálculo da porcentagem por opção, verifica-se que os alunos têm mais interesse na pós-graduação (72,01%) e depois em atividades de atualização acadêmica/profissional, seja em participar (47,33%) quanto em ministrar (45,86%), conforme disposto na Tabela 23. Cabe mencionar que, apesar de não ser significativo para a análise, constatou-se a marcação de “não teria intenção de retornar” juntamente com alguma das demais opções da questão.

Tabela 23 – Interesses em um possível retorno à UNIPAMPA

Interesses na UNIPAMPA	Frequência	Percentual
cursar pós-graduação	391	72,01%
participar de seminários, palestras e/ou cursos de atualização	257	47,33%
ministrar seminários, palestras e/ou cursos de atualização	249	45,86%
participar de atividades culturais, artísticas, esportivas e/ou recreativas	166	30,57%
cursar outra graduação	133	24,49%
ministrar atividades culturais, artísticas, esportivas e/ou recreativas	116	21,36%
não teria intenção de retornar	46	8,47%
Total	1358	

Em relação à avaliação institucional, observou-se pelos relatos que a principal motivação para escolha do curso é a identificação com a área, com a profissão ou com o curso. Em relação à escolha pela UNIPAMPA, os motivos foram desde o fato de ser uma universidade federal e gratuita, com ingresso facilitado, pela oferta do curso desejado e pelo benefício da localidade, até o reconhecimento de sua qualidade de ensino. Evidenciou-se ainda que os alunos têm interesse em prosseguir com seus estudos na UNIPAMPA no nível de pós-graduação (72,01% conforme dados da Tabela 23).

5.1.3 Situação de trabalho

A terceira seção “III – Situação de trabalho” foi composta por 6 questões (28 a 33). Nestas questões analisou-se a situação laboral e socioeconômica dos alunos durante e após sua formação, a fim de atender ao objetivo específico do estudo de verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete na inserção profissional e regional dos alunos participantes do estudo.

A seção inicia com a questão 28 referente à **ocorrência de trabalho durante a graduação** (isto é, se o aluno trabalhou durante a sua graduação), de múltipla escolha, assim, as 5 alternativas da questão produziram 16 combinações de respostas. Tomando-se o total de 543 alunos como 100% para o cálculo da porcentagem por opção, constata-se que quase metade dos alunos (48,80%) foi

bolsista acadêmico, conforme apresentado na Tabela 24. Este é um dado positivo, pois mostra que há procura dos alunos por bolsas acadêmicas.

Tabela 24 – Trabalho na graduação

Trabalho na graduação	Frequência	Percentual
sim, como bolsista acadêmico	265	48,80%
não trabalhei	175	32,23%
sim, sem vínculo empregatício	75	13,81%
sim, com vínculo empregatício	67	12,34%
sim, estágio remunerado	62	11,42%
Total	644	

A instituição deve avaliar o investimento na oferta de bolsas a este público, pois promovem a qualificação acadêmico-profissional do aluno, onde se alia a teoria do curso à vivência prática. O ganho financeiro auferido também reduz o risco do aluno ter de procurar trabalho, pois os auxílios do Plano de Permanência - não raro - são insuficientes. Cabe explicar que este incentivo está alinhado com a própria legislação sobre a assistência estudantil:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior [...], considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Decreto Presidencial nº 7.234/2010-PNAES).

Isto corrobora com a ideia defendida pelo FONAPRACE de que a política de assistência estudantil deve inserir-se na práxis acadêmica, permeando as três dimensões do fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), e ser entendida como direito social, para romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, do favor (ANDIFES, 1998).

Com base nestes resultados, sugere-se que seja incluído um questionamento sobre o momento em que o aluno precisou trabalhar.

Na questão 29 sobre a **situação de trabalho atual**, que também foi de múltipla escolha, foi preciso uma análise mais cautelosa. Observa-se, na Tabela 25, que 30,94% dos alunos marcaram a opção “não estou procurando trabalho, pois estou me dedicando ao meu curso de graduação”, um percentual menor do que o encontrado na questão 10, em que 56,35% apontaram serem alunos regulares, o

que pode indicar que alguns alunos regulares se identificaram com as demais opções de marcação oferecidas.

Tabela 25 – Situação atual de trabalho

Situação atual de trabalho	Frequência	Percentual
Não estou procurando trabalho, pois estou me dedicando ao meu curso de graduação	168	30,94%
Estou desempregado	137	25,23%
Trabalho na minha área de formação	93	17,13%
Outro	79	14,55%
Trabalho em atividade não relacionada com a minha formação	73	13,44%
Não estou procurando trabalho, pois estou me dedicando ao meu curso de pós- graduação	43	7,92%
Não estou procurando trabalho, pois estou estudando para concursos	22	4,05%
Vazia	1	0,18%
Total	616	

Cabe destacar que, nesta questão, 79 alunos preferiram especificar sua situação atual no campo aberto disponível ao assinalar a alternativa Outro, envolvendo a marcação ou não das demais opções dadas. Observou-se, por exemplo, que mesmo se dedicando aos estudos, alguns alunos buscam trabalhar. As respostas obtidas em Outro deram origem às categorias dispostas na Tabela 26. Explica-se o total de 88 ocorrências nesta tabela pelo fato de uma mesma resposta poder se enquadrar em mais de uma categoria.

Tabela 26 – Categorias do campo Outros da questão 29

Categoria	Descrição	Frequência	Relatos para exemplificar
Estudo	Menção de estar estudando	38	<i>nao procuro trabalho o curso é integral e a cidade aonde ele se insere nao tem nada nem possibilidade de vc trabalhar (E132)</i>
Trabalho	Menção de estar trabalhando	19	<i>Estou cursando educação física e trabalho como professora de dança (E413)</i>
Bolsas	Menção de ser bolsista acadêmico	13	<i>bolsista FAPERGS (E230)</i>
Estágio	Menção de estar realizando estágio ou residência	10	<i>faço residência multiprofissional (E397)</i>
Desemprego	Menção de estar procurando trabalho	8	<i>A procura de trabalho, para poder me manter na graduação e sustentar meu filho (E243)</i>
Total		88	

Na questão 30, que enfocou o **tipo de organização em que trabalha** o aluno, a maioria (60,96%) marcou a opção “não se aplica”, adequada para o grupo de alunos que não estão trabalhando (Tabela 27). Dentre os que trabalham atualmente, têm-se 20,44% atuando na esfera pública (9,76% no governo federal; 2,58% no estadual e 8,10% no municipal); 17,86% na esfera privada (11,79% como empregado; 5,52% como autônomo e 0,55% como empresário) e menos de 1% no terceiro setor (0,74%).

Tabela 27 – Tipo de organização de trabalho

Tipo de organização	Frequência	Percentual
Não se aplica	331	60,96%
Setor privado (empregado)	64	11,79%
Governo Federal	53	9,76%
Governo Municipal	44	8,10%
Autônomo/Profissional Liberal	30	5,52%
Governo Estadual	14	2,58%
Empresário	3	0,55%
Terceiro Setor	4	0,74%
Total	543	100,00%

Destaca-se ainda, em relação à esfera privada, que somente 0,55% são empresários, o que denota a necessidade do fomento à cultura empreendedora na universidade. Considerando a inserção regional da UNIPAMPA, e seu compromisso com o desenvolvimento local, isto é particularmente necessário. Para Etzkowitz (2003 apud CASADO, et al., 2012, p. 638),

[...] as Universidades estão, atualmente, passando por uma “segunda revolução”, na qual o desenvolvimento social e econômico é incorporado como parte da missão da universidade. Assim, a Universidade que integra o desenvolvimento econômico e social como uma função adicional tem sido chamada “Universidade Empreendedora”.

Na questão 31 referente à **renda mensal** pediu-se para os alunos considerarem, como referência, o salário mínimo nacional no valor de R\$ 788,00. Na Tabela 28, verifica-se que 58,38% dos alunos apresentam uma renda mensal de até um salário mínimo, seguido por 32,68% dos alunos que apresentam uma renda de um a três salários mínimos, o que pode englobar parte dos alunos que recebem até

um salário mínimo e meio, já que para ser beneficiário do Plano de Permanência o aluno deve possuir uma renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, critério este que está em consonância com o Decreto 7.234/2010-PNAES.

Tabela 28 – Renda mensal dos alunos

Renda mensal	Frequência	Percentual
até um salário mínimo	317	58,38%
de um a três salários mínimos	172	31,68%
de três a cinco salários mínimos	46	8,47%
de cinco a dez salários mínimos	8	1,47%
mais de dez salários mínimos	0	0,00%
Total	543	100,00%

Cabe ainda problematizar a questão por não realizar a distinção entre alunos em formação (geralmente dependentes da renda dos progenitores) dos alunos formados que estejam inseridos no mercado de trabalho, por exemplo. Contudo, mesmo que se faça uma análise com base em remuneração salarial, constata-se que a situação econômica dos alunos não é tão favorável, pois a maioria (total de 90,06%) apresenta renda de até três salários mínimos.

Na questão 32 referente à **situação socioeconômica** atual quando comparada ao ingresso na UNIPAMPA observa-se que para 40,88% dos alunos a situação melhorou e para 40,88% a situação se estabilizou, totalizando 81,76% das respostas, conforme observa-se na Tabela 29.

Tabela 29 – Situação socioeconômica

Situação	Frequência	Percentual
melhor	222	40,88%
igual	222	40,88%
pior	99	18,23%
Total	543	100,00%

Com a questão 33 referente ao **motivo do formado não atuar na área** obteve-se 130 respostas válidas, conforme dados apresentados na Tabela 30, as quais foram categorizadas.

Tabela 30 – Estatística da questão 33

Respostas	Frequência	Percentual
Válidas	130	23,94%
Melhor/Igual/Pior	17	3,13%
Em branco	396	72,93%
Total	543	100,00%

No Quadro 20 constam as categorias dos motivos atribuídos pelos alunos por não atuarem ainda na área de formação:

Quadro 20 – Motivos por não atuar na profissão

Categoria	Entrevistado	Relato
Falta de oportunidades	E50	<i>[...] deve-se a um número cada vez maior de profissionais em relação ao número reduzido de vagas.</i>
	E283	<i>[...] As empresas preferem estagiários e pagarem uma remuneração abaixo do que contrataram profissionais.</i>
	E311	<i>Falta de campo de trabalho na cidade!</i>
	E511	<i>Crise, falta de oportunidades, muitas pessoas desempregadas [...] concorrendo para a mesma vaga, falta de capital para iniciar um negócio próprio.</i>
Experiência/Formação	E437	<i>Não há vagas na área e quando existem, há necessidade de experiência no mercado privado, a qual não foi proporcionada pela universidade [...]</i>
	E460	<i>A falta de estágio na minha área durante a graduação, não me sinto preparada pro mercado de trabalho. E sim fui preparada pra fazer mestrado, doutorado e seguir carreira de professora mas isso não se aplica a mim.</i>
Dedicação aos estudos	E87	<i>Estou estudando para concursos e provas de pós-graduação</i>
	E97	<i>[...] estou desempregada [...] mas estou procurando emprego e estudando para concursos [...] na minha área.</i>
Recessão do país	E391	<i>Dificuldade em achar emprego (em qualquer área) devido à crise econômica.</i>
Pessoais/Familiares	E81	<i>gestação</i>
Outros	E52	<i>falta de conhecimento dos empresários sobre a minha profissão</i>
	E405	<i>Minha formação superior foi com objetivo de fazer concurso público que exige qualquer nível superior [...]</i>
Não se aplica	E95	<i>Ainda não estou formada</i>

Nesta questão, três categorias se destacaram: falta de oportunidades no mercado de trabalho; problemas na formação ou de falta de experiência; e dedicação aos estudos para concursos ou pós-graduação. Ao trazerem a questão da falta de oportunidades de trabalho na região, alguns alunos relataram que a indicação é prática recorrente. Cabe salientar que as respostas desta questão

também foram feitas por alunos ainda em formação, as quais fizeram apontamentos sobre o mercado de trabalho em sua área. Ao analisar os dados do Quadro 20, observa-se também que os alunos relataram dificuldades para se inserir no setor privado, ao passo que muitos estão investindo na pós-graduação e em concursos públicos.

5.1.4 Assistência Estudantil

Esta subseção que contemplou as questões 34 a 47 com as quais procurou-se responder aos objetivos específicos de analisar as ações do Plano de Permanência realizadas na UNIPAMPA na perspectiva dos alunos; verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete no desempenho acadêmico dos alunos participantes do estudo; e também verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete na inserção profissional e regional dos alunos participantes do estudo.

A questão 34 trata da **influência do Plano de Permanência na escolha da IFE e do curso**, ao perguntar ao aluno se o Plano de Permanência influenciou na sua decisão quanto à escolha da UNIPAMPA e do curso. Acreditava-se que, pela vulnerabilidade socioeconômica do público, verificada anteriormente, haveria maior marcação de “sim”, contudo para 67,22% dos alunos (ver Tabela 31) o Plano de Permanência não influenciou a decisão quanto à escolha da UNIPAMPA e do curso, o que indica que a motivação da escolha pode ser pela afinidade com o curso, o que é positivo. Assim, o Plano de Permanência pode não ser decisivo para a escolha, mas influencia na permanência do aluno na instituição.

Tabela 31 – Influência do PP

Influência	Frequência	Percentual
não	365	67,22%
sim	178	32,78%
Total	543	100,00%

Na questão 35 na qual perguntou-se ao aluno **como conheceu o Plano de Permanência**, em que era possível a marcação de mais de uma opção. Tomando-se o total de 543 alunos como 100% para o cálculo da porcentagem por opção,

constata-se que 42,91% conheceram o Plano de Permanência pela indicação de amigos, conforme dados apresentados na Tabela 32.

Tabela 32 – Como conheceu o PP

Meio	Frequência	Percentual
indicação de amigos	233	42,91%
nos murais	207	38,12%
pesquisa no site	155	28,55%
divulgação na matrícula	116	21,36%
outro	42	7,73%
Total	753	

As 42 respostas na opção Outro foram categorizadas da seguinte forma (com as respectivas frequências entre parênteses): assistente social (11), professores (8), NuDE (4), *facebook* (2), amigos/colegas (4), e-mail (2), site/internet (2), não recorda (2), divulgação na sala/no campus (4), indeterminado (3), secretaria acadêmica (1) e jornais (1). Algumas respostas se enquadraram em mais de uma categoria, por isso o somatório das frequências totaliza 44.

Na questão 36 sobre o **período em que foi beneficiário do PP** o aluno deveria marcar todos os anos em que foi beneficiário do Plano de Permanência, obtendo-se 42 combinações de respostas. A pesquisa conta com representantes de todos os anos, desde a implantação do Plano até a atualidade (ver Tabela 33).

Tabela 33 - Ano como beneficiário

Ano	Frequência
2009	51
2010	124
2011	161
2012	210
2013	242
2014	214
2015	212
Total	1214

Na questão 37 relativa à **ocorrência de desligamento no PP** em algum momento por não atendimento aos critérios de manutenção (já mencionados na

seção 5.1.2.4 *Retenção*) verifica-se que 71,09% dos alunos afirmam que não foram desligados, conforme os dados da Tabela 34.

Tabela 34 – Ocorrência de desligamento no PP

Desligado	Frequência	Percentual
não	386	71,09%
sim	157	28,91%
Total	543	100,00%

Na questão 38 que abordou sobre a **clareza quanto ao desligamento no PP** somente 6,63% do total de alunos respondentes afirmaram que desconheciam o motivo pelo qual foram desligados (representam 22,64% do total de alunos que já passaram por desligamento). Na Tabela 35 também constata-se que a maioria 70,72% marcou “não se aplica” porque não passou por este desligamento, sendo um percentual semelhante ao obtido na questão anterior de 71,09%.

Tabela 35 – Clareza no desligamento

Resposta	Frequência	% Total	% Desligados
não se aplica	384	70,72%	-
sim	123	22,65%	77,36%
não	36	6,63%	22,64%
Total	543	100,00%	100,00%

Na questão 39 a qual enfocou o **reingresso no Plano de Permanência**, com o questionamento se o aluno conseguiu reingressar ao Plano caso tenha sido desligado, constata-se que, excetuando-se os casos em que “não se aplica” o desligamento para 74,03% dos casos; 14,36% dos alunos não conseguiram reingressar ao Plano de Permanência após terem sido desligados, conforme apresentado na Tabela 36.

Tabela 36 – Reingresso após desligamento

Resposta	Frequência	Percentual
não se aplica	402	74,03%
não	78	14,36%
sim	63	11,60%
Total	543	100,00%

Na questão 40 investiga-se se o aluno teve algum outro auxílio e/ou bolsa na universidade além das modalidades de benefícios do Plano de Permanência. 307 alunos responderam que sim; 223 responderam que não e outros somaram 13. Dentre as bolsas citadas destaca-se as bolsas acadêmicas (sendo algumas bolsas de órgãos de fomento externos); estágios remunerados; auxílios para participação em eventos; e auxílio à instalação. Cabe lembrar que, conforme a política de assistência estudantil, a instituição deve incentivar a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na pergunta 41 os alunos puderam descrever quais as principais dificuldades que encontraram para realizar seu curso. Apresenta-se no Quadro 21 algumas das dificuldades encontradas. Observa-se, sobretudo, pelas categorias, que as dificuldades foram de ordem pessoal, institucional e com a cidade.

Quadro 21 – Dificuldades para cursar

(continua)

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Adaptação	E2	<i>[...] preconceito por ser do nordeste, ser mãe solteira e estudante [...].</i>
		E20	<i>adptação com o curso</i>
		E281	<i>[...] mudança domiciliar e climática.</i>
	Saúde	E240	<i>[...] psicológicas.</i>
		E394	<i>Problemas de saúde.</i>
	Familiar	E64	<i>De não ter com quem deixar minha filha [...]</i>
		E462	<i>Doença na família</i>
	Organização do tempo	E150	<i>organizar os horários de estudo</i>
	Financeiras	E204	<i>conseguir me sustentar [...] mesmo com o auxílio [...] pois ocorre reajustes nas contas a pagar [...].</i>
		E514	<i>[...] dificuldade financeira [...] são necessários equipamentos mais avançados [...]</i>
	Dificuldade de conciliar	E326	<i>Conciliar trabalho e estudos.</i>
	Base de ensino	E61	<i>Em disciplinas como Cálculo e Física.</i>
		E49	<i>Ensino médio fraco</i>
Faltou estudo	404	<i>Falta de interesse em estudar</i>	

Quadro 21 – Dificuldades para cursar

(conclusão)

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Distância	E89	<i>Ser em outra cidade, muito distante de onde vim [...]</i>
		E432	<i>[...] longe da minha família, quando entrei na faculdade já tinha a intenção de me transferir [...]</i>
Institucional	Administrativo	E9	<i>a greve</i>
		E76	<i>[...] curso ser noturno e secretaria, biblioteca, transporte não funcionar como deveria [...] a noite.</i>
		E119	<i>Sem internet em casa e a internet da faculdade tem dias que não funciona.</i>
	Pedagógica	E24	<i>Falta de políticas [...] por exemplo, quebra de requisito. [...] a qualidade das aulas ministradas, falta de laboratórios, falta de pesquisa e/ou extensão no curso, [...] programa de nivelamento.</i>
		E47	<i>A falta de campos de estágios remunerados.</i>
		E115	<i>A falta de mais aulas práticas.</i>
		E256	<i>Professores não preparados.</i>
		E368	<i>As disciplinas [...] difíceis e exigem bastante [...]</i>
	Assistência Estudantil	E144	<i>[...] Mesmo recebendo a ajuda PBP, a ajuda era pouca e o valor das bolsas não era reajustado [...]</i>
		E305	<i>Falta [...] Restaurante Universitário [...]</i>
		E306	<i>[...] falta da casa do estudante [...]</i>
E466		<i>A burocracia para receber a bolsa permanência [...].</i>	
Cidade	E18	<i>[...] custo de vida elevado da cidade.</i>	
	E157	<i>[...] para a universidade [...] longe do centro [...] e o transporte público ser de péssima qualidade.</i>	
	E223	<i>[...] estrutura precária da cidade, insegurança para ir e voltar da faculdade a noite [...]</i>	
	E399	<i>[...] encontrar moradia em preço acessível no centro da cidade, perto de paradas de ônibus, mercados e comércios [...]</i>	
	E400	<i>A cultura da cidade.</i>	
Outros		E464	<i>[...] E falar em público.</i>

Na pergunta 42 sobre o aluno ter tido algum tipo de acompanhamento (social, pedagógico, etc) durante a graduação, 430 alunos responderam que não tiveram acompanhamento; 91 que tiveram e 22 respostas foram enquadradas em outros, inválidas ou em “não se aplica”. No Quadro 22 detalha-se alguns relatos dos pesquisados.

Quadro 22 – Trabalho de acompanhamento dos NuDEs

Categoria	Entrevistado	Relato
Sim	E96	<i>Sim, porem não foi satisfatório.</i>
	E115	<i>Sim, social e pedagógico [...] sempre muito presente e solícito.</i>
	E218	<i>Social e psicológico.</i>
	E330	<i>Somente para manutenção do auxílio.</i>
Não	E108	<i>Não necessitei, [...] se precisasse poderia entrar em contato [...]</i>
	E335	<i>Não, mas por escolha própria. [...] dispõe de atendimentos variados [...] desde a monitorias ao atendimento na área de Serviço Social.</i>
	E362	<i>Não, [...] para renovação da bolsa, achava a assistente social responsável indiferente [...] fazia a parte burocrática [...]</i>
	E398	<i>Não, somente o auxílio.</i>
	E444	<i>Não, só quando pedia o PBP avaliavam minhas informações.</i>
	E491	<i>Nenhum. [...] estive com grandes problemas de saúde procurando diversas vezes por acompanhamento e auxílio [...]</i>
	E509	<i>Não, [...] não tem uma psicóloga a disposição dos graduantes [...]</i>
E516	<i>Não em específico, só busquei ajuda a pedagoga da universidade em algum momentos de dificuldades.</i>	

Percebeu-se com os relatos contidos no Quadro 22 que, no geral, os alunos conhecem os NuDEs e que alguns não consideram necessário recorrer ao Núcleo para acompanhamento. Como tipos de acompanhamento foram citados: social, psicológico, pedagógico. No aspecto social, alguns alunos se referiram apenas aos momentos de seleção e renovação dos benefícios. No aspecto pedagógico os alunos citaram monitorias e materiais de reforço, e quanto ao psicológico alguns alunos queixaram-se de haver poucos psicólogos no quadro de servidores da instituição. Nesse sentido, destaca-se a seguinte fala sobre a divulgação do serviço:

[...] tem psicologa e assistente social mas não há uma divulgação, sobre isso, e quando há não é muito claro quando se deve procurar tais atendimentos (E231).

Chamou a atenção também o relato da Entrevistada 219, que percebe na instituição a atenção demasiada aos ingressantes em relação aos demais alunos:

O Nude em um primeiro momento nos deu alguma assistência, mas após passado um ano de graduada eles simplesmente parecem que esquecem dos alunos veteranos, a impressão que nos da é que o foco deles são os calouros, mas temos muitos alunos veteranos que são muito carentes [...]

Na pergunta 43 sobre o que o aluno considera importante para garantir a permanência do aluno na universidade. Esta é uma das questões centrais do estudo. Com base nos relatos, constatou-se novamente que a assistência estudantil

não é o único aspecto a ser considerado na permanência do aluno, incidindo também outros fatores (pessoais, institucionais etc), que devem ser de conhecimento da gestão. Observa-se também que a demanda por assistência básica (em auxílios financeiros e/ou serviços) é crucial, mas não suficiente, pois demanda-se ações em outras áreas, sobretudo em saúde mental, questões didático-pedagógicas e apoio formativo. No Quadro 23 constam alguns relatos dos pesquisados.

Quadro 23 – Importante para garantir a permanência

Categoria	Subcategoria	Entrevistado	Relato
Pessoal	Motivação	E396	<i>Ter dedicação e vontade de evoluir</i>
	Apoio	E68	<i>[...] amigos para trocar ensinamentos e motivar até o final do curso.</i>
		E205	<i>Apoio e incentivo da família.</i>
	Financeiras	E531	<i>[...] ter condições financeiras</i>
	Afinidade com o curso	E368	<i>[...] deve ter afinidade com a área a qual está cursando.</i>
Institucional	Assistência Estudantil	E16	<i>Aumentar o valor da bolsa permanência oferecida.</i>
		E81	<i>Melhorias nos programas de acolhimento e acompanhamento estudantil</i>
		E398	<i>Dos que estão em vulnerabilidade social, um efetivo acompanhamento pedagógico e social</i>
		E519	<i>Além dos programas de permanência, considero a estrutura, como espaços de convivência e restaurante universitário [...]</i>
		E530	<i>[...] necessidades básicas sejam atendidas [...] suporte pedagógico [...] algum tipo de auxílio médico [...]</i>
		E545	<i>A Casa do Estudante é um grande suporte a quem vem de fora.</i>
		E546	<i>A ajuda da bolsa é bem importante, para que os alunos beneficiados consigam se manter na cidade pra cursar a faculdade</i>
	Questões didático-pedagógicas	E522	<i>Um ambiente harmonioso entre alunos-professores; Professores dispostos a ensinar; Aulas dinâmicas com exemplos sempre que possível do dia-dia [...]</i>
		E540	<i>Que os profissionais e os professores ouçam as dificuldades dos alunos e com isso ajudem a resolver seus problemas e continuarem na graduação.</i>
	Projetos	E19	<i>O incentivo/auxílio em projetos de ensino, pesquisa e extensão.</i>
	Cidade		E399

Na pergunta 44 que investiga se o aluno ficou/está satisfeito com o trabalho realizado pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de seu Campus, verifica-se que 418 dos pesquisados estão satisfeitos; 78 não estão; 13 responderam ambos/em partes; e outras 34 respostas englobam “não sabem”, “não se aplica” etc. No Quadro 24 detalha-se alguns dos relatos obtidos nesta questão.

Quadro 24 – Satisfação quanto ao NuDE

Categoria	Entrevistado	Relato
Sim	E4	<i>[...] sou bem recebida [...] as informações também são repassadas.</i>
	E84	<i>Estou satisfeito com o trabalho [...] porém não estou satisfeito com a estrutura [...] não possui [...] espaço físico para uma conversa individualizada com a assistente social, não tendo um psicólogo.</i>
	E95	<i>O atendimento é bom [...] o problema é que frequento um curso noturno e quando necessito do NuDE preciso ir até a universidade em horário comercial, necessitando pedir licença em meu trabalho.</i>
Ambos	E3	<i>Não e sim [...] apesar de ter recebido a bolsa, conheço pessoas [...] não estão conseguindo se manter. [...] campi possui apenas UMA psicóloga [...] e o campus [...] já lidou com um atentado de suicídio [...]</i>
	E183	<i>Em partes [...] fui muito bem recepcionada, mas quando há reclamação em relação a professores, nem sempre há ajuda [...].</i>
Não	E38	<i>[...] o setor se limita apenas por garantir permanência [...] deveria buscar medidas que visam combater situações de repetência e evasão. Precisamos também de psicólogo e dentista [...]</i>
	E40	<i>Não muito, a equipe era atenciosa e acessível,mas o horário de funcionamento é restrito [...]</i>
	E100	<i>[...] o nude [...] não tem poder nenhum, você reclama e só se expõe, nada muda. Os professores são intocáveis [...].</i>
	E139	<i>[...] A assistente social só faz o trabalho de receber e repassar os formulários de requerimento e recursos dos auxílios [...] problemas psicológicos entre os alunos é recorrente [...] casos de surtos [...]</i>
	E181	<i>Não, pois quando falta algum documento normalmente não podemos ter outro prazo para entregar e isso prejudica muito.</i>
	E219	<i>[...] mal sabiam nos dizer o porque não conseguimos a bolsa [...] e nas pastas [...] faltam documentos que eu envieí. E [...] LIGARAM para dois alunos que esqueceram de colocar alguns documentos no envelope, sendo que eles não podem [...] nos dias de entrega [...]</i>
	E336	<i>Não estou satisfeita, pois já soube de pessoas que de fato não precisavam e ganhavam bolsa auxílio.</i>
	E362	<i>[...] necessitaria um pouco mais de acolhimento [...] situação difícil ter que expor os problemas financeiros [...] E maior fiscalização [...]</i>

Com base nos relatos do Quadro 24, parece correto inferir que independente de estarem ou não satisfeitos, os alunos fizeram críticas e proposições. Constatou-se ainda que alguns alunos mais antigos manifestaram não ter condição de opinar sobre o NuDE.

Além dos relatos apresentados, destaca-se também a fala do Entrevistado 505 referente à doação de cobertores e considerando os frios intensos da região:

[...] Continuar a doação de cobertores no inverno, pois muitos não possuem condições de comprar.

A partir dos relatos, sugere-se à instituição a disponibilização de mais horários noturnos aos alunos, o fortalecimento das ações de intervenção pedagógica junto aos docentes, a disponibilização de atendimento psicológico, a criação de canais de denúncias e a divulgação de mais informações sobre o processo de trabalho de seleção e renovação no Plano de Permanência.

Na pergunta 45 os alunos citaram os aspectos positivos e negativos do Plano de Permanência da UNIPAMPA com base em sua opinião. No geral, os aspectos positivos citados não apresentam variedade, remetendo à possibilidade de permanência do aluno e à relevância enquanto suporte financeiro, mesmo nos casos em que os valores dos auxílios foram considerados insuficientes ou inadequados.

O aspecto negativo mais citado foi o valor do(s) auxílio(s), que seria inadequado especialmente em relação ao auxílio moradia; seguido do processo de seleção, principalmente pela pouca abrangência do Plano (deveria abranger mais alunos) quanto pelo método de seleção (alega-se que alguns alunos não merecem). Sugere-se, assim, o estudo da viabilidade de reajustar o(s) auxílio(s) e esforços para dirimir dúvidas e desconfianças quanto à seleção.

Quadro 25 – Aspectos negativos do Plano de Permanência

(continua)

Categoria	Entrevistado	Relato
Valor do(s) auxílio(s)	E406	<i>[...] valor recebido incompatível com os custos da cidade, principalmente aluguéis [...]</i>
	E530	<i>[...] não supre todas as demandas [...] ajuda parcial [...] em muitos casos não é o suficiente para impedir a evasão.</i>
	E531	<i>[...] mesmo ajudando as vezes ainda é pouco, principalmente o auxílio moradia.</i>
Critérios	E12	<i>[...] às vezes queremos optar por fazer menos créditos e não podemos.</i>
	E86	<i>[...] não ajuda no caso da retenção [...] (pois pelos critérios o aluno pode reprovar em 40% dos créditos [...]), mas ajuda na evasão, pois o aluno pode se dedicar mais [...]</i>
	E176	<i>[...] Aluno que reprova por nota [...] ou por frequência não deveria ter o direito de retornar ao programa [...] Na maioria [...] não é [...] dificuldade nas matérias [...].</i>
	E354	<i>Deixa alunos que perderam ganhar novamente [...]</i>
Política do RU	E255	<i>[...] o valor para alimentação no final de semana [...]</i>
	E523	<i>[...] ser obrigado a ter 16 refeições por mês no RU, desconto do auxílio alimentação em campus com RU [...]</i>

Quadro 25 – Aspectos negativos do Plano de Permanência

(conclusão)

Categoria	Entrevistado	Relato
Seleção/Avaliação	E62	<i>[...] O método de avaliação para dar ou retirar o benefício é extremamente falho e mal explicado.</i>
	E85	<i>[...] a falta de um retorno para o aluno, quando um aluno entra com recurso por não ter sido selecionado.</i>
	E113	<i>[...] Processo lento e burocrático, e no caso de alunos oriundos de outras cidades e estados [...] se contemplado só começa a receber o auxílio no meio do ano [...]</i>
	E129	<i>[...] Todo semestre passar por reavaliação [...] Apenas uma reavaliação por ano seria necessário.</i>
	E158	<i>[...] dar preferência a alunos ingressantes e esquecer os que precisam para dar continuidade no curso.</i>
	E210	<i>[...] E não explicar com certeza os motivos de não conseguir o auxílio.</i>
	E319	<i>[...] na minha atual universidade vejo um grande avanço na aplicação da permanência, onde a bolsa alimentação e de permanência são divididas em quatro tipos [...]</i>
	E407	<i>[...] número de bolsas oferecidas ser menor que o de alunos necessitados.</i>
	E419	<i>[...] avaliação, que não é tão eficaz, apesar da burocracia, muita gente que não precisa desse auxílio o recebem [...]</i>
	E494	<i>[...] o edital só abre no início de cada ano [...] se fosse por semestre os alunos teriam mais oportunidade...</i>
	E499	<i>[...] tem alunos que não precisam e recebem. E outros que necessitam e estão fora.</i>
	E508	<i>[...] alguns apresentam documentos forjados, enquanto na vida real ostentam o tempo todo [...]</i>
E524	<i>[...] necessitam da bolsa não à conseguiram pela dificuldade em conseguir toda documentação [...]</i>	
Acompanhamento	E142	<i>[...] Falta de acompanhamento e falta de interesse a vida acadêmica dos alunos.</i>
	E335	<i>[...] acredito que o PP exige pouco dos alunos em contrapartida.</i>
	E415	<i>[...] o pessoal que trabalha no setor dos PPs deveriam ser menos exigentes e mais participativos na vida do aluno.</i>
Questões didático-pedagógicas	E341	<i>Falta de autonomia dos NuDEs para dialogar com docentes [...]</i>
Pagamento	E387	<i>[...] Alguns atrasos no início do ano para o repasse do dinheiro aos alunos [...]</i>
	E497	<i>[...] começa a ser pago em fins de maio para os novos contemplados [...] devia começar em março.</i>
Outros	E49	<i>[...] Falta de ações esportivas e culturais rotineiras</i>
	E145	<i>[...] gastos frequentes que não são levados em conta, como xerox, materiais para aula, jaleco.</i>

Contatou-se ainda que não há consenso entre os alunos quanto aos critérios para ingresso e manutenção no Plano, especialmente quanto aos acadêmicos (relativos aos créditos matriculados, frequência e reprovação nas disciplinas), pois enquanto alguns alunos sugerem o relaxamento dos critérios, outros defendem que

devem ser endurecidos e até mesmo aliados à outras exigências como participação em projetos e em horas de trabalho na universidade.

Na pergunta 46 que abordou o interesse do aluno em ficar trabalhando na região da UNIPAMPA ao se formar, constatou-se que 245 dos pesquisados pretendem ficar na região; 244 não pretendem ficar na região; e 54 respostas se enquadram em outros/não se aplica etc. No Quadro 26 apresentam-se alguns dos relatos referentes a esta questão.

Quadro 26 – Pretensão em permanecer na região

Categoria	Entrevistado	Relato
Sim	E10	<i>Sim, pois sou natural daqui, há possibilidades sim de [...] buscar trabalho em outra região devido esta região não proporcionar espaços para inserção no mercado de trabalho.</i>
	E25	<i>Quando me formar pretendo ficar trabalhando na região [...] por ser desta terra e contribuir para o crescimento da região.</i>
	E49	<i>Sim, atualmente trabalho na própria unipampa [...]</i>
	E116	<i>Sim, pretendo trabalhar na unipampa</i>
	E216	<i>Sim. Desejo contribuir para o desenvolvimento da região e retribuir a universidade [...], além de permanecer próxima a família.</i>
	E442	<i>Sim. Abrir uma empresa</i>
Não	E3	<i>Não, amo a UNIPAMPA, mas nem por isso pretendo [...]. Falta oportunidades de emprego e a cidade é muito tradicional.</i>
	E54	<i>Não. Pretendo ficar perto de minha família</i>
	E66	<i>[...] A área que me interessa e os objetivos que busco, se encontra em metrópoles e outros países.</i>
	E176	<i>Não. [...] Isso só impediria o meu crescimento profissional já que a região [...] não oferece oportunidades de crescimento e emprego.</i>
	E177	<i>Não [...], pois em Alegrete não conseguimos nem estágio para obter experiência na área, tão pouco encontraremos um emprego [...].</i>
	E201	<i>Não, Pretendo voltar para a minha região.</i>
	E202	<i>[...] Não gostei do estado e acho a cultura excludente apesar de já notar uma diferença onde atualmente resido.</i>
	E294	<i>[...] (população) é muito hostil com quem é de fora. Xenofóbicos!</i>
	E354	<i>[...] a região [...] é fraca e não desenvolvida, por exemplo Campinas [...] não era nada, e quando a unicamp foi instaurada virou um polo tecnológico, a unipampa ta a dez anos e nada.</i>
	E485	<i>Se houvesse trabalhdo lá teria ficado.</i>
	E528	<i>[...] pretendo buscar mestrado ou ir para onde surgir um concurso e eu passar.</i>

No Quadro 26, tomando por base os relatos obtidos e os apresentados, constata-se que os alunos não veem oportunidades de trabalho na região. Para alguns dos pesquisados verifica-se que, independente do desejo de se manter na região, irão para onde conseguirem trabalho. Outros pesquisados relataram que as questões familiares e pessoais são as mais fortes para permanecerem na região.

Chama a atenção o desejo dos alunos em trabalharem na UNIPAMPA e em continuar os estudos, citando inclusive em nível de Pós-Graduação no exterior.

Na pergunta 47 que aborda a opinião do aluno sobre a cidade em que está cursando ou cursou a graduação no que tange a oferecer atrativos para a sua permanência, constata-se que para 158 dos pesquisados a cidade do curso oferece atrativos; para 356 não; para 22 sim e não e outros 7 se enquadram em outros. No Quadro 27 apresenta-se alguns relatos que confirmam esses achados.

Quadro 27 – Atrativos para a permanência na cidade

(continua)

Categoria	Entrevistado	Relato
Sim	E4	<i>Para eu que resido [...] o lugar é atrativo, mas para pessoas que vem de longe estudar aqui de cidades maiores possuem outra visão [...]</i>
	E54	<i>Sim. [...] cidade pequena, ideal para quem quer focar nos estudos</i>
	E198	<i>Sim, pois é muito tranquila, não há violência.</i>
	E214	<i>[...] com a vinda da Unipampa a cidade cresceu em todos os aspectos.</i>
	E215	<i>[...] não possui muitos atrativos, mas tem os serviços que são necessários para se manter na Cidade.</i>
	E216	<i>[...] A residência multidisciplinar é um dos atrativos [...]</i>
	E250	<i>Sim, a universidade é o atrativo [...]. Muitos colegas reclamam que aqui [...] não tem cinema, teatro... Mas [...] viemos [...] estudar [...]</i>
	E402	<i>Sim, pois sou natural da minha cidade.</i>
Não	E3	<i>Não, é uma cidade pequena, tradicional e conservadora. A presença da UNIPAMPA na cidade incomoda alguns dos moradores [...]</i>
	E8	<i>Não, a cidade ainda não acordou para crescer junto a universidade [...]</i>
	E9	<i>não, a cidade oferece poucas vagas de emprego.</i>
	E14	<i>Não. [...] muito dependente do comércio [...]</i>
	E28	<i>[...] não há o conhecimento/incentivo em cumprir Lei federais que garantem [...] meia entrada, passagem de forma ampla e acessível aos alunos [...] estágio que é inviável na região área do meu curso [...]</i>
	E49	<i>Não, [...] não há ações culturais, esportivas e de lazer [...]</i>
	E53	<i>Não, [...] sem cinema e com livrarias muito caras [...]</i>
	E69	<i>Não. [...] O transporte é caro e ruim [...] custo de vida da cidade é caro Aluguel é terrível, pouco arborizada [...] horários do comércio e serviço são muito restritos. A infraestrutura é péssima. [...]</i>
	E112	<i>Não, [...] tenta abrir para os estudantes a população denuncia e o estabelecimento acaba fechando, [...] dificuldade [...] de arrumar lugar para alugar [...] para estudante [...]</i>
	E122	<i>[...] Falta um transporte público de qualidade, falta segurança [...] não tem saneamento básico! Falta SAÚDE [...]</i>
	E171	<i>Não. Não tem emprego, e quando tem é por indicação [...]</i>
	E176	<i>Não [...] acham que os universitários vieram para depredar [...] preços dos aluguéis altíssimos e a alimentação fora de casa [...] inviável.</i>
	E178	<i>[...] a cidade não investe nem apoia a universidade [...]. Os aluguéis são caríssimos [...], o transporte é de má qualidade e caro.</i>
	E218	<i>Não, [...] a maioria das pessoas são machistas, preconceituosas, racistas e homofóbicas [...]</i>
	E237	<i>[...] Os únicos atrativos são as belezas naturais da cidade [...]</i>
E286	<i>Não, [...] os moradores aumentaram os preços de tudo [...] achando que tínhamos dinheiro por ter escolhido estudar fora</i>	

Quadro 27 – Atrativos para a permanência na cidade

(conclusão)

Categoria	Entrevistado	Relato
Não	E308	<i>Não, tem muita pobreza, vulnerabilidade social, desemprego. Poucas oportunidades de emprego. O povo [...] parece conformado [...]</i>
	E321	<i>[...] não oferece atrativos do ponto de vista de festas, porém tem potencial turístico a ser explorado. [...] e a população local ainda vê a UNIPAMPA como algo distante, difícil de ser alcançado</i>
	E354	<i>Não, cidade pouco desenvolvida [...] população só quer saber de aumentar o aluguel e escolher a dedo quem aluga as casas.</i>
	E474	<i>Não. Os atrativos [...] são de grande parte realizados pelos estudantes, como esportes, grupos de estudo, festas, etc..</i>
	E543	<i>Não, a concorrência é muito grande e a profissão é [...] desvalorizada.</i>
Ambos	E84	<i>[...] são as relações estabelecidas não a cidade enquanto estrutura [...]</i>
	E115	<i>Sim e não, [...] pessoal é bastante receptivo e tudo é próximo, não a vendo gastos com transporte, já por outro lado, a estrutura da cidade é bastante precária, não havendo áreas de lazer e entretenimento.</i>

Com base nos relatos, observou-se, no geral, que as cidades não oferecem atrativos para a permanência do aluno na cidade, havendo reclamações especialmente em relação ao valor do aluguel e ao transporte público. Assim, a despeito dos alunos que são da região, a própria universidade torna-se o principal atrativo, sendo crucial para a permanência as ações culturais e as relações advindas da própria comunidade acadêmica.

Nesta seção observou-se que nas questões 40 a 47, obteve-se um expressivo registro de respostas por parte dos pesquisados, sendo 542 respostas na questão 45 e todas as demais tiveram 543 respostas.

5.1.5 Avaliação Geral

Na questão 48 sobre a Avaliação Geral foi utilizada uma escala do tipo *Likert*, variando de um a cinco pontos, correspondendo, respectivamente, a “discordo totalmente” e “concordo totalmente”, para medir o grau de concordância dos alunos em relação às assertivas. Na Tabela 37 apresenta-se as respostas obtidas.

Tabela 37 – Avaliação Geral

Questões	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
1. Eu recomendaria meu curso e a universidade para outras pessoas	2,39%	4,60%	5,89%	35,73%	51,38%
2. Se eu pudesse optar novamente, escolheria a mesma profissão	7,18%	11,23%	9,58%	26,34%	45,67%
3. De forma geral, estou satisfeito com a formação obtida	3,50%	7,55%	9,39%	45,30%	34,25%
4. Fazer o curso na UNIPAMPA contribui para a inserção no mercado de trabalho	6,63%	9,58%	22,65%	30,20%	30,94%
5. Fazer o curso na UNIPAMPA contribui para a inserção na pós-graduação	4,42%	6,26%	20,07%	32,97%	36,28%
6. Os auxílios de permanência são/foram decisivos para poder cursar a universidade	4,42%	4,79%	11,97%	29,10%	49,72%
7. Os programas de assistência estudantil da UNIPAMPA são suficientes para atender as necessidades dos alunos	14,00%	32,23%	8,10%	32,78%	12,89%
8. Meu desempenho acadêmico teve um reflexo positivo ao ser beneficiário(a) do Permanência	5,71%	5,52%	19,15%	37,94%	31,68%
9. A UNIPAMPA incentiva a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão	4,60%	9,76%	10,50%	38,86%	36,28%
10. A UNIPAMPA incentiva a participação dos alunos em atividades extracurriculares, tais como estágios, bolsas acadêmicas, cursos de informática e idiomas, etc	6,45%	11,79%	16,57%	38,67%	26,52%
11. A UNIPAMPA oferece meios para o enfrentamento do desempenho acadêmico insatisfatório	12,15%	19,34%	25,41%	32,04%	11,05%
12. Eu acompanho as notícias, informações e eventos promovidos pela UNIPAMPA	4,05%	5,34%	15,84%	47,88%	26,89%

Ao analisar os dados contidos na Tabela 37, evidencia-se que, de forma geral, os alunos estão satisfeitos com seu curso e com a instituição; reconhecem que fazer o seu curso nesta instituição contribui para a inserção no mercado de trabalho e na pós-graduação; e avaliam que o Plano de Permanência influencia positivamente no seu desempenho acadêmico, tendo em vista que o grau de concordância nestes itens se concentrou em Concordo e Concordo totalmente.

Como item avaliado medianamente destaca-se que 32,23% discordam e 32,78% concordam que os programas assistência estudantil da UNIPAMPA são suficientes para atender as necessidades dos alunos. E apenas 32,04% acreditam que a UNIPAMPA oferece meios para o enfrentamento do desempenho acadêmico insatisfatório.

5.2 REPRESENTANTES DOS NuDEs

Em relação aos representantes dos NuDEs obteve-se um total de 8 respostas, conforme já citado na seção Coleta e Análise dos Dados, sendo que não houve participação de três *campi*: Dom Pedrito, Itaqui e Jaguarão. Este instrumento está relacionado ao objetivo específico de analisar as ações do Plano de Permanência realizadas na UNIPAMPA institucionalmente.

Na seção I – Dados de Identificação do questionário, além do campus, também solicitou-se ao respondente informar o Cargo/Função, Sexo e Idade. Assim, a pesquisa contou com a participação de 4 assistentes sociais, 2 técnicos em assuntos educacionais, 1 pedagogo e 1 assistente em administração. Apenas em Santana do Livramento houve mais de um respondente por campus, ambas as respostas foram mantidas por se tratarem de visões profissionais de cargos distintos (1 assistente em administração e 1 pedagogo, conforme Tabela x).

Na Tabela 38 apresenta-se o perfil dos respondentes quanto à idade e o sexo.

Tabela 38 - Perfil dos NuDEs

Variável	Frequência	Percentual
IDADE		
até 30 anos	4	50,00%
31 a 40 anos	2	25,00%
acima de 40 anos	2	25,00%
Total	8	100,00%
SEXO		
Feminino	4	50,00%
Masculino	4	50,00%
Total	8	100,00%

Observa-se que o NuDE é composto por profissionais jovens, o que pode ser um fator positivo na relação com o público e na compreensão da política da

assistência estudantil. O questionário segue com a seção II – Questões Específicas, no qual se apresentam suas 10 questões abertas.

Na primeira questão que investiga se a **política de assistência estudantil da universidade contribui para a permanência** dos alunos na instituição e quais são os seus **principais benefícios**, todos os respondentes concordaram que a política contribui para a manutenção dos alunos na instituição. Destaca-se, contudo, uma observação quanto à necessidade de articulação da política institucionalmente:

[...] contribuem para o ingresso e permanência, mas que devem ser articuladas a outras políticas para garantirem o êxito do aluno (E8).

Outra ressalva apresentada justifica-se por ser no campus de Santana do Livramento, que ainda não dispõe de Restaurante Universitário:

Contribui mas ainda não responde totalmente à principal demanda que é alimentação (E6).

Em relação aos benefícios apontados pelos pesquisados, é importante salientar alguns relatos, tais como:

[...] Os auxílios financeiros do programa de permanência são os que mais impactam na vida dos estudantes, muito mais que os restaurantes universitários e demais programas (E1).

[...] O benefício é muito importante com relação à moradia e alimentação em que o aluno necessita de uma ajuda para se manter longe de casa e da sua cidade de origem, pois muitas vezes o estudante trabalhava e abandona o trabalho para vir estudar distante [...] de sua terra natal (E2).

[...] em sua grande maioria os acadêmicos não tem tempo para realizar atividade remunerada. Benefícios: alimentação adequada (necessidade básica), complemento para o pagamento do aluguel (que é muito caro em cidades com universidades), bem como a auxílio [...] para locomoção (E3).

[...] a ampliação da permanência de estudantes de menor renda (E5)

[...] Alunos que não poderiam cursar a universidade, por baixa renda familiar, com o PP pode ter mais opções de escolha de um curso, que realmente queira em outra cidade (E7).

[...] contribui [...] principalmente quando os serviços são ofertados, como RU e Casa do Estudante [...] (E8).

Além de viabilizar o acesso à universidade aos alunos vulneráveis socioeconomicamente, as respostas deixaram clara a importância da política de assistência estudantil aliar a concessão de auxílios financeiros com a oferta de serviços como Moradia Estudantil e Restaurante Universitário.

Na questão 2 que aborda a percepção da **realização de ações articuladas** (entre gabinete, pró-reitorias, unidades, segmentos universitários etc) para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico na instituição, verifica-se que para seis dos oito respondentes é necessária uma articulação maior entre os segmentos da instituição, as ações são ainda percebidas como isoladas. Destacam-se os seguintes relatos:

[...] falta uma articulação maior para programas que combatam a evasão e repetência! [...] (E2).

Não percebo ações articuladas, mas focais em cada campus (E3).

Quanto às ações que combatem a retenção e a evasão e promovem a melhoria no desempenho acadêmico são citadas:

[...] nos programas, já que a PRAEC realiza a gestão e as unidades executam a política de assistência estudantil, como também as ações de apoio pedagógico da PROGRAD que se articula com os NuDEs (E1).

[...] a realização de oficinas e atividades de reforço (espécie de nivelamento) para alunos ingressantes (E2).

[...] editais de Desenvolvimento Pedagógico da Prograd (E4).

[...] as políticas de assistência estudantil e de inclusão e acessibilidade, bem como alguns programas de qualificação docente que também podem melhorar a qualidade pedagógica dos professores e conseqüentemente o nível de retenção (E5).

[...] Projetos de Ensino, Monitorias, tutorias, turmas de aceleração e turmas de nivelamento (E7).

Das falas, pode-se ainda ressaltar;

[...] este é o ponto que mais precisamos avançar. Apesar de haver, como exemplo, encaminhamento de alunos do Programa de Permanência para apoio pedagógico, não há um plano de apoio pedagógico a ser seguido, cada campus faz a partir do entendimento de seu profissional de pedagogia. As pró-reitorias precisam discutir uma política ampla, que envolva diversos setores, não somente o NuDe, uma política que compreenda o ingresso, a permanência, a inclusão, a evasão, retenção, todas as questões que envolvem o discente (E8).

Na questão 3 que aborda a percepção quanto ao fato de existir **diálogo e construção coletiva na formulação e na implementação da política de assistência estudantil**, constatou-se que a maioria percebe esse esforço institucional. Destacam-se algumas falas a respeito:

Estamos construindo coletivamente este espaço de diálogo e comunicação. No entanto, temos muito a avançar (E3).

A gestão e execução da política de AE vem sendo trabalhada coletivamente, considerando as diferentes realidades do multicampi (E4).

Existe [...] mas ainda necessita de muito avanço para uma verdadeira horizontalização desse processo [...] (E5).

[...] Embora seja difícil, muitas vezes o consenso; mas creio que através do diálogo estão sendo construídas [...] (E7).

[...] nos últimos anos avançamos consideravelmente na construção coletiva da política de assistência estudantil. É fundamental que os profissionais que estão a frente do trabalho nos campi, contribuam na formulação de editais, normativas, resoluções (E8).

Alguns respondentes ponderam sobre a necessidade de inclusão de sujeitos:

[...] há consulta junto aos servidores dos campus, não percebo a participação dos alunos que não sejam os que tenham cargo no CONSUNI [...] (E1) e [...] está havendo mas falta uma interação entre os setores técnicos (E6).

Na questão 4 solicitou-se aos NuDEs para descrever as **principais atividades realizadas pelo NuDE** e explicar como são as **relações/interações entre os membros** da equipe deste setor para a execução das atividades descritas, e extraiu-se e agrupou-se as principais atividades, conforme Quadro 28:

Quadro 28 – Principais atividades realizadas pelos NuDEs

(continua)

Natureza da atividade	Entrevistado	Relato com a descrição da atividade
Execução dos programas de assistência estudantil	E1	<i>Execução dos programas de assistência estudantil [...].</i>
	E7	<i>[...] Campanhas coordenadas pela PRAEC – Varal do Pampa ; Seleção de auxílios PP conforme Editais PRAEC; Encaminhamento de solicitações auxílios PAPE.[...] Administração da Moradia Estudantil João de Barro.</i>
Monitoramento dos beneficiários do PP	E4	<i>[...] Avaliação periódica dos beneficiários [...] para aferição do atendimento aos critérios para manutenção [...]</i>
	E7	<i>[...] Orientações aos bolsistas [...]</i>
Acolhida aos alunos ingressantes	E4	<i>[...] recepção e acolhimento aos [...] ingressantes [...].</i>
	E5	<i>Acolhimento e orientação dos estudantes ingressantes [...]</i>
Atendimento social, suporte pedagógico e encaminhamento à rede pública	E2	<i>[...] atendimento individual aos alunos que procuram o setor para apoio em caráter pedagógico e encaminhamento para a rede pública de saúde com relação a questões psicológicas e psiquiátrica. [...] alunos com dificuldades de aprendizagem com promoção de atividades de apoio. Mediamos questões na relação professor x aluno e alguns professores nos procuram para [...] encaminhar alunos que [...] precisam [...].</i>
	E3	<i>[...] acompanhamento social e pedagógico [...].</i>
	E4	<i>[...] contribuir com a adaptação e a integração no contexto universitário, com a promoção do acesso aos direitos e com o enfrentamento da evasão e da retenção [...] Atendimento aos estudantes por demanda espontânea ou por indicação docente, o que pode acarretar em encaminhamento à rede socioassistencial do município, indicação de participação em programas [...]</i>
	E5	<i>[...] discentes com dificuldades socioeconômicas e Atendimento aos estudantes por demanda espontânea, casos individuais e em pequenos grupos [...]</i>
Suporte aos docentes	E5	<i>[...] Orientação aos professores visando à qualificação dos processos educacionais [...]</i>
	E7	<i>[...] Encaminhamento de questões pedagógicas de forma individual e ou coletivas; Análise dos Planos de Ensino, quanto a definição dos objetivos gerais e específicos, metodologia, avaliação e recuperação de aprendizagem, com elaboração de relatórios individuais e/ou coletivos; Realizações de oficinas com temáticas didático-pedagógicas do interesse dos docentes [...] Recepção e orientações aos Professores ingressantes do campus.</i>
Campanhas de Saúde, Cultura e Lazer	E3	<i>[...] ações preventivas em saúde [...]</i>
	E4	<i>[...] Colaboração com a execução das ações de saúde, cultura, esporte e lazer [...]</i>
Participação em projetos e em comissões de ensino, pesquisa e extensão e promoção de eventos	E1	<i>[...] Realização de projetos [...].</i>
	E7	<i>[...] Projetos de Ensino: Calourada; Educação para todos: em busca da inclusão efetiva; [...] Projetos de Extensão: Divulgando a Unipampa nas Escolas de Ensino Médio; Voluntários da Unipampa na III e IV Feira Binacional do Livro; [...] Projetos de Pesquisa: Realidade da Comunidade Surda na Fronteira; [...] Situação dos Cursos (Aprovações, Retenções, Evasões) [...]</i>

Quadro 28 – Principais atividades realizadas pelos NuDEs

(conclusão)

Natureza da atividade	Entrevistado	Relato com a descrição da atividade
Inclusão, Acessibilidade e Necessidades Educacionais Especiais	E4	<i>[...] Acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais por meio do interface NInA [...]</i>
	E5	<i>[...] Atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais ou com dificuldades de aprendizagem, através de atendimentos pontuais e /ou projetos [...]</i>
	E7	<i>[...] Atendimento e acompanhamento a alunos com NEE [...] Orientações específicas cfe a NEE [...]</i>
Apoio à gestão e aos coordenadores de cursos	E7	<i>[...] Atendimento aos Coordenadores de forma individual e/ou coletiva, sobre assuntos envolvendo alunos e docentes [...]; Avaliação Institucional; Participação em comissões [...]; Aplicação de instrumentos de consulta; Elaboração e análise de relatórios (ingressantes, egressantes, situação dos cursos, evasão); Coordenação e participação em projetos; Organização e análise dos Planos de ensino [...]; Levantamentos estatísticos e elaboração de relatórios [...].</i>

Com base nos relatos do Quadro 28 constata-se que além de realizarem o atendimento das demandas dos acadêmicos e do corpo docente, os NuDEs também promovem a interação da universidade com a comunidade externa através de sua participação em projetos e eventos, e têm um importante papel de suporte à gestão e aos coordenadores de cursos. Esta questão também indicou que, em seu processo de trabalho, os NuDEs realizam tanto atendimentos individualizados quanto momentos coletivos.

Quanto às relações e interações entre os membros observou-se que deve-se trabalhar para um entrosamento maior.

[...] Cada setor interno realiza suas atividades (E1).

[...] Trabalhamos com servidores de referência que se responsabilizam pela condução das atividades e, sempre que necessário, a equipe atua de forma integrada para o atendimento das demandas (E4).

A principal atividade do NuDE [...] é a assistência estudantil, realizada na sua totalidade somente por duas Assistentes Sociais. O Técnico em Assuntos Educacionais e a Pedagoga tem suas atividades, porém não há interação entre os membros, na maioria das ações e não tenho conhecimento para descrevê-las. Também no NuDE é executada as ações de inclusão e acessibilidade somente pelo interface do NINA, também nessa política é somente uma pessoa para executá-la, sem interação dos membros do setor, o que de fato torna pouco efetiva as ações. (E8)

Na questão 5 pediu-se aos NuDEs para citar quais as **demandas e dificuldades dos estudantes**, que ainda não foram sanadas pela instituição em relação à política de assistência estudantil (permanência), as demandas e dificuldades foram dispostas no Quadro 29:

Quadro 29 – Demandas e dificuldades dos alunos

Área	Entrevistado	Descrição das demandas e dificuldades dos alunos
Saúde, esporte, cultura e lazer	E1	<i>Organização de espaços e ações nas áreas de lazer, atenção a saúde, cultura e esporte.</i>
	E2	<i>A questão de saúde é muito grande! Os alunos com transtornos e depressão precisam de um encaminhamento que muitas vezes não se encontra na rede de saúde. Há necessidade de um psicólogo ou psicopedago ou orientador educacional para a realização de orientação psicológica e educacional e para encaminhar para a rede pública do município que é carente de profissional.</i>
	E3	<i>[...] espaços de recreação e lazer para os acadêmicos, ações de saúde de forma sintonizada [...]</i>
RU e Moradia	E5	<i>[...] Moradia estudantil [...]; Restaurante universitário em todo os campi; [...]</i>
	E8	<i>A Casa do Estudante é a principal demanda [...]</i>
Auxílios do PP	E3	<i>Auxílio creche [...]</i>
	E4	<i>Atendimento de 100% dos alunos aptos a receber os auxílios do Plano de Permanência, solicitando suplementação de recurso orçamentário.</i>
Ações pedagógicas	E5	<i>[...] Adequação pedagógica segundo o nível dos ingressos no ensino superior.</i>
	E8	<i>[...] as atividades pedagógicas são as que mais necessitam de melhoramento para contribuir de fato com a permanência, ações que compreendam as deficiências do ensino médio, que contribuam para o fortalecimento de disciplinas básicas, ações voltadas para inclusão [...]</i>

Com base nestes relatos, observa-se que existe a necessidade de avanço quanto às questões referentes à cultura, esporte, lazer e saúde, apoio pedagógico, ampliação do acesso ao Plano de Permanência e finalização dos RUs e Moradias.

Na questão 6 cujo questionamento foi se o beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de **acompanhamento** por parte da instituição, e pediu-se para citar qual(is) o(s) **tipo(s)** e o(s) **efeito(s) obtidos** com esse acompanhamento, todos os respondentes afirmaram haver acompanhamento, que é uma das atribuições do NuDE.

Quanto aos tipos, as falas dos entrevistados citaram, principalmente, o acompanhamento pedagógico:

[...] apoio pedagógico [...] (E1)

O acompanhamento é feito quando há indicação de docente ou o aluno procura ajuda (E2).

[...] acompanhamento social e pedagógico e encaminhamento⁷ para atendimento psicológico [...] (E3)

[...] orientação pedagógica junto ao NuDE e o acompanhamento é desenvolvido com a colaboração dos Coordenadores de Curso e Coordenação Acadêmica [...] (E4)

[...] Em alguns casos mudança de metodologia do professor e em outros orientação para readequação da atitude do estudante [...] (E6)

Análise e encaminhamento de casos (por demanda espontânea dos discentes ou por encaminhamento dos docentes); Atendimento e acompanhamento a alunos com NEE; Entrevistas individuais; Planejamento e execução de ações; atendimentos individuais e/ou coletivos; Orientações específicas cfe a NEE (E7).

Acompanhamento do pedagogo por dois semestres [...] (E8)

Os efeitos obtidos são avaliados, no geral, de forma satisfatória, conforme relatos a seguir:

[...] Em geral há desenvolvimento satisfatório da aprendizagem dos estudantes (E1).

[...] ótimos resultados o que minimiza a retenção (E3).

[...] tem sido satisfatório até o momento, contribuindo para um melhor aproveitamento discente (E4).

Destaca-se, especialmente, o relato do Entrevistado 5, pois chama a atenção para o fato de não haver um programa instituído de acompanhamento na instituição, o que se soma à fala do Entrevistado 8:

⁷ Refere-se ao encaminhamento para a rede pública municipal.

Tem acompanhamento a nível local e segundo as condições e disponibilidade do NUDE, mas não enquanto política universitária. Depende do esforço local dos servidores em diálogo com os docentes, sem programas ou políticas destinados para esse fim (E5).

[...] não posso avaliar quais os efeitos obtidos com esse acompanhamento, pois muitas vezes o aluno não comparece ao atendimento e não há um relatório ou parecer do profissional de pedagogia dos atendimentos prestados (E8).

Na questão 7 que aborda quais as possíveis **causas da evasão e/ou da retenção** quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência, e se estas **ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários**, observa-se que as principais causas apontadas são de cunho pessoais e de dificuldades em relação ao curso.

Desinteresse no curso; Problemas psicológicos [...] (E1)

Acredito que o aluno que se evade é porque ele busca outra instituição ou porque desistiu de fazer um curso superior. Não podemos afirmar que aqueles que tem se evadem é porque não tem ajuda. Não fiz um estudo sobre esta questão (E2)

[...] dificuldades de aprendizagem e a exigência da grade curricular dos cursos (E4)

Elevado nível de exigência acadêmica de alunos provenientes de um ensino básico de baixo nível; Programas de auxílio a baixo dos valores necessários para a manutenção das despesas diárias; Ausência de moradia estudantil e restaurante universitário na maioria dos campi [...] (E5).

[...] a evasão [...] por motivos pessoais. por exemplo: a distância e o afastamento do núcleo familiar, a escolha equivocada de um curso e a repetência creio que seja pela falta de pré-requisitos básicos para cursar determinado curso e isso ocorre seja ele ou não beneficiário do PP (E7).

Em uma pesquisa (não está atualizada) feita no setor, mostrou que as causas da evasão e retenção eram de ordem mais pessoal para evasão, ou relacionada a região, e quanto a retenção, apontavam para dificuldade em algumas disciplinas [...] (E8)

Em relação à frequência das ocorrências das situações de evasão e/ou retenção entre os beneficiários do PP comparativamente aos demais alunos, não há indícios suficientes para uma conclusão, conforme os relatos que seguem:

[...] única diferença entre beneficiários e não beneficiários é nos casos de dificuldade financeira (E1).

Os alunos beneficiários tendem a abandonar e reter menos, pois existem condicionalidades para a permanência (E3).

[...] Com os não beneficiários essa situação é menos frequente (E5).

Um pouco menos frequentes, na verdade, o beneficiário do PP partiu de uma posição mais desfavorável e o programa tende apenas a reduzir essa desigualdade (E6).

Em uma pesquisa (não está atualizada) feita no setor, mostrou que [...] quando comparadas aos não beneficiários, não apresentavam diferença significativa (E8).

Na questão 8 que perguntou aos NuDEs se realizam **pesquisas com os alunos** (beneficiários ou não) para obter informações que auxiliem no aperfeiçoamento da política de permanência, e pediu para citarem os tipos de pesquisas que são realizadas, obteve-se 4 respostas de que não são realizadas:

Não temos uma equipe maior para realizar essas atividades. Porém já se tem um levantamento informal sobre os cursos com maior retenção (E3).

Outros quatro detalharam as pesquisas feitas, conforme relatos abaixo, o que expressa a predominância de iniciativas pontuais das unidades:

É realizada anualmente uma pesquisa com os alunos ingressantes, sendo um dos objetivos conhecer sua classe de renda e a necessidade dos auxílios de permanência (E4).

Sim, pesquisas por meio de formulários de avaliação, debates junto ao movimento estudantil e conversas no cotidiano de trabalho (E5).

As informações [...] advêm de atendimentos das demandas dos discentes, sejam através de entrevistas, atendimentos individuais e/ou coletivos (E7).

Existe pesquisa referente ao aproveitamento, evasão, retenção, de todos os alunos, beneficiários ou não. Mas está mais voltada ao aperfeiçoamento e análise dos coordenadores de curso e docentes (E8).

Na questão 9 que se refere a quais são os **principais desafios** da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional, foi recorrente a questão de investimento em assistência estudantil e a revisão da política para fomentar a

ampliação do acesso e, em segundo lugar, apontou-se a intervenção no campo pedagógico. No Quadro 30 dispõe-se dos desafios relatados pelos pesquisados:

Quadro 30 – Desafios da política de assistência estudantil

Variáveis	Entrevistado	Desafios
Recursos Financeiros	E1	<i>Falta de recursos [...] Gasto com subsídios nos Restaurantes universitário [...]</i>
	E3	<i>[...] chegue de fato a ser acessada pelos alunos com maior vulnerabilidade. Já que vivemos um contexto de maior inserção de alunos advindos de famílias mais vulneráveis e que estavam a margem da educação no Brasil.</i>
	E4	<i>Mais investimento de recurso orçamentário no Plano [...]</i>
Política Institucional	E1	<i>Realidade multicampi [...] Falta de interesse na formulação das políticas por parte dos estudantes.</i>
	E2	<i>[...] manter o aluno na instituição com auxílio para moradia e alimentação mesmo ele tendo a reprovação por dificuldades de aprendizagem.</i>
	E6	<i>Oferecer ajuda aos que realmente vieram para começar e concluir um curso nesta universidade</i>
	E7	<i>[...] os processos devem ser melhorados e a medida que conheçamos cada vez mais nossa realidade institucional isso irá ocorrer.</i>
	E8	<i>[...] o acesso [...] pode ser aprimorado, [...] por exemplo: alunos que tem família beneficiária do bolsa família, poderiam trazer menos documentos, afinal, passaram por seleção onde o recorte de renda é muito menor que o do PNAES. Alunos que ingressaram pela cota de renda poderiam ingressar na segunda etapa, de entrevistas [...].</i>
Pedagógico	E4	<i>[...] maior intervenção da Prograd, com ações voltadas a superação de dificuldades de aprendizagem, incentivando o próprio docente a lidar e propor estratégias de ensino e aprendizagem alternativas.</i>
	E5	<i>Reconhecimento por parte dos docentes da necessidade de desenvolver currículos menos "exigentes" e engessados, mais paciência com as dificuldades dos alunos ingressantes [...]</i>

Na questão 10 cujo questionamento foi se a universidade **conhece os jovens** (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica, verifica-se para 5 respondentes que a instituição não conhece. Abaixo, constam alguns dos principais relatos.

[...] os restaurantes universitários, onde o consumo ficou muito abaixo da expectativa, demonstrando que [...] maior necessidade é o aporte financeiro. há necessidade de apoio psicológico, espaços de lazer, cultura e socialização, maior aporte financeiro e projetos de nivelamento [...] (E1).

A Instituição não conhece! Há necessidade de se traçar um perfil com diagnóstico e assim poder realizar um trabalho nesta direção! (E2).

Cabe salientar que, para um respondente a instituição conhece em parte:

Em parte, existem projetos menos técnicos e mais humanísticos, voltado para as relações humanas, comportamento e cultura, diversidade, mas eles estão nos campi onde existe essa característica nas áreas, campus voltados para áreas mais exatas tem dificuldade em trabalhar essas questões, por isso essas necessidades dos discentes deveriam ser contempladas cada vez mais, em projetos e programas institucionais, e não por campus (E8).

Já outros dois respondentes identificaram ações nesta direção a fim de conhecer as demandas do alunado:

A Unipampa vem se esforçando neste compromisso de conhecer a sua comunidade discente e atender suas demandas na garantia de uma formação profissional qualificada (E4).

No início de cada de cada semestre, realiza-se a aplicação de um questionário aos alunos ingressantes, cujos aspectos acima são, além de outros, são contemplados e estabelece-se o Perfil do Aluno Ingressante, que é repassado aos Coordenadores de Cursos que por sua vez analisarão juntamente com os NDEs e demais docentes, estabelecendo metas e ações para trabalhar com a referida turma (E7).

Pode-se inferir que, com este instrumento, fica evidente o papel estratégico dos NuDEs na universidade, o que demanda mais esforços institucionais com vistas à instrumentalidade destas equipes.

5.3 GESTORES DAS IFES E DA UNIPAMPA

Na seção a seguir apresentam-se os resultados obtidos junto aos gestores de assistência estudantil das universidades federais e da UNIPAMPA.

5.3.1 Consulta aos sites das IFES

Na fase inicial da pesquisa foram consultados os sites dos órgãos responsáveis pela política de assistência estudantil, a partir dos portais das 63 universidades, sobretudo para localizar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES adotados na IFE com vistas ao cumprimento do Decreto

7234/2010-PNAES, no que tange ao seu Artigo 5º, onde estabelece que “cabe às instituições federais de ensino superior fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”.

Constatou-se nos portais das IFES certa diversidade em forma e em conteúdo. Em alguns sites as informações sobre a assistência estudantil foram facilmente localizadas, dentre as quais o órgão responsável na instituição, enquanto em outras se encontrou muita dificuldade, o que provocou uma reflexão acerca da perspectiva do aluno interessado nessa busca. Essa diversidade também foi observada em relação à estrutura das IFES, pois nem todos os órgãos responsáveis pela assistência estudantil são organizados em pró-reitorias, sendo alguns dispostos em departamentos, coordenações, secretarias, etc.

Os sites dos órgãos responsáveis pela política de assistência estudantil revelou-se um interessante campo de estudo. Basicamente, os sites continham: a finalidade do órgão, a sua estrutura organizacional, a constituição de sua equipe, a divulgação de seus programas, a menção ao PNAES e a disponibilização de documentos, tais como editais e resultados de processos seletivos. Poucas instituições apresentaram um balanço das ações realizadas, na forma de sínteses das ações desenvolvidas, quantitativos e/ou valores.

Dos sites dos órgãos pesquisados das 63 IFES, descritos no Apêndice H, somente em três encontrou-se uma seção citando a avaliação dos programas, os quais são descritos a seguir:

Na seção “Políticas/Legislação”, subseção “Política de Ass. Est.” do site da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), consta um trecho extraído do Plano Nacional de Assistência Estudantil, com possibilidade de *download* do documento na íntegra:

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando os trabalhos do FONAPRACE na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência Estudantil. As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:- relação oferta/ demanda;- desempenho acadêmico do estudante;- mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil. Para isso, as Instituições deverão:- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas,

videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão). Para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas, o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação (PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2007, p. 17).

Já na seção “Divisão de Apoio Estudantil”, subseção “Programa PNAES”, do site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) da Universidade Federal Rural da Amazônia, encontrou-se extrato do Decreto nº 7.234/2010, com possibilidade de acesso na íntegra. Nesta subseção, encontra-se a informação de que “as ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa”.

E ainda, no site da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Comunitária (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) encontrou-se uma divisão própria para avaliação e única no conjunto das IFES: a Divisão de Gestão e Avaliação da Assistência Estudantil (DGAAE), com a seguinte proposta de trabalho:

A divisão de gestão e avaliação da assistência estudantil tem como finalidade o acompanhamento e avaliação das ações direcionadas à assistência estudantil, realizadas pela PRAEC. Em 2013, essa divisão foi estruturada com vistas a implementar suas atividades em 2014. Serão realizados dois seminários em fevereiro de 2014, para avaliação interna e redirecionamento das ações da política de assistência estudantil [..]. (RELATÓRIO ANUAL DA PRAEC/UFPI -2013).

Observa-se, com isso, que na maioria dos casos não foi encontrada informação sobre o assunto, e mesmo nas três instituições referenciadas, não consta “como” a instituição faz a avaliação de suas ações. Por isso, a primeira etapa da coleta de dados contemplou o envio de questionários às IFES.

5.3.2 Gestores das IFES

Os questionários vinculados aos gestores buscam atender aos seguintes objetivos específicos do estudo: analisar como as IFES realizam as ações de permanência; analisar as ações de permanência realizadas na UNIPAMPA na perspectiva institucional; e realizar um comparativo entre o processo de avaliação da UNIPAMPA e o das IFES.

Conforme mencionado, como não foram encontradas informações suficientes nos sites, foram remetidos questionários aos gestores de assistência estudantil das

IFES, obtendo-se 14 retornos, inclusive da UNIPAMPA. Na Tabela 39 ilustra-se o resultado por universidade, setor e cargo dos respondentes. Apenas a região norte não está contemplada, pois não houve resposta ao questionário de IFES da região.

Tabela 39 – Cargos e setores dos respondentes

Instituição	Setor do respondente	Cargo do respondente	Respostas por Instituição
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis	Pró-reitor de Assuntos Estudantis	1
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	Coordenador de Assistência Estudantil	1
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Prac - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários	Pró-reitor	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Fump)	Assistência Social	Gerente	1
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Prace - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	Pro Reitora Adjunta	1
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	PRAE	Pro-reitor	1
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	1
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Diretoria de Assuntos Estudantis	Diretor	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários	Pró-Reitora de Assuntos Comunitários	1
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Pró-reitoria de assuntos comunitários e políticas afirmativas	Pró-reitor	1
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	PRAEC	Docente - Pró-reitora	1
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários'	Pró-Reitora	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis	1
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PROACE	Pró-reitora	1
Total			14

Portanto, nesta seção, aborda-se ambos os instrumentos direcionados aos gestores: IFES e UNIPAMPA. O questionário disponibilizado aos Pró-Reitores de

Assistência Estudantil e de Graduação difere-se dos Gestores das IFES por três questões adicionais, apresentadas mais adiante. Cabe lembrar que não houve retorno da Pró-reitoria de Graduação da UNIPAMPA, obtendo-se retorno apenas da gestora de Assistência Estudantil.

Em ambos os instrumentos inicia-se com a seção I – Dados de Identificação, cujo resultado encontra-se na Tabela 40. Após, foram dispostas as questões abertas, sendo 15 para os Gestores da UNIPAMPA e 12 para os Gestores das IFES.

Tabela 40 - Perfil dos gestores das IFES

Variável	Frequência	Percentual
IDADE		
até 39 anos	2	14,29%
40 a 50 anos	7	50,00%
51 a 60 anos	3	21,43%
acima de 60 anos	2	14,29%
Total	14	100,00%
SEXO		
Masculino	7	50,00%
Feminino	7	50,00%
Total	14	100,00%

Analisando-se o perfil do gestor, à frente da condução desta pasta tem idade entre 40 a 60 anos (71,43%), sem predominância entre o gênero masculino ou feminino. Quanto à formação dos gestores, observou-se tanto a variedade de áreas de formação quanto à qualificação em termos de pós-graduação. Áreas citadas: Administração (1), Agronomia (1), Biologia (1), Ciências Econômicas (1), Direito (1), Educação (2), Engenharia Civil (1), Engenharia Mecânica (1), Linguística (1), Odontologia (1), Serviço Social (3), Sociologia (1). Os respondentes que citaram Pós-Graduação: Mestrado (4) e Doutorado (3).

A seguir, apresenta-se as respostas obtidas nas questões abertas da seção II – Questões Específicas. Como esta seção contempla tanto o questionário das IFES quanto o da UNIPAMPA, cuja ordem das questões foi ligeiramente diferente, será feita menção à numeração quando esta for divergente entre os instrumentos. Também cabe constar que algumas questões iniciais contribuem para entender as ações de permanência desenvolvidas pelas IFES.

Na primeira questão que aborda os gestores sobre qual(is) **ação(ões)** são voltadas mais especificamente para a permanência dos estudantes de graduação

em sua instituição, os resultados foram agrupados por áreas. Para isso, considerou-se o Decreto nº 7.234/2010 (Art. 3º, § 1º), que determina que as ações do PNAES devem ser desenvolvidas nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Também se considerou o estabelecido no Plano Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES, 1998) que apresenta como áreas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva: Permanência; Desempenho Acadêmico; Cultura, Lazer e Esporte; e Assuntos da Juventude. As respostas foram sistematizadas no Quadro 31.

Quadro 31 – Ações de permanência das IFES

(continua)

Áreas	Linhas Temáticas	Ações citadas
Permanência	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Restaurante Universitário (alimentação subsidiada) ✓ Auxílio alimentação
	Moradia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Residência/Moradia Estudantil ✓ Auxílio Moradia ✓ Alojamento
	Transporte	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílio Transporte (citou-se também na modalidade Intermunicipal)
	Saúde (física e mental)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência à saúde/promoção à saúde; ✓ Atendimento psicológico; ✓ Atendimento odontológico; ✓ Atendimento oftalmológico; ✓ Atendimento médico; ✓ Atendimento de fisioterapia; ✓ Atendimento de nutrição; ✓ Atendimento psiquiátrico; ✓ Apoio na aquisição de medicamentos prescritos em exames médicos.
	Creche	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílio creche
	Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa Incluir/Núcleo de Acessibilidade/Unidade de Políticas Inclusivas ✓ Monitoria Inclusiva ✓ Bolsa de inclusão social (para alunos com deficiência)
	Outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa Permanência ✓ Auxílio Instalação ✓ Bolsa emergencial ✓ Auxílio manutenção ✓ Bolsa de assistência/apoio estudantil
Desempenho Acadêmico	Bolsas Estágios remunerados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa de Mobilidade Internacional ✓ Monitorias ✓ Bolsa de Complementação Educacional
	Ensino de Línguas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa pedagógica para o estudo de idiomas estrangeiros

Quadro 31 – Ações de permanência das IFES

(conclusão)

Áreas	Linhas Temáticas	Ações citadas
Desempenho Acadêmico	Inclusão Digital	-
	Fomento à participação político-acadêmica	✓ Auxílio financeiro para participação em viagens de estudo e eventos esportivos
	Acompanhamento psicopedagógico	✓ Projetos de Acolhimento aos ingressantes ✓ Acompanhamento Pedagógico/orientação estudantil ✓ Projetos de Nivelamento ✓ Realização de pesquisas ✓ Apoio social e pedagógico ✓ Atendimento psico-social ✓ Acompanhamento Socioassistencial, Psicológico, Médico e Nutricional.
	Outros	✓ Material de Apoio Pedagógico ✓ Kits odontológicos (material de prática para alunos cotistas de Odontologia)/Auxílio material pedagógico instrumental odontológico
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais	✓ Práticas esportivas e culturais ✓ Bolsa cultura
	Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	✓ Programas esportivos de interação/Práticas esportivas e culturais/Promoção do esporte ✓ Bolsa de incentivo a atividades esportivas
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho	✓ Ações de formação/qualificação no formato de palestras
	Prevenção a fatores de risco	
	Meio ambiente	
	Política, Ética e Cidadania	
	Saúde, Sexualidade e Dependência Química	

No Quadro 31 verifica-se que as instituições apresentam ações similares de assistência básica de permanência, sendo que as demais ações divergem mais entre as instituições. Naturalmente, o atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica é o foco da política do PNAES, mas não é condição exclusiva para o desenvolvimento enquanto público atendido e ações a serem desenvolvidas.

A alimentação subsidiada oferecida em Restaurante Universitário, por exemplo, abrange todos os alunos. Observou-se que nas instituições pesquisadas não há ação relativa à inclusão digital, apesar de, possivelmente, todas essas instituições disporem de laboratórios de informática. Constatou-se também que, enquanto algumas IFES não citaram ações de saúde, outras mostraram que

oferecem atendimentos de especialidades diversas. A fala do gestor da UFGD sintetiza a análise feita desta questão:

[...] Compreendemos que a universidade deve dar subsídios para os acadêmicos com dificuldades financeira e também garantir outras formas de interação e desenvolvimento de um sentimento de pertença dos acadêmicos à Universidade.

Para as próximas questões será adotada a seguinte codificação atribuída ao gestor participante do estudo, conforme definido no Quadro 32:

Quadro 32 – Identificação do gestor por IFE

Instituição participante	Gestor
UFCG	E1
UFSJ	E2
UNIPAMPA	E3
UFU	E4
(UFTM	E5
UFSM	E6
UFGD	E7
UFABC	E8
UFPI	E9
UFV	E10
UFOP	E11
UFFS	E12
UFMG/Fump	E13
UFVJM	E14

Dando prosseguimento, na questão 2 cujo questionamento foi quais são as normas internas e os critérios que regem esta(s) ação(ões) de permanência, muitos gestores citaram os tipos de normativas relativas às ações, tais como regimento próprio, editais, avaliações dos programas de acordo com os critérios de desempenho, editais elaborados com base no PNAES, regulamentação, resoluções, portarias, regimentos, Estatuto das Residências Universitárias, Editais semestrais ou anuais de benefícios de permanência.

Contudo, a despeito do tipo de normativa vigente, e a proposta da questão, considerando-se que o mais interessante é verificar os critérios utilizados, sugere-se em estudo futuro um maior detalhamento da pergunta em relação ao regramento em termos dos critérios de acesso e de manutenção.

Destacam-se alguns relatos no Quadro 33, no qual apresenta-se que os critérios são no geral socioeconômicos aliados à rendimento acadêmico.

Quadro 33 – Critérios que regem as ações de Permanência

Entrevistado	Descrição dos critérios
E2	<i>São critérios socioeconômicos levando em conta vários fatores. O discente preenche um questionário on line, apresenta documentos comprobatórios que são analisados por Assistentes Sociais.</i>
E5	<i>1. Estar regularmente matriculado e frequente em cursos de graduação [...]; 2. Para receber os auxílios financeiros, a regra é atender ao disposto no Decreto nº 7234/2010-PNAES, à Resolução 02/CONSU/2011 e, se for o caso, comparecer às sessões de acompanhamento pedagógico para as quais for convocado e acolher as orientações dos servidores especializados do setor.</i>
E6	<i>Situação de vulnerabilidade social; Desempenho acadêmico mínimo [...]</i>
E7	<i>Temos os editais específicos para cada uma das bolsas e uma avaliação sócio-econômica anual (os acadêmicos avaliados renovam esse processo a cada dois anos). A moradia estudantil tem regimento próprio para os acadêmicos moradores. Os critérios adotados são sócio-econômicos.</i>
E12	<i>Para os auxílios socioeconômicos, os estudantes passam por análise socioeconômica e precisam manter frequência e desempenho acadêmicos dentro da média institucional; Para os demais basta ser estudante regularmente matriculado.</i>
E13	<i>Cada programa possui seus critérios de acesso, mas a solicitação do procedimento de análise socioeconômica e a obtenção da classificação socioeconômica [...] é o primordial.</i>
E14	<i>[...] são atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (no Programa de Assistência Estudantil), ser quilombola, indígena ou matriculado em um curso com carga horária média semanal igual ou superior a cinco horas e renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo (Programa de Bolsa Permanência) e possuir alguma necessidade especial (Programa Incluir) [...].</i>

Considera-se a questão 3, que enfoca os mecanismos de acompanhamento e avaliação adotadas pelas IFES com vistas ao cumprimento do Decreto nº 7.234/2010-PNAES, naquela(s) ação(ões) de permanência custeadas em parte ou no todo pelo PNAES, uma das questões centrais desse estudo. No Quadro 34 apresenta-se os mais representativos mecanismos de acompanhamento e avaliação que foram citados.

Quadro 34 – Mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES

Gestor	Descrição dos mecanismos de acompanhamento e avaliação
E2	<i>São realizados acompanhamentos por assistentes sociais</i>
E3	<i>[...] a comunidade acadêmica através dos nossos mecanismos de comunicação acompanha a execução orçamentária; Avaliação das equipes gestoras e executoras, durante e ao término de cada processo; Auditoria interna; Consultoria jurídica [...]</i>
E4	<i>[...] acompanhadas pela equipe de serviço social e ainda em processo de construção dos indicadores / critérios para avaliação das políticas de assistência estudantil.</i>
E5	<i>[...] Recebemos relatórios [...] apontando os alunos com baixo rendimento acadêmico [...], que trancaram ou cancelaram a matrícula [...] fazemos vários encaminhamentos, tais como cancelar os auxílios dos que trancaram ou cancelaram a matrícula, convocar os alunos com baixo rendimento para sessões de acompanhamento pedagógico (os que não comparecem têm seus auxílios cancelados). [...]. Para o acompanhamento e avaliação dessas ações, realizamos reavaliações socioeconômicas periódicas do Setor de Serviço Social [...]; procedemos ao levantamento da retenção (reprovação) dos alunos assistidos e os convocamos para processo de acompanhamento pedagógico; realizamos projeto de nivelamento [...]</i>
E6	<i>Desempenho acadêmico.</i>
E8	<i>Criação de observatório de políticas afirmativas; Acompanhamento da evolução do estudante atendido; Verificação da taxa de evasão.</i>
E9	<i>[...] beneficiados são acompanhados pelos serviços:- social [...]; - pedagógico [...]; - psicológico [...]; - odontológico [...]. O processo de acompanhamento não é fragmentário, e sim multiprofissional, havendo coordenação e integração dos serviços para o alcance do objetivo da política de assistência estudantil, que é o êxito acadêmico do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</i>
E11	<i>Acompanhamento permanente da relação de bolsistas, repasses orçamentários e coeficiente acadêmico. Os beneficiários [...] são selecionados mediante avaliação socioeconômica [...] realizada por meio de indicadores socioeconômicos predefinidos pela equipe técnica de assistentes sociais da Pró-Reitoria [...]. Já o controle dos pagamentos efetuados é realizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, que utiliza ferramentas interligadas para efetuar os pagamentos, tais como o Cadastro para Programas de Assistência Estudantil (CPAE), o Sistema de Restaurantes Universitários (SISRU), o Sistema de Controle de Bolsistas (SCB) e o Siafi.</i>
E12	<i>[...] Em relação ao acompanhamento do resultado destes programas, há comissões de avaliação destes nos campi da instituição, bem como estudos preliminares realizados pela Pró-reitoria de graduação. [...] não há [...] resultados concretos destes estudos que avaliem em que medida as ações estão de fato auxiliando na permanência [...].</i>
E13	<i>[...] o estudante assistidos [...] tem que comparecer ao menos uma vez por semestre [...]. o assistente social verifica o contexto socioeconômico, as dificuldades sociais, econômicas, acadêmicas [...].bem como realiza o encaminhamento para outros profissionais da equipe multidisciplinar [...] ou para [...] rede [...].</i> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos sobre o desempenho acadêmico dos estudantes assistidos [...], inclusive comparativos com os demais estudantes da Universidade. - Estudos sobre o tempo de integralização do curso pelo estudante assistido [...]. - Estudos sobre retenção e evasão, inclusive com levantamento de motivos [...]. - Perfil por curso dos estudantes assistidos [...]. - Impacto dos programas [...] na trajetória acadêmica [...] (em andamento).[...].
E14	<i>Todo processo é regido por edital específico que prevê, dentre outros aspectos, como contrapartida o cumprimento de carga horária de 08 a 12 horas em atividades de ensino, pesquisa, extensão, tutoria [...] acompanhadas por docentes ou servidores técnicos administrativos [...] ou por profissionais da rede pública do município [...].</i>

Para estudo futuro sugere-se reescrever a questão ou desmembrá-la, tendo em vista que 3 IFES responderam sobre o fato de suas ações serem custeadas em parte ou no todo pelo PNAES, conforme expresso no relato a seguir:

Utilizamos todo o recurso do PNAES que se mostra insuficiente, exigindo a complementação de valor adicional pela instituição [...] (E10).

Na questão 4, que pede-se que, caso a(s) ação(ões) já tenha(m) sido avaliada(s), sejam citados os principais resultados e conclusões da avaliação, e as metas vinculadas às ações de permanência, evidenciou-se que a avaliação ainda é um processo incipiente nas instituições. Salienta-se que cerca de 5 IFES mencionaram uma ou mais das situações: metas ainda não fixadas; indicadores de avaliação em construção; resultados ainda não concluídos ou em análise.

Não foi feita nenhuma avaliação específica para essas ações. Estamos em processo de desenvolvimento de medidas de avaliação e estudo dos impactos dessas ações na vida dos acadêmicos e, especialmente, dos egressos (E7).

No Quadro 35, apresenta-se os principais resultados e conclusões dos relatos dos pesquisados referentes à esta questão 4:

Quadro 35 - Principais resultados e conclusões da avaliação

(continua)

Gestor	Principais resultados e conclusões da avaliação
E1	<i>Metas: reajuste do valor da bolsa de permanência, equiparando-a ao valor da bolsa de iniciação científica; ampliação da oferta</i>
E5	<i>Essas ações são constantemente avaliadas e adotamos medidas sempre que necessários, visando a melhoria do processo [...] e chegamos à conclusão de que precisaríamos de mais profissionais no Setor de Serviço social [...] também seria necessário ampliar o setor de acompanhamento pedagógico [...]. As metas que temos dizem respeito à ampliação dos serviços ofertados pela instituição, em todos os setores e a identificação das principais causas da evasão, para propor uma intervenção institucional no sentido de minimizar esse problema e assegurar a permanência dos alunos que se matriculam.</i>
E8	<i>Necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, do atendimento pedagógico e psicossocial e revisão de critérios. Há necessidade de estabelecimento de metas intermediárias.</i>
E9	<i>[...] os alunos assistidos pelo PNAES apresentam um índice de rendimento acadêmico médio de sete (7,0), considerado satisfatório.</i>
E10	<i>[...] Há plano de ação no Planejamento da Universidade e as metas são aferidas (se foram - no total ou em parte - ou não foram, atendidas). Isso permite a checagem do planejamento e, se necessários, a reestruturação de estratégias de ação.</i>

Quadro 35 - Principais resultados e conclusões da avaliação

(conclusão)

Gestor	Principais resultados e conclusões da avaliação
E11	[...] Avaliação das ações de orientação estudantil, mostrando impacto no coeficiente acadêmico.
E13	- [...] a taxa de evasão e retenção dos estudantes assistidos [...] é baixa, menor que os demais estudantes [...]; - Os estudantes assistidos [...] apresentam melhores rendimentos acadêmicos em comparação aos demais estudantes; - Impactos dos programas e assistência estudantil na trajetória acadêmica dos estudantes (ainda em andamento); Indicadores e metas em cada programa foram implementados no ano de 2015 e está em processo de análise.

Na Questão 5, no qual aborda qual a importância da criação ou adoção de instrumentos de acompanhamento e avaliação na implementação de políticas de permanência, constata-se que todos os gestores reconhecem a importância e a necessidade destes instrumentos. No Quadro 36 manteve-se apenas as respostas que detalharam qual a importância para o acompanhamento e avaliação das ações.

Quadro 36 – Importância da criação e/ou adoção de instrumentos

(continua)

Gestor	Importância da criação ou adoção de instrumentos
E1	Conhecer o efeito sobre a redução de retenção e evasão. Ajustar beneficiários a critérios de justiça social
E2	[...] como a Pró-Reitoria é nova, vamos implantar aos poucos. Há dificuldades de Recursos Humanos.
E4	[...] sem critérios de avaliação e uso dos mesmos, as políticas públicas perdem sua capacidade de garantir efetividade, eficácia e eficiência.
E5	[...] primeiro diz respeito ao uso responsável do dinheiro público, garantindo que os alunos assistidos sejam responsáveis e dedicados aos estudos, para que se transformem em bons profissionais. [...] segundo se refere ao acolhimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, propondo estratégias que assegurem a superação dessas dificuldades, para que possam avançar e concluir seus cursos com qualidade. A adoção [...] é muito importante, tendo em vista que se trata de recursos públicos, que é necessário coibir, o máximo possível, as fraudes que possam ocorrer, bem como garantir a assistência estudantil, para aqueles que de fato dela precisam. [...] é preciso que a instituição realize ações voltadas para a conscientização dos alunos beneficiários [...], no sentido de fazer com que eles levem seus estudos a sério, tenham compromisso com a sua formação [...] a sociedade está financiando a sua formação acadêmica.
E6	[...] Não se pode aplicar recursos públicos sem avaliação de resultados.
E7	[...] em processo de desenvolvimento de medidas de avaliação [...] avaliando os impactos das ações, poderemos desenvolver novas ações pontuais, repensar as ações existentes e melhorá-las.
E8	A avaliação confiável é indispensável para a sustentação de qualquer política.
E9	[...] haja o feedback, aperfeiçoamento das ações de assistência estudantil.
E11	[...] não temos ainda avaliações de resultados sistematizadas, mas estamos trabalhando para criar uma ação permanente. Temos avaliações pontuais [...] Estamos incluindo esse item no nosso PDI para termos um procedimento permanente [...] a partir de 2017.

Quadro 36 – Importância da criação e/ou adoção de instrumentos

(conclusão)

Gestor	Importância da criação ou adoção de instrumentos
E12	<i>[...] importantes para aprimoramento das ações, planejamento das mesmas e melhor dimensionamento dos recursos destinados a assistência.</i>
E13	<i>- Para analisar e confirmar se as ações de assistência estudantil adotadas pela instituição correspondem de fato a realidade e necessidade do seu público e estão atendendo a proposta de garantir aos estudantes de baixa condição socioeconômica uma formação de qualidade, evitando a retenção e a evasão acadêmica. E também para auxiliar a gestão a adotar novas estratégias e replanejar e definir novas ações quando necessário.</i>
E14	<i>Para garantir a efetividade da Política de Assistência Estudantil na permanência do discente na Universidade, refletindo no desenvolvimento [...].</i>

Na Questão 6, que aborda os registros existentes na instituição sobre a situação acadêmica dos beneficiários quanto à repetência, evasão e colação de grau e se estes dados são analisados, obteve-se os seguintes retornos (ver Quadro 37):

Quadro 37 – Registros sobre a situação acadêmica

Gestor	Registros sobre a situação acadêmica
E1	<i>Sim, a análise é incipiente</i>
E2	<i>Temos poucos exemplos para compararmos com os não assistidos.</i>
E3	<i>Não temos um sistema onde se possa gerar relatórios [...] de forma manual se consegue esses dados. Os dados são parcialmente analisados.</i>
E4	<i>[...] está fazendo [...] o levantamento e cruzamento dos dados para chegarmos às conclusões demandadas por esta questão.</i>
E5	<i>Sim. São analisados frequentemente [...].</i>
E6	<i>Sim existe. Estamos analisando.</i>
E7	<i>O acompanhamento é feito pois dependendo da bolsa o desempenho acadêmico negativo é razão de perda do mesmo.</i>
E8	<i>A Pró-reitoria de Graduação realiza esse acompanhamento e administra esses dados. Diversas análises, sob enfoques diferentes são realizadas por diferentes setores [...]</i>
E9	<i>Existem registros, disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, muito úteis na ação de avaliação.</i>
E10	<i>Iniciamos isto nesta gestão [...] como mecanismo de informação. Ainda não há acompanhamento individual [...] relatórios permitem que sejam tomadas iniciativas para minorar os problemas de permanência. [...] está sendo implantado o Programa Primeiro Ano, que busca minimizar a evasão dos alunos.</i>
E11	<i>Sim. São analisados pela Prograd.</i>
E12	<i>Os registros existem e são analisados a fins de concessão de manutenção dos benefícios. Todavia, não é feita uma relação sobre a concessão dos benefícios e a permanência dos estudantes.</i>
E13	<i>Sim. Os assistentes sociais utilizam o sistema acadêmico como instrumento no seu cotidiano de atendimento para o acompanhamento da trajetória acadêmica do estudante. E também há o acesso a base de dados para a realização dos estudos e análise de indicadores propostos pela Instituição no que se refere a questão de retenção, evasão, tempo de integralização do curso, rendimento acadêmico, e outros.</i>
E14	<i>Existem registros e os mesmos estão sendo analisados [...] Em breve teremos acesso aos resultados desta pesquisa.</i>

Ao analisar os relatos apresentados no Quadro 37, verifica-se que todas as IFES dispõem de registros e algumas das análises feitas dizem respeito à concessão de benefício e como instrumento diagnóstico. Percebeu-se também que algumas IFES consideram que estes registros precisam ser melhorados e interligados com outras bases de dados.

Na questão 7 investiga-se se o beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de acompanhamento por parte da instituição e qual(is) o(s) tipo(s) e o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento. As respostas foram sistematizadas no Quadro 38.

Quadro 38 – Acompanhamento de aluno com baixo rendimento acadêmico

(continua)

Gestor	Resposta
E1	<i>Sim. Oferecimento do benefício aos discentes mais vulneráveis socialmente e mais responsáveis academicamente</i>
E2	<i>Muito pouco ainda.</i>
E3	<i>Temos um Programa de Apoio Social e Pedagógico [...] em fase de implementação.</i>
E4	<i>Sim. Os discentes possuem acompanhamento social, psicológico e pedagógico que se mostram importantes mecanismos para avaliação das políticas e superação das dificuldades apresentadas pelos discentes.</i>
E5	<i>Sim [...] estamos buscando estratégias de enfrentamento da retenção/evasão [...]. Por exemplo, estamos realizando um projeto de nivelamento de conhecimentos, para alunos que têm mais de uma reprovação em cálculo I, nos cursos de Engenharia. [...]</i>
E6	<i>Caso um estudante tenha desempenho insuficiente em um semestre ele é incluído no programa de acompanhamento psico-pedagógico, visando a sua recuperação.</i>
E7	<i>Temos uma seção de apoio psicológico [...] e [...] ações de acompanhamento pedagógico, mas como está em fase inicial não temos ainda informações dos resultados.</i>
E8	<i>A Pró-reitoria de Graduação [...] realiza esse acompanhamento para todos os alunos. A ProAP acompanha o rendimento e frequência dos alunos beneficiários [...].</i>
E9	<i>O processo de acompanhamento não é fragmentário, e sim multiprofissional, havendo coordenação e integração dos serviços para o alcance do objetivo da política de assistência estudantil, que é o êxito acadêmico do estudante [...]. Ao ingressar no programa [...] o estudante é recepcionado pelo serviço social (que avalia questões socioeconômicas) e é encaminhado para o serviço pedagógico (que avalia sua situação acadêmica e índice de rendimento acadêmico, fazendo as orientações e oficinas, individuais ou em grupo [...]) e ao psicológico [...]. O acompanhamento não encerra aí, principalmente no caso de estudantes com baixo rendimento acadêmico [...].</i>
E10	<i>Ainda não. Mas vamos conseguir.</i>
E11	<i>Sim, há o acompanhamento. [...] o Programa Caminhar [...] resultados positivos no rendimento acadêmico dos estudantes que aderem ao programa em detrimento ao que não aderem [...] e destina-se a oferecer acompanhamento pedagógico, psicológico e social aos estudantes [...] contempla prioritariamente estudantes assistidos com bolsas e residências estudantis [...], com coeficiente de rendimento semestral inferior a 5.0 (cinco) pontos, mas também é facultado aos demais discentes [...].</i>
E12	<i>Existem algumas ações individualizadas nos campi, mas nada institucionalizado. Estas ações são realizadas com os estudantes em geral, não apenas com beneficiários [...].</i>

Quadro 38 – Acompanhamento de aluno com baixo rendimento acadêmico

(conclusão)

Gestor	Resposta
E13	- Acompanhamento socioassistencial e se for o caso psicológico. Mas, também há outros acompanhamentos realizados pela Universidade.
E14	Fazíamos o acompanhamento do rendimento acadêmico [...] inserindo-os em atividades de monitoria. Entretanto [...] não vinha ocorrendo uma efetividade [...] fizemos alterações. A partir de 2016 os discentes beneficiários [...] devem alcançar aprovação mínima de 08 créditos, dentre o mínimo de 16 créditos matriculados e deverá, obrigatoriamente, envolver-se em atividades de ensino, pesquisa ou extensão, sendo acompanhados durante todo o processo por um docente/servidor da Universidade.

Com base nos relatos do Quadro 38 pode-se dizer que, enquanto são ações inexistentes ou incipientes para poucas IFES, o acompanhamento é realidade para outras. Além disso, percebeu-se que o acompanhamento para o aluno com baixo rendimento acadêmico não tende a ser apenas de natureza pedagógica, aliando-se ao psicológico e social, por exemplo.

As respostas da questão 8 constam no Quadro 39, e se referem a quais as possíveis causas da evasão e/ou da retenção quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência e se estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários.

Quadro 39 – Causas da evasão e/ou retenção pelos beneficiários

(continua)

Gestor	Resposta
E1	[...] são muitas, ainda não é possível inferir causa ou efeito relacionados com as políticas de permanência
E2	[...] dificuldades de adaptação devido à base que vieram dos ensinos [...]
E3	[...] não se concentra em alunos do Programa de Permanência na comparação com os outros alunos. A evasão está em grande maioria concentrada na área de exatas. [...] necessário um acompanhamento pedagógico que respalde as lacunas deixadas pela educação básica.
E4	[...] nossas pesquisas estão em andamento e por isso ainda não conseguimos apontar para possíveis causas para evasão e retenção.
E5	[...] a retenção se deve à baixa qualidade da escola básica pública. A evasão ocorre com os consequentes fracassos acadêmicos e, muitas vezes, na postura de alguns docentes que se negam a aceitar que o perfil do alunos das IFES mudou com a Lei de Cotas [...]. Entretanto, a retenção/evasão dos beneficiários [...] não é muito maior que a dos demais. [...] vários fatores [...] para a evasão [...] a forma de ingresso pelo Sisu [...] desencadeia uma busca [...] por instituições mais próximas às casas de suas famílias; as lacunas de aprendizagem [...]; a imaturidade e despreparo dos jovens alunos [...]; as dificuldades dos alunos diante de docentes que adotam metodologias [...] não adequados [...]; as dificuldades financeiras da maioria das famílias de manter seus filhos [...]
E6	- Dificuldade de socialização; - Dificuldade de aprendizagem; - Insatisfação com o curso escolhido; - Problemas Psicológicos;

Quadro 39 – Causas da evasão e/ou retenção pelos beneficiários

(conclusão)

Gestor	Resposta
E7	<i>[...] vão desde o desempenho dos docentes [...] acadêmicos ser oriundos de cidades do interior do estado e até de outros estados brasileiros, desinteresse pelo curso. Os benefícios de assistência são uma ferramenta para facilitar a permanência dos acadêmicos, mas, por si só, são insuficientes [...] para os casos de fragilidade econômica.</i>
E8	<i>[...] causas psicológicas, baixo rendimento acadêmico, inadequação ao sistema [...]</i>
E9	<i>Ainda precisamos avaliar criteriosamente a diferença nas taxas de retenção e evasão entre alunos beneficiados e não beneficiados.</i>
E10	<i>[...] - Problemas emocionais; - Dificuldade de acompanhar as matérias; - Dificuldade financeira [...]. Há problemas gerais, como a inadaptação ao curso ou questões familiares. [...] é certo que as condições financeiras, dificuldades de rendimento e as questões de saúde mental têm tido prevalência.</i>
E11	<i>[...] a situação socioeconômica não parece estar entre os principais fatores da evasão e retenção. Parece influenciar mais: identificação com o curso, gestão do tempo e organização para estudos, adaptação à cidade, saúde mental. Tais fatores não parecem ter uma incidência significativa de classe social. [...]</i>
E12	<i>[...] a repetência e evasão são causadas por múltiplos fatores, sejam eles sociais, psicológicos, emocionais, entre outros. Não se sabe informar se estas ocorrências são mais frequentes em beneficiários ou não dos programas.</i>
E13	<i>Há várias possíveis causas, desde problemas de saúde, não identificação com o curso, novas possibilidades a partir do SiSU.</i>
E14	<i>[...] evasão possa ocorrer por insatisfação com o curso no qual esteja matriculado, por insuficiência de recursos financeiros (mesmo tendo sido contemplado pelo Programa) [...] uma pesquisa se faz necessária [...].</i>

Os relatos contidos no Quadro 39 indicam que as causas da evasão e da retenção nem sempre têm relação com o Plano de Permanência, são citados pelas IFES outros fatores que podem interferir: dificuldade de adaptação, fragilidade na educação básica e dificuldades de aprendizagem, natureza do curso, aspectos didáticos, o novo modelo de ingresso (pelo SISU), dificuldades financeiras, questões familiares, problemas psicológicos, insatisfação com o curso, etc. Não foi possível identificar se as ocorrências em relação aos beneficiários são mais ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários.

Na questão 9 que enfoca qual o papel do gestor público na viabilização da política de permanência, obteve-se vários apontamentos, as quais são apresentados no Quadro 40:

Quadro 40 – Papel do Gestor Público segundo os Gestores

Gestor	Resposta
E1	<i>Coordenação e compromisso com a política</i>
E2	<i>É importantíssimo devido ao papel e obrigação social de uma instituição pública.</i>
E3	<i>Articulador das políticas; Potencializador das equipes multiprofissionais; Respeito à autonomia profissional das equipes [...]. O gestor deve ser parceiro e não controlador, ao mesmo tempo em que monitora todos os processos de forma coletiva.</i>
E4	<i>Ocupar politicamente o espaço público como ponto de embate para levar a assistência estudantil para agenda da instituição e para a agenda nacional. No processo de democratização do ensino superior, reconhecemos que não basta garantir o acesso.</i>
E5	<i>Implementar ações que garantam a permanência dos alunos [...] concluírem seus cursos com a melhor qualidade possível [...] garantindo o uso responsável do dinheiro público. É um papel de líder [...] na proposição de ações, como no acompanhamento e avaliação [...] cobrar dos alunos responsabilidade e compromisso com a sua formação [...].</i>
E6	<i>[...] estabelecer, implantar e fiscalizar a execução da Política de Assistência [...].</i>
E7	<i>[...] recurso público deve ser muito bem administrado e utilizado com seriedade.</i>
E8	<i>Administração dos recursos [...] com base num consistente planejamento estratégico.</i>
E9	<i>[...] se articular com o centro político/administrativo e com os demais setores que realizam as atividades-fim. São disponibilizados recursos (materiais e humanos) para a assistência estudantil, os quais devem ser utilizados com eficiência e eficácia [...]</i>
E10	<i>Identificar lacunas de atenção. Motivar os técnicos. Propor ações de melhoria. Buscar alternativas funcionais. [...] é preciso ter sensibilidade e ouvir os colaboradores e estudantes. São ações complexas que precisam ser construídas de maneira coletiva.</i>
E11	<i>Estudar o perfil do público, propor respostas adequadas as demandas de acordo com o perfil, busca por recursos orçamentários, avaliação permanente de resultados, articulação política interna e externa. Articular recursos e diretrizes</i>
E12	<i>Mediar a demanda existente em sua instituição e a oferta de recursos para atender a estas demandas, o que se dá por meio da construção de políticas que articulem ambos.</i>
E13	<i>Propor implantação [...] de ações que de fato viabiliza a política de permanência.</i>
E14	<i>Garantir a melhor utilização possível do recurso disponibilizado pelo PNAES [...]</i>

O resultado das questões 10 para as IFES e 14 para a UNIPAMPA (referente aos principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional apontados pelos gestores) consta no Quadro 41.

Quadro 41 – Desafios da Política de Assistência Estudantil

Gestor	Resposta
E1	<i>Ampliação de recursos e implantação da cultura de assistência frente à comunidade [...]</i>
E2	<i>[...] transformar o decreto do PNAES em lei, para se transformar em Política de Estado. O Fonaprace já enviou o projeto, que tramita na Câmara dos Deputados. Necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos.</i>
E3	<i>[...] avançar no acompanhamento social e pedagógico [...] ser necessário mesmo, é essa política possa contribuir para que se formem profissionais mais humanos, que atendam com dignidade os usuários de seus serviços, que contribuam para mudar a sociedade.</i>
E4	<i>1. Garantir recursos financeiros proporcionais ao crescimento da demanda; 2. garantir recursos humanos proporcionais ao crescimento da demanda; 3. Transformar o decreto do PNAES em lei federal, transformando uma política de governo em política de Estado; 4. Criar, implementar e refinar os mecanismos de diagnóstico e avaliação das políticas [...]</i>
E5	<i>Recursos insuficientes para atendermos todos os alunos com renda per capita de até um salário mínimo e meio; as lacunas de aprendizagem com que chegam às IFES os alunos oriundos da escola pública; a falta de recursos e profissionais para ampliação da Assistência Estudantil, no que se refere às áreas previstas no PNAES.[...]</i>
E6	<i>[...] fazer com que toda a Comunidade Universitária entenda que a assistência estudantil é um investimento e não uma despesa e é direito do estudante.</i>
E7	<i>[...] atender ao número crescente de acadêmicos [...] (o sistema de cotas e Sisu tem democratizado o acesso ao ensino superior, mas tem aumentado o número de vulneráveis econômicos) que extrapolam os recursos enviados pelo governo federal. Envolve também pensar em ações de promoção que não sejam apenas assistencialistas.</i>
E8	<i>Falta de recursos. Superação de barreiras psicológicas. Combate às diversas discriminações [...]</i>
E9	<i>As políticas de acesso foram desenvolvidas antes e em separado das políticas de permanência [...] fica a sensação de que as políticas de permanência estão "correndo atrás do prejuízo", pois nem sempre são abrangentes/inclusivas o suficiente [...]</i>
E10	<i>Há, ainda, severa falta de recursos e severa carência so profissionais necessários para garantir a proposta da política PNAES. O recurso (financeiro e humano) precisa ser compatível com as políticas afirmativas [...].</i>
E11	<i>Recursos orçamentários, pouca avaliação de resultados, práticas assistencialistas cristalizadas. Recursos e diretrizes bem definidas. Romper com o assistencialismo. Interferências externas ao setor.</i>
E12	<i>[...] atender a demanda [...] de um público crescente com maior necessidade socioeconômica na medida em que os recursos não acompanham esta demanda.</i>
E13	<i>Orçamento insuficiente para manter todas as ações, principalmente com o advento do SiSU que tem contribuído para o aumento da demanda por acesso aos programas [...]</i>
E14	<i>Aumento da capitação e aplicação de recursos próprios da Universidade, bem como do PNAES, na Assistência Estudantil. Garantir a permanência dos estudantes [...]</i>

Os relatos apresentados no Quadro 41 indicam a ampliação de recursos financeiros e humanos, a transformação da política em lei federal e a implantação da cultura da assistência estudantil na comunidade universitária como desafios mais citados.

As principais respostas obtidas com as questões 11 para as IFES e 15 para a UNIPAMPA encontram-se no Quadro x e se referem ao conhecimento por parte da

universidade dos jovens que a buscam para sua formação acadêmica (desejos, necessidades, anseios e angústias).

Quadro 42 – Conhecimento sobre os Jovens Alunos

Gestor	Resposta
E2	<i>Sim, trabalhamos com eles nos dia a dia.</i>
E3	<i>[...] temos conhecimento parcial, estamos criando uma boa relação com o movimento estudantil que contribui para que esses aspectos sejam de nosso conhecimento.</i>
E5	<i>Em parte. Acho que precisaríamos conhecer melhor.[...] estamos buscando esse conhecimento. Já conhecemos algumas de suas demandas, mas não todas.</i>
E9	<i>[...] um esforço notável para conhecer os jovens. Destaco o papel do FONAPRACE, que já há algum tempo realiza pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, cujos resultados são fantásticos e dão um delineamento fiel da realidade dos jovens. Tais dados estão à disposição de todos que atuam na área da educação superior.</i>
E10	<i>Está melhorando, mas ainda não na totalidade. É ainda um mundo a conhecer - um grande desafio. Até porque se trata dos dois lados: não acho que apenas os equívocos estejam na instituição -- muitos jovens têm uma visão pouco real do mundo do trabalho... São levados a uma visão superficial da vida e estão com pouco preparo para lidar com frustrações. Avançamos muito através de pesquisas nesse sentido.</i>
E11	<i>[...] pesquisa semestral permanente junto aos estudantes ingressantes, Programa Sou Mais Juventude, além da pesquisa nacional do perfil discente realizada pela ANDIFES e FONAPRACE.[...]</i>
E12	<i>Conhece de forma generalizada, ou seja, conhece-se o perfil dos estudantes, mas não suas particularidades.</i>
E13	<i>[...] as universidades vem buscando ferramentas para alcançar este conhecimento.</i>

Verifica-se nas falas contidas no Quadro 42 que algumas IFES conhecem e outras que desconhecem ou conhecem parcialmente os desejos, necessidades, anseios e angústias de seus alunos, contudo, no geral todas reconhecem que devem ser feitos esforços e avanços neste sentido.

O resultado das questões 12 para as IFES e 10 para a UNIPAMPA (cujo questionamento se refere à contribuição da política de assistência estudantil da universidade para a permanência dos alunos na instituição e quais são os seus principais benefícios) encontra-se no Quadro 43. Todos concordam que a política contribui para a permanência, sendo um dos motivos citados a mudança social do aluno e da sociedade.

Quadro 43 – Benefícios da política de assistência estudantil

Gestor	Resposta
E1	<i>Sim. Garantia de moradia e mínimas condições de alimentação</i>
E2	<i>Contribui. Sem essa assistência muitos alunos não teriam a mínima condição de permanecer na universidade. Não basta facilitar a entrada [...].</i>
E3	<i>[...] é fundamental para que os alunos na condição de vulnerabilidade social consiga materializar seu sonho de alcançar a formação no ensino superior. Os benefícios são para toda a sociedade e não apenas para o aluno que se forma. É a vida do aluno que vai mudar, é a condição financeira e social do aluno que vai mudar e é a sociedade que vai receber profissionais que tiveram experiência concreta de vulnerabilidade e que pode atender melhor (por sua experiência) ou não, o público de sua ação.</i>
E4	<i>[...] tais políticas são fundamentais para a permanência material e simbólica dos discentes</i>
E5	<i>[...] permite que os jovens possam fazer seus cursos sem ter um emprego, o que possibilita uma participação muito maior desses jovens nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. [...] Sem a política de assistência estudantil, tornar-se-ia inviável o acesso e permanência dos alunos em condição de vulnerabilidade social nas IFES, especialmente porque, pela forma de ingresso, a maioria passa a residir em cidades muitas vezes muito distante da sua cidade de origem. [...] o Plano de Expansão das Universidades Federais está indissociavelmente ligado à política de Assistência estudantil. Por isso, é preciso que ela ganhe força de lei e sejam distribuídos mais recursos, de tal forma que consigamos conceder os auxílios financeiros a todos os alunos com renda per capita de até 1,5 salários mínimos [...]</i>
E6	<i>Sim. Grande parte dos estudantes que ingressam [...] não tem condições financeiras de se manter sem assistência estudantil, em especial em cursos que não são oferecidos em período noturno. Os benefícios estão diretamente ligados à permanência dos estudantes, a sua formação e ascensão social.</i>
E7	<i>[...] possibilita uma maior chance de permanência. A segurança financeira permite uma estabilidade para que os acadêmicos possam se concentrar nos estudos e facilitar a sua manutenção na cidade.</i>
E8	<i>[...] mensuração dela é complicada pois conta com variáveis não controladas. A política visa a permanência e esse é o principal benefício.</i>
E9	<i>[...] proporcionar a melhoria da qualidade de vida de muitas comunidades. Isso às vezes sobrecarrega os orçamentos e pessoal das universidades e prejudica algumas de suas ações, mas o resultado final é positivo, pois os jovens percebem o valor da Universidade e da educação superior na construção de um futuro melhor.</i>
E10	<i>[...]atender aos jovens que, se negados pela vida a uma condição de equidade, possam formar-se e lutar pela sua transformação social e cidadã - e a de seus familiares. [...] A cessão de moradia e alimentação gratuita, por exemplo, é fundamental [...]</i>
E11	<i>[...] um incentivador da permanência, embora não seja o principal [...] num cenário das dificuldades elencadas, ainda ter que lidar com dificuldades financeiras, ou não ter um aporte pedagógico torna-se um catalizador da infrequência, evasão,baixo rendimento e retenção.[...] Diminui um dos fatores dificultadores da permanência.</i>
E12	<i>[...] ampara econômica, social e psicologicamente os estudantes. Os benefícios percebidos relacionam-se a promoção da saúde, qualidade de vida, integração social, manutenção na universidade, melhora no desempenho acadêmico, entre outros.</i>
E13	<i>[...] podem acessar programas e serviços que contribuem para sua permanência. Seu principal benefício é a garantia de seu direito ao acesso ao ensino superior e uma formação de qualidade, bem como o seu empoderamento.</i>

A seguir apresentam-se as três questões específicas do instrumento para os gestores da UNIPAMPA (Quadro 44).

Quadro 44 – Questões específicas para o gestor da UNIPAMPA

Questão	Descrição da Questão	Resposta Gestor
11	Você percebe na instituição a realização de ações articuladas (entre gabinete, pró-reitorias, unidades, segmentos universitários, etc) para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico? Cite estas ações.	<i>[...] os setores ainda trabalham de forma muito isolada (E3).</i>
12	Você considera que existe diálogo e construção coletiva na formulação e na implementação da política de assistência estudantil? Explique sua resposta.	<i>Sim, com o segmento discente, com os técnicos que executam a política e também com o gabinete (E3)</i>
13:	Na sua opinião, quais as demandas e dificuldades dos estudantes, que ainda não foram sanadas pela instituição em relação à política de assistência estudantil (permanência)?	<i>Políticas de saúde, cultura esporte e lazer nos campus (E3)</i>

As questões acima são comuns às questões 2, 3 e 5 do instrumento dos NuDEs. A comparação destas e das demais respostas obtidas entre todos os instrumentos de coleta será realizada na subseção seguinte, em linhas gerais.

5.4 SÍNTESE E CRUZAMENTO DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesta subseção uma síntese dos resultados obtidos junto aos sujeitos da pesquisa, bem como realiza-se um cruzamento entre estes resultados, à luz da literatura (em especial a legislação sobre a temática), a fim de atender aos objetivos específicos de realizar um comparativo entre o processo de avaliação da UNIPAMPA e o das IFES; e de propor melhorias para o Plano de Permanência.

Em relação aos alunos beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA, obteve-se 543 respostas positivas. O questionário foi subdividido em 5 subseções: Dados Específicos de Perfil; Trajetória Acadêmica (contemplou a Identificação acadêmica; Evasão; Diplomação; Retenção e Avaliação institucional); Situação de Trabalho; Assistência Estudantil e Avaliação Geral.

Em relação ao perfil dos beneficiários, observou-se que são, em sua maioria, jovens de até 25 anos (55,25%), do sexo feminino (60,04%), solteiros (79,01%), brancos (72,56%) e sem filhos (83,43%), com o seguinte perfil acadêmico: a maioria dos estudantes (51,38%) estuda no turno diurno e a maioria (62,98%) não é natural do município de seu Campus. Assim, o aluno precisará se adaptar longe da família,

encontrará dificuldade caso precise conciliar estudo com trabalho, e precisará se organizar no estudo.

Em relação à Trajetória Acadêmica, verificou-se que 87,11% dos beneficiários não passaram por evasão; 78,64% não fizeram trancamento de matrícula; 91,16% não fizeram reopção; e dentre os formados, 60,40% conseguiram se formar na duração normal do curso e 58,59% conseguiram um emprego na área de formação em até 6 meses. Contudo, 67,40% dos alunos têm alguma reprovação no histórico (46,22% por nota, 5,16% por frequência e 16,02% por nota e por frequência), o que é preocupante considerando-se os critérios acadêmicos de manutenção no Plano de Permanência. Evidenciou-se ainda que 72,01% dos alunos têm interesse em prosseguir com seus estudos na UNIPAMPA no nível de pós-graduação.

Quanto à Situação de trabalho, verifica-se que, dentre os alunos que trabalham atualmente, têm-se 20,44% atuando na esfera pública; 17,86% na esfera privada e menos de 1% no terceiro setor (0,74%). E ainda, apenas 0,55% dos alunos se tornaram empresários, o que indica a necessidade do fomento de uma cultura empreendedora na universidade, considerando o seu compromisso com o desenvolvimento local. Os alunos que não conseguiram trabalho na área relataram dificuldades para se inserir no setor privado e muitos estão investindo na pós-graduação e em concursos públicos.

Constatou-se também em Situação de Trabalho que 48,80% dos alunos foi bolsista acadêmico. Sugere-se à instituição incentivar esta prática, pois além de promover a qualificação acadêmico-profissional, evita que o aluno deixe de se dedicar ao curso por precisar trabalhar. Convém lembrar que o Decreto Presidencial 7234/2010-PNAES estabelece que a política de assistência estudantil deve estar articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à Assistência Estudantil, constatou-se que para 67,22% dos alunos o Plano de Permanência não influenciou na decisão quanto à escolha da UNIPAMPA e do curso, o que pode indicar a prevalência da afinidade com o curso; e que 71,09% nunca foram desligados do Plano por descumprimento dos critérios de manutenção. Quando questionados sobre o que consideram importante para a permanência, constatou-se que a assistência estudantil não é o único aspecto a ser considerado na permanência, incidindo também outros fatores (pessoais, institucionais etc). Cabe constar que nesta seção apareceu fortemente a necessidade de reajustes nos valores dos auxílios e de maior abrangência do Plano,

contudo, outras demandas de assistência estudantil também foram apontadas tais como em saúde mental, questões didático-pedagógicas e apoio formativo.

No geral, os alunos se mostraram satisfeitos com o trabalho realizado pelo NuDE de seu Campus. Contudo, a partir dos relatos obtidos, sugere-se à instituição disponibilizar mais horários noturnos de atendimento aos alunos; disponibilizar atendimento psicológico em cada campus; criar canais específicos de denúncias e a divulgar mais informações sobre o processo de trabalho de seleção e renovação no Plano de Permanência; bem como oportunizar mais autonomia ao NuDE para intervenções junto aos docentes, em articulação com a PROGRAD. Nesta seção, verificou-se ainda que os alunos não veem oportunidades de trabalho nem atrativos na região para sua permanência. Assim, a despeito dos alunos que são da região, a própria universidade torna-se o principal atrativo, sendo essencial para a permanência as ações e as relações advindas da própria comunidade acadêmica.

Na seção sobre a Avaliação Geral, percebeu-se que, no geral, os alunos estão satisfeitos com seu curso e com a instituição; reconhecem que fazer o seu curso nesta instituição contribui para a inserção no mercado de trabalho e na pós-graduação; e avaliam que o Plano de Permanência influencia positivamente no seu desempenho acadêmico, tendo em vista que o grau de concordância nestes itens se concentrou em Concordo e Concordo totalmente na Escala *Likert*. Como item avaliado medianamente destaca-se que 32,23% discordam e 32,78% concordam que os programas de assistência estudantil da UNIPAMPA são suficientes para atender as necessidades dos alunos. E apenas 32,04% acreditam que a UNIPAMPA oferece meios para o enfrentamento do desempenho acadêmico insatisfatório.

Nesta pesquisa também foram aplicados questionários aos gestores de assistência estudantil das universidades federais e da UNIPAMPA e aos representantes dos NuDEs da UNIPAMPA, instrumentos com similaridade entre si.

Na fase inicial da pesquisa foram consultados os sites dos órgãos responsáveis pela política de assistência estudantil nas 63 universidades, para localizar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES adotados. Como não foram encontradas informações suficientes nos sites, foram remetidos questionários aos gestores de assistência estudantil das IFES, obtendo-se 14 retornos, inclusive da UNIPAMPA. Em relação aos representantes dos NuDEs obteve-se um total de 8 respostas.

Em relação ao perfil, observou-se que o NuDE é composto por 50% de profissionais jovens com até 30 anos, o que pode ser um fator positivo na relação com o público. Analisando-se o perfil dos gestores de Assistência Estudantil, verificou-se que 71,43% têm idade entre 40 a 60 anos.

Para os NuDEs e para a gestora da UNIPAMPA, é necessária uma articulação maior entre os segmentos da instituição para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico na instituição. Apesar disso, ambos percebem esforços institucionais para a construção coletiva da política. Em relação às demandas e dificuldades dos estudantes, em comum os NuDEs e a gestora da UNIPAMPA apontam ações referentes à cultura, esporte, lazer e saúde.

Como possíveis causas da evasão e/ou da retenção nas IFES quando ocorrem com beneficiários, foram citadas as de cunho pessoal e em relação ao curso. Em relação à frequência das ocorrências dessas situações comparativamente aos demais alunos, não há indícios suficientes, mas parecem ser menos frequentes entre os beneficiários.

Quanto à existência e tipo de acompanhamento ao beneficiário que se encontra com baixo rendimento acadêmico, pode-se dizer que, enquanto é incipiente para poucas IFES, o acompanhamento é realidade para outras. Além disso, percebeu-se que este acompanhamento não tende a ser apenas de natureza pedagógica, aliando-se ao psicológico e social, por exemplo.

Para os pesquisados, cabem esforços da universidade no sentido de conhecer os jovens (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica. Contudo, as IFES apresentam algum registro sobre a situação acadêmica dos beneficiários e algumas das análises feitas dizem respeito à concessão de benefício e como instrumento diagnóstico.

Referente aos principais desafios da política de assistência estudantil na atualidade citaram-se a ampliação de recursos financeiros e humanos, a transformação da política em lei federal e a implantação da cultura da assistência estudantil na comunidade universitária. Pelos relatos, evidenciou-se que a avaliação ainda é um processo incipiente nas instituições, em processo de implantação ou aperfeiçoamento.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa abordou as ações subsidiadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), considerando sua relevância para o êxito da política de expansão e de democratização do acesso ao ensino superior no País.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA em termos de promover resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão dos alunos da instituição. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa, por meio de um estudo de caso.

A partir do objetivo geral, foram definidos objetivos específicos. No intuito de responder aos objetivos específicos de *analisar como as IFES realizam as ações de permanência* e de *realizar um comparativo entre a avaliação da UNIPAMPA e o das IFES*, foram consultados os sites das pró-reitorias de assistência estudantil (ou equivalentes) e aplicados os questionários aos seus gestores, percebeu-se semelhanças na forma com que realizam as ações.

No intuito de satisfazer aos objetivos específicos de *analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA na perspectiva dos alunos e institucionalmente*, foram aplicados questionários junto aos alunos, aos gestores de Graduação e de Assistência Estudantil da UNIPAMPA e aos representantes dos NuDEs, no qual foram acolhidas sugestões e críticas, mas obteve-se o reconhecimento de que o Plano de Permanência é essencial para a permanência e sucesso acadêmico do aluno.

No intuito de responder aos objetivos específicos de *analisar aspectos como evasão, retenção e colação de grau dos alunos participantes do estudo* e de *verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete no desempenho acadêmico dos participantes do estudo*, constatou-se que os critérios acadêmicos de manutenção no Plano de Permanência contribuem para o desempenho acadêmico dos beneficiários, havendo inclusive um indicativo de que este é mais elevado comparando-se aos alunos não beneficiários, o que corrobora com os estudos citados por Sanches (2013).

No intuito de responder ao objetivo específico de *verificar se, e de que forma, a assistência recebida durante a graduação se reflete na inserção profissional e regional dos alunos participantes do estudo*, percebeu-se a dificuldade dos alunos

para inserção no mercado de trabalho na região da UNIPAMPA, o que pode indicar a necessidade de alianças entre a universidade e as cidades na perspectiva de ações de sensibilização e de empreendedorismo, com vistas ao alcance do almejado desenvolvimento regional e de permanência do aluno.

No intuito de responder ao último objetivo específico de *propor melhorias para o Plano de Permanência da UNIPAMPA*, e considerando que o estudo apontou a influência de mais fatores, apresenta-se as principais contribuições no Quadro 45.

Quadro 45 – Contribuições Finais

Âmbito		Descrição da contribuição
FONAPRACE		✓ Esforços pra transformar o Decreto do PNAES em Lei
IFES		✓ Inclusão nos sites de assistência estudantil de informação quanto ao número de concessões e de investimento na área, bem como da forma de avaliação das ações
UNIPAMPA	Acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dispor de horário de atendimento noturno ✓ Agir em questões didático-pedagógicas ✓ Fomento à cultura empreendedora ✓ Apoio formativo (bolsas, cursos, materiais)
	Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reajuste nos valores dos auxílios ✓ Maior abrangência do Plano de Permanência ✓ Melhorias no processo de seleção e reavaliação ✓ Atendimento da demanda por psicólogos ✓ Monitoramento e avaliação sistemáticos do PNAES ✓ Cultura, esporte, lazer e saúde
	Cidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atuar em relação ao transporte público ✓ Atuar em relação à moradia e às imobiliárias ✓ Ações empreendedoras ✓ Incentivar a política da meia entrada ✓ Articular atividades culturais

Diante desses resultados, verificou-se que todos os objetivos propostos foram alcançados, respondendo assim à questão central da pesquisa. Concluiu-se com o estudo que, além da assistência estudantil, outros fatores influenciam na permanência e sucesso acadêmico, tais como: pessoais, didático-pedagógicos, desafios estruturais das cidades etc. Assim, não basta um investimento maciço em assistência estudantil sem um monitoramento e enfrentamento dessas questões. Constatou-se também que as IFES buscam avançar no monitoramento e avaliação do PNAES, em um contexto de implantação recente.

Como limitação da pesquisa, aponta-se a dificuldade na tabulação das questões abertas frente a um volume considerável de participações. Sugere-se, com isso, a realização de um grupo focal com os alunos, pois enquanto a utilização do

questionário permite a coleta de dados com um número maior de participantes, a realização de entrevista propicia informações com maior nível de profundidade.

Ao finalizar, percebe-se que este campo de pesquisa está em construção, com lacunas a serem investigadas. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir tanto para as organizações participantes e seus alunos, quanto para o meio acadêmico-científico, colaborando com o avanço de pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS CITADAS

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALBARELLO, C. B. O papel do administrador na gestão pública. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 5, n. 9, p. 49-71, dez./2006. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878/1353>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ALVES, A. S. **Evasão de alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF-SC Campus Florianópolis**: propostas de controle. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas)-Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.

ALVES, E. J. Análise da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos relatórios de avaliação institucional da CPA. In: Seminários Regionais, 2013, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/norte/eixo_3/analise_politica_assistencia_estudantil_unifederal_tocantins.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Avaliação do programa bolsa permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ANGELIM, I. C. S. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. In: III Seminário Políticas Sociais e Cidadania, 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2010. Disponível em: <www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao7/199.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

ARAÚJO, F. S.; BEZERRA, J. C. B. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís-MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

ARAÚJO, J. C. F. **Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela Unirio: o Projeto de Bolsa Permanência**. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)- Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, J. C. F.; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela Unirio: o Projeto de Bolsa Permanência. 2011. **Ensaio: aval. pol.**

públ.Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.84, p.777-806, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a09v22n84.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

ASSIS, A. C. L. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v.6, n.4, p. 125-146, 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>>. Acesso em: 2. jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 1998. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília/DF. 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

AVILA, J. **Pesquisa em Administração**: caderno didático. Santa Maria: Departamento de Ciências Administrativas/UFSM, 2002. 92 p.

AZAMBUJA, E. F. **As Perspectivas Conceituais da Política de Assistência Social Evidenciadas nas Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)**. 2010. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, C. M. **Gestor público**: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais. 2009. 42 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública)-Fundação Getúlio Vargas, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/caetano%20magalhaes%20de%20barros%20monografia.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRANDALISE, M. A. T. Avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos: um indicador de avaliação institucional. **IX ANPED Sul**, Caxias do Sul, 2012. Disponível em <www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/download/.../741>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 1, n. 47, jan.abr./1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRYMAN, A. Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? **Qualitative Research**, London, v.6, p. 97-113. Disponível em: <<http://qrj.sagepub.com/cgi/content/abstract/6/1/97>> Acesso em: 10 ago. 2015.

CAMPOMAR, M. C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. In: **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul/set 1991.

CARVALHO, F.; LEDUINO, L. Desafios atuais da assistência estudantil. **FONAPRACE Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares, Brasília, p. 167-179, 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CARVALHO, S. C. S. **Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Lavras**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

CASADO, F. L.; SILUK, J. C. M.; ZAMPIERI, N. L. Z. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 5, p. 633-650, dez. 2012.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS. Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto de Acompanhamento de Estudantes e de Egressos**. Goiânia: CEFET-GO, 2008. Disponível em: <http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_acompanhamento_egressos.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COLVERO, R. B.; JOVINO, D. P. Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010. **Revista Argentina de Educación Superior**, Buenos Aires, ano 6, n.8, p. 62-85, jun. 2014.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ETGES, V. E. **Mesorregiões brasileiras: o portal da Metade Sul/RS – MESOSUL**. 2013. Disponível em: <<http://www.coredesul.org.br/Pagina/7/Documentos-Importantes>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FERNANDES, N. G. O. **A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12112012-143546/pt-br.php>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **FONAPRACE Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

GAZOTTO, M. A. **Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: E. da UFRGS, 2009. (Educação a Distância).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, SP, v.12, n.24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6109/7640>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

HAIR JUNIOR, J. F.; MONEY, A.; BABIN, B.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant’Ana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 16, n. 3, p. 157–183, set/dez 2011. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v.2, n. 56, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2565>. Acesso em: 25 fev. 2015.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, G. R. **Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MAGALHÃES, R. P. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MALACARNE, V. **Assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul**: do assistencialismo a cidadania. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MOREÉ, R. P. O. Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%E3o%20de%20egressos%20em%20institui%E7%F5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20potencialidades.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 fev.2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual de gestão do Programa de Bolsa Permanência**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **O plano de desenvolvimento da educação (PDE)**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 30 fev. 2015.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Reuni**: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais. Brasília, DF, ago. 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Sistema e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

MORAES, C. A. S.; BOTELHO, T. M.; FONSECA, T. A.; ALMEIDA, D. O.; BASTOS, J. C.. O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 13, n. 3, p. 205-218, set./dez. 2011.

MOREIRA, M. A. **Pesquisa em educação em ciências: métodos qualitativos**. 2013. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~moreira/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MOURÃO, L. Discussão metodológica sobre avaliação de programas sociais. In: XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Campus da UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_298.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

NABARRO, E. Mesa temática: **perfil do discente brasileiro e as especificidades da UNIPAMPA**. In: V Seminário de Desenvolvimento Profissional Docente. Bagé, março de 2012.

OLIVEIRA, S. B.; RIOS, R.; VARGAS, M. W.; CARVALHO, C. C. B. Serviço Social na Educação: contribuindo na construção da assistência estudantil. In: OLIVEIRA, S. B.; OLIVEIRA, J. L.; VARGAS, V. R. D.; HOEPNER, C. M. (Org.). **Serviço Social: Políticas Sociais e Transversalidades no Pampa**. São Borja: Faith, 2012.

PEIXOTO, M. C. L. (Org). **Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: E. UFMG, 2004.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RAMOS, L. F. C. **A assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: o programa Saudavelmente da Procom-UFG**. 2012. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

REIS, R. C. S.; MATOS, C. R. N. Perfil do gestor público: elementos para formação e mudanças. In: 1ª Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (I CIEGESI), 2012, Goiânia-GO. **Anais...** Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2012. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/781> . Acesso em: 15 ago. 2015.

RIOS, R. **Avaliação do Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários**. 2011. 92 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

ROCHA, M. A. M. **Processo de inclusão ilusória: a condição do jovem bolsista universitário**. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha Explica).

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANCHES, R. R. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista História, Movimento e Reflexão**, Barretos, v.1. n.1, 2013. Disponível em: <<http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/view/22>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SANTOS, A. S. Vínculos com a organização e os estilos de liderança: uma análise na equipe de enfermagem de instituições hospitalares. 2015. 239 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, L. H. S. **Ensino, Retenção e Evasão**. Rio de Janeiro, dez 2011. 1 diapositivo, color. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/2660073/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SINDER, M.; PEREIRA, R. C. A pesquisa com egressos como fonte de informação sobre a qualidade dos cursos de graduação e a responsabilidade social da instituição. In: Seminários Regionais, 2013, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/sudeste/eixo_2/pesquisa_egressos_fonte_informacao_qualidade_cursos_graduacao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SOARES, V. B.; OHAYON, P.; ROSENBERG, G. O Perfil e a formação do administrador público: uma análise curricular em seis instituições de ensino superior do Brasil. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ178.pdf>. Acesso em 15 ago. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Assessoria de Comunicação Social. **Apresentação institucional**. 2014. 1 diapositivo, color.

_____. Boletim de Serviço – UNIPAMPA. Boletim de Serviço UNIPAMPA Ano IX nº 244 – Edição Extraordinária de 16 de maio/2016. Disponível em <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/documentos/244-2016_boletim_extraordinario.pdf> Aceso em 12 jun. 2016.

_____. **Carta de Serviços ao Cidadão.** 2014. Disponível em <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/documentos/carta_de_servicos_ao_cidadao_da_unipampa_-_revisao_jan2015.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Dados Gerais.** Março, 2016. Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/acs/files/2016/03/03-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Unipampa-Mar%C3%A7o.pdf>>. Acesso em: 12.jun.2016.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014.** Aprova a Política de Assistência Estudantil. Bagé, 2014. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res._84_2014-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%Aancia-Estudantilb.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2015.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 71, de 27 de fevereiro de 2014.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018). Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. **Projeto Institucional da UNIPAMPA.** 2009. Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Equipe.** Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/equipe-2/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação. **Programa de Acompanhamento de Egressos:** relatório 2014. Bagé, 2015. Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2015/03/PROGRAMA-DE-ACOMPANHAMENTO-DE-EGRESSOS-RELATÓRIO-2014-UNIPAMPA-egressos-2012-E-2013-FINAL1.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação. **Relatórios de Gestão.** Disponíveis em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/planejamento/relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação. **Relatórios anuais.** Disponíveis em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/orcamento/relatorios/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Comunitária. **Relatório Anual da PRAEC/UFPI 2013, de janeiro de 2014.** Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/praaec/arquivos/files/relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRANQUINHO, N. C. S. S. **Satisfação dos egressos do curso de graduação em Enfermagem de uma universidade pública**. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

CARNEIRO, M. F. S. et al. **Gestão pública**: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública. Rio de Janeiro, Brasport, 2010.

COCCO, R.; NUNES, G. L.; SANTOS, S. A.; KEMPKA, S. B. Política de expansão e interiorização/regionalização do ensino público superior no Brasil: o caso da UFSM/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014. Porto. **Anais...** Porto/Portugal: ANPAE, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Ricardo_CoccoGT2_integral.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

FERRER, F.; LIMA, C.; VILELA, C.; VIEIRA, G.; COSTA, B.; IUNES, S. **Gestão pública eficiente**: impactos econômicos de governos inovadores. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FREITAS, P. J.; MOREIRA, N.; GOBBI, G. A. F. Avaliação e reflexão das políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal do Triângulo Mineiro/IFTM-Campus Patrocínio. In: II Colóquio Nacional – A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, 2013, Natal. **Anais...** Natal: IFRN, 2013.

GARRIDO, E. N. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: Seminário Universidade e Sociedade, na Semana Kirimurê 2012. Cachoeira-BA. **Anais...** Cachoeira: Kirimurê, 2012. Disponível em: <http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

GIUDICE, J. Z. A.; LORETO, M. D. S.; AZEVEDO, D. S. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 38-67, 2013.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **R. Cont. Fin.-USP**, São Paulo, n.37, p.73-84, jan./abr.2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTE, I. J. A.; BERGAMIM, E.; ALMEIDA, F. M. M. O perfil profissional e socioeconômico dos egressos do curso de administração das Faculdades Unificadas Doctum de Lúna – ES, no período de 2007 a 2010. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT 2012), 2012, Resende-RJ. **Anais...** Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/22716647.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MONTEIRO, A. L. R. Avaliação do curso de graduação em Administração da FCAP por seus egressos. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_577_2012_12051834228e9c.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. **FONAPRACE Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares, Brasília, p. 167-179, 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

PEREIRA, E. M. B.; TINOCO, D. S.; ALLOUFA, J. M. L. Democratização do acesso e da permanência no ensino superior: ações inovadoras em universidades federais. In: V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://adcont.ppgcc.ufrj.br/index.php/adcont/adcont2014/paper/viewFile/1323/322>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

REGIO, M. L. S. **Formação, atuação profissional e mercado de trabalho em Administração**: o caso dos egressos do curso de graduação da UFSM. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

RESENDE, M. **Instrumentos de Avaliação do PNAES**. Brasília, 2012. 1 diapositivo, color.

SANTOS, M. P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, E. da UFSM. **MDT**: estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses. 8. ed. Santa Maria: E. da UFSM, 2012. 72 p.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**CARTA DE CIÊNCIA SOBRE PROJETO DE PESQUISA E ACEITE QUANTO
A COLETA DE DADOS NA UNIVERSIDADE**

Na condição de Reitora da Universidade Federal do Pampa (CPF 485.111.020-00), conheço o trabalho de pesquisa ***"Análise do Plano de Permanência de Estudantes da Universidade Federal do Pampa"***, desenvolvido pela servidora Rafaela Rios, SIAPE 1570279.

O trabalho está de acordo com os preceitos éticos institucionais e sua proposta técnica, registrado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, sob o N° 08.043.15. Nesse sentido estamos de acordo com sua operacionalização e com a coleta de dados nesta Universidade. Autorizo o desenvolvimento da pesquisa, para fins de consolidação do trabalho proposto.

Bagé, 21 de setembro de 2015.



Ulrika Arns
Reitora

APÊNDICE B – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisa sobre Permanência - Alunos

Prezado(a) estudante

Muito obrigada pela disponibilidade em participar deste estudo. Este questionário faz parte da pesquisa "Análise do Plano de Permanência da UNIPAMPA", que irá analisar os resultados do Plano de Permanência (ou Programa Bolsas de Permanência - PBP) em termos de prevenir a retenção e a evasão e de viabilizar a conclusão do curso. As informações irão compor uma dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da UFSM. Está assegurado seu anonimato. Você não será identificado. As respostas serão utilizadas para fins acadêmicos.

Após responder a cada questão, clique em "continuar" para avançar para a próxima página. Sua participação será efetivada quando, ao final do questionário, você clicar em "enviar".

Por favor, responda apenas em caso de ser ou ter sido beneficiário do Plano de Permanência (PBP).

Agradeço a colaboração!

Continuar »

 10% concluído

APÊNDICE C – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa sobre Permanência - Alunos

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "Análise do Plano de Permanência da UNIPAMPA", que tem como objetivo analisar os resultados do Plano de Permanência (ou Programa Bolsas de Permanência - PBP) em termos de prevenir a retenção e a evasão e de viabilizar a diplomação. (Cabe salientar que o Programa Bolsas de Permanência - PBP passou a ser denominado Plano de Permanência - PP a partir da Resolução nº 84/2014).

As informações irão compor uma dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, estudo desenvolvido pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSM, Rafaela Rios, sob a orientação da professora Dr^a Vânia Medianeira Flores Costa.

O presente termo tem por objetivo esclarecer o motivo da pesquisa e solicitar o consentimento do respondente para a utilização dos dados fornecidos. A pesquisadora terá o compromisso e a responsabilidade pelo total sigilo da identidade do respondente. A participação nesta pesquisa é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira e também não haverá custos para o participante.

Você, aceitando participar deste estudo, responderá a um questionário a fim de relatar as experiências vividas em relação ao Plano de Permanência e à instituição. Não existem respostas certas ou erradas, apenas a sua opinião interessa. O tempo médio de resposta ao questionário é de 20 minutos.

O respondente poderá desistir de participar deste estudo a qualquer momento durante a coleta de dados, sem que isto leve a qualquer penalidade, pois as respostas só serão computadas ao clicar em "enviar", ao final do questionário.

Benefícios: o retorno será em termos sociais, pois visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido em formato de dissertação e artigo com fins acadêmicos e científicos. Desta forma, pretende-se contribuir para o aprimoramento das ações de assistência estudantil desenvolvidas pela universidade.

Caso exista dúvida entrar em contato com Rafaela Rios pelo email rios.sm@gmail.com.

Após ser esclarecido (a), no caso de aceitar colaborar com o estudo, clique em "sim". Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Obrigada!

Deseja participar da pesquisa? *

Sim

Não

« Voltar

Continuar »

20% concluído

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE PERMANÊNCIA DA UNIPAMPA

Seção I – Dados Específicos

1 – Dados de Identificação				
1. Idade: <input type="checkbox"/> até 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos <input type="checkbox"/> acima de 40 anos	2. Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	3. Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Separado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	4. Raça/Cor/Etnia: <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Negra <input type="checkbox"/> Não declarada	5. Número de filhos <input type="checkbox"/> Não tenho <input type="checkbox"/> Um <input type="checkbox"/> Dois ou mais
2 – Trajetória acadêmica				
6. Você estudou em qual campus: (Se em sua trajetória tenha mudado de campus, marque o mais recente). <input type="checkbox"/> Alegrete <input type="checkbox"/> Bagé <input type="checkbox"/> Caçapava do Sul <input type="checkbox"/> Dom Pedrito <input type="checkbox"/> Itaqui <input type="checkbox"/> Jaguarão <input type="checkbox"/> Santana do Livramento <input type="checkbox"/> São Borja <input type="checkbox"/> São Gabriel <input type="checkbox"/> Uruguaiiana	7. Indique seu curso de graduação: (Se em sua trajetória tenha mudado de curso, indique apenas o curso mais recente).	8. Turno do curso: <input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite	9. Você é proveniente do mesmo município desse curso? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	10. Qual a opção que melhor define seu vínculo com a UNIPAMPA? <input type="checkbox"/> Vínculo ativo (aluno regular) <input type="checkbox"/> Vínculo ativo (em trancamento total) <input type="checkbox"/> Egresso (formado) <input type="checkbox"/> Egresso (evadido)
11. Nas situações de evasão abaixo, assinale a opção que mais corresponde à sua realidade: <input type="checkbox"/> desligou-se de um curso e ingressou em outro curso na mesma instituição <input type="checkbox"/> desligou-se da UNIPAMPA para ingressar em outra instituição de ensino <input type="checkbox"/> desligou-se totalmente do sistema superior de ensino, pela saída ou abandono dos estudos <input type="checkbox"/> não se aplica	12. Caso tenha passado por evasão, em que momento do curso você evadiu? <input type="checkbox"/> início <input type="checkbox"/> meio <input type="checkbox"/> final <input type="checkbox"/> não se aplica	13. Caso tenha passado por evasão, atribua a qual(is) motivo(s)?	14. Caso tenha se formado, em quanto tempo concluiu seu curso? <input type="checkbox"/> na duração normal do curso <input type="checkbox"/> em um semestre além da duração normal do curso <input type="checkbox"/> em dois semestres ou mais além da duração normal do curso <input type="checkbox"/> não se aplica	
			15. Caso tenha se formado, quanto tempo transcorreu entre a formatura e seu primeiro emprego na área de formação? <input type="checkbox"/> até 6 meses <input type="checkbox"/> de 6 meses a 1 ano <input type="checkbox"/> de 1 ano a 2 anos <input type="checkbox"/> mais de 2 anos <input type="checkbox"/> não se aplica	
16. Consta alguma reprovação no seu histórico? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, por nota <input type="checkbox"/> Sim, por frequência <input type="checkbox"/> Sim, por nota e por frequência	17. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, atribua a qual(is) motivo(s)?	18. Você considera que teve/tem alguma dificuldade de aprendizagem? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	19. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, qual(is) sua(s) dificuldade(s):	

(continua)

Seção I – Dados Específicos

(continuação)

2 – Trajetória acadêmica				
20. Você já precisou fazer trancamento (total ou parcial)?	21. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, qual(is) o(s) motivo(s)?	22. Você fez reopção de curso durante a graduação? () Não () Sim	23. Se fez reopção, qual(is) o(s) curso(s) anteriores?	24. Ao fazer a reopção, você se formou/concluiu este curso? () não () sim () não se aplica
25. O que te levou a escolher o seu curso de graduação?	26. O que te levou a escolher a UNIPAMPA?	27. Em um possível retorno à UNIPAMPA, você teria interesse por: () cursar outra graduação () cursar pós-graduação () participar de seminários, palestras e/ou cursos de atualização () ministrar seminários, palestras e/ou cursos de atualização () participar de atividades culturais, artísticas, esportivas e/ou recreativas () ministrar atividades culturais, artísticas, esportivas e/ou recreativas () não teria intenção de retornar		
3 – Situação de trabalho				
28. Você trabalhou durante a sua graduação? () sim, com vínculo empregatício () sim, sem vínculo empregatício () sim, estágio remunerado () sim, como bolsista acadêmico () não trabalhei	29. Qual a sua situação de trabalho no momento? () Trabalho na minha área de formação () Trabalho em atividade não relacionada com a minha formação () Estou desempregado () Não estou procurando trabalho, pois estou me dedicando ao meu curso de graduação () Não estou procurando trabalho, pois estou me dedicando ao meu curso de pós-graduação () Não estou procurando trabalho, pois estou estudando para concursos () Outro:	30. Qual é o tipo de organização onde você trabalha? () Governo Federal () Governo Estadual () Governo Municipal () Setor privado (empregado) () Empresário () Autônomo/Profissional Liberal () Terceiro Setor () Não se aplica		
31. Qual sua renda mensal? (referência: Salário Mínimo Nacional: R\$ 788,00) () até um salário mínimo () de um a três salários mínimos () de três a cinco salários mínimos () de cinco a dez salários mínimos () mais de dez salários mínimos	32. A sua situação socioeconômica atual quando comparada com seu ingresso na UNIPAMPA está: * () melhor () igual () pior	33. Caso esteja formado(a), e não esteja trabalhando em sua área de formação, atribui a qual motivo?		
4 – Assistência estudantil				
34. O Plano de Permanência influenciou na sua decisão quanto à escolha da UNIPAMPA e do curso? () não () sim	35. Você conheceu o Plano de Permanência de que forma? () pesquisa no site () indicação de amigos () divulgação na matrícula () nos murais () Outro:	36. Quando você foi beneficiário do Plano de Permanência? () 2009 () 2010 () 2011 () 2012 () 2013 () 2014 () 2015	37. Por não atender aos critérios de manutenção dos auxílios, você foi desligado alguma vez do Plano de Permanência? () não () sim	

(continua)

Seção I – Dados Específicos

(conclusão)

38. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, ficou claro o motivo do desligamento? () não () sim () não se aplica	39. Caso tenha sido desligado, você conseguiu reingressar no Plano de Permanência? * () não () sim () não se aplica	40. Além das modalidades de benefícios do Plano de Permanência, você teve algum outro auxílio e/ou bolsa na universidade? Qual(is)? (Citar tanto àqueles vinculados à assistência estudantil quanto outros tipos de auxílios/bolsas oferecidos pela universidade)
41. Quais as principais dificuldades que você encontrou para realizar seu curso?		
42. Você teve algum tipo de acompanhamento (social, pedagógico, etc) durante a graduação? Qual(is)?		
43. O que você considera importante para garantir a permanência do aluno na universidade?		
44. Você ficou/está satisfeito com o trabalho realizado pelos servidores do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de seu Campus? Explique sua resposta.		
45. Na sua opinião, qual(is) os aspectos positivos e negativos do Plano de Permanência da UNIPAMPA?		
46. Ao se formar, você ficou ou pretende ficar trabalhando na região da UNIPAMPA? Explique sua resposta.		
47. Na sua opinião, a cidade em que você está cursando ou cursou a graduação oferece atrativos para a sua permanência? Explique sua resposta.		

Seção II – Avaliação geral

Para responder as questões abaixo, faça um "x" sobre o número que melhor indique a sua opinião, usando a escala de avaliação proposta.

Questões	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
a) Eu recomendaria meu curso e a universidade para outras pessoas	1	2	3	4	5
b) Se eu pudesse optar novamente, escolheria a mesma profissão	1	2	3	4	5
c) De forma geral, estou satisfeito com a formação obtida	1	2	3	4	5
d) Fazer o curso na UNIPAMPA contribui para a inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5
e) Fazer o curso na UNIPAMPA contribui para a inserção na pós-graduação	1	2	3	4	5

(continua)

Seção II – Avaliação geral

(conclusão)

Questões	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
f) Os auxílios do Plano de Permanência da UNIPAMPA são/foram decisivos para poder cursar a universidade	1	2	3	4	5
g) Os auxílios do Plano de Permanência da UNIPAMPA são/foram suficientes para atender as necessidades dos alunos	1	2	3	4	5
h) Meu desempenho acadêmico teve um reflexo positivo por ser beneficiário(a) do Plano de Permanência	1	2	3	4	5
i) A UNIPAMPA incentiva a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão	1	2	3	4	5
j) A UNIPAMPA incentiva a participação dos alunos em atividades extracurriculares, tais como estágios, bolsas acadêmicas, cursos de informática e idiomas, etc	1	2	3	4	5
l) A UNIPAMPA oferece serviços que auxiliam na melhoria do desempenho acadêmico insatisfatório	1	2	3	4	5
m) Eu acompanho as notícias, informações e eventos promovidos pela UNIPAMPA	1	2	3	4	5

Obrigada pela sua colaboração com o estudo!

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES

I – Dados de identificação:

- | | | |
|------------------------------|-----------|--------------|
| a) Instituição participante: | c) Cargo: | f) Formação: |
| b) Setor: | d) Sexo: | |
| | e) Idade: | |

II – Questões específicas:

- 1) Em sua instituição, qual(is) ação(ões) são voltadas mais especificamente para a permanência dos estudantes de graduação?
- 2) Quais são as normas internas e os critérios que regem esta(s) ação(ões) de permanência?
- 3) Se esta(s) ação(ões) de permanência são custeadas, em parte ou no todo, pelo PNAES, quais mecanismos de acompanhamento e avaliação são adotadas na instituição com vistas ao cumprimento do Decreto nº 7.234/2010PNAES?
- 4) Caso esta(s) ação(ões) já tenha(m) sido avaliada(s), cite os principais resultados e conclusões da avaliação. Na sua instituição, existem metas vinculadas às ações de permanência? Cite estas metas.
- 5) Na sua opinião, qual a importância da criação ou adoção de instrumentos de acompanhamento e avaliação na implementação de políticas de permanência?
- 6) Na sua instituição, existem registros sobre a situação acadêmica dos beneficiários quanto à repetência, evasão e colação de grau? Estes dados são analisados?
- 7) O beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de acompanhamento por parte da instituição? Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tipo(s) e o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento?
- 8) Na sua opinião, quais as possíveis causas da evasão e/ou da retenção quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência? Estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários?
- 9) Na sua opinião, qual o papel do gestor público na viabilização da política de permanência?
- 10) Em sua opinião, quais são os principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional?
- 11) Em sua opinião, a universidade conhece os jovens (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica?
- 12) Você considera que a política de assistência estudantil da universidade contribui para a permanência dos alunos na instituição? Quais são os seus principais benefícios? Explique sua resposta.

Obrigada por sua colaboração com o estudo!

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DE GRADUAÇÃO DA UNIPAMPA

I – Dados de identificação:

- | | |
|-----------|--------------|
| a) Setor: | d) Idade: |
| b) Cargo: | e) Formação: |
| c) Sexo: | |

II – Questões específicas:

- 1) Em sua instituição, qual(is) ação(ões) são voltadas mais especificamente para a permanência dos estudantes de graduação?
- 2) Quais são as normas internas e os critérios que regem esta(s) ação(ões) de permanência?
- 3) Se esta(s) ação(ões) de permanência são custeadas, em parte ou no todo, pelo PNAES, quais mecanismos de acompanhamento e avaliação são adotadas na instituição com vistas ao cumprimento do Decreto nº 7.234/2010PNAES?
- 4) Caso esta(s) ação(ões) já tenha(m) sido avaliada(s), cite os principais resultados e conclusões da avaliação. Na sua instituição, existem metas vinculadas às ações de permanência? Cite estas metas.
- 5) Na sua opinião, qual a importância da criação ou adoção de instrumentos de acompanhamento e avaliação na implementação de políticas de permanência?
- 6) Na sua instituição, existem registros sobre a situação acadêmica dos beneficiários quanto à repetência, evasão e colação de grau? Estes dados são analisados?
- 7) O beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de acompanhamento por parte da instituição? Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tipo(s) e o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento?
- 8) Na sua opinião, quais as possíveis causas da evasão e/ou da retenção quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência? Estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários?
- 9) Na sua opinião, qual o papel do gestor público na viabilização da política de permanência?
- 10) Você considera que a política de assistência estudantil da universidade contribui para a permanência dos alunos na instituição? Quais são os seus principais benefícios? Explique sua resposta.
- 11) Você percebe na instituição a realização de ações articuladas (entre gabinete, pró-reitorias, unidades, segmentos universitários, etc) para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico? Cite estas ações.
- 12) Você considera que existe diálogo e construção coletiva na formulação e na implementação da política de assistência estudantil? Explique sua resposta.
- 13) Na sua opinião, quais as demandas e dificuldades dos estudantes, que ainda não foram sanadas pela instituição em relação à política de assistência estudantil (permanência)?
- 14) Em sua opinião, quais são os principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional?
- 15) Em sua opinião, a universidade conhece os jovens (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica?

Obrigada por sua colaboração com o estudo!

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PARA OS REPRESENTANTES DOS NUDES

I – Dados de identificação:

- | | |
|------------------|-----------|
| a) Campus: | c) Sexo: |
| b) Cargo/Função: | d) Idade: |

II – Questões específicas:

- 1) Você considera que a política de assistência estudantil da universidade contribui para a permanência dos alunos na instituição? Quais são os seus principais benefícios? Explique sua resposta.
- 2) Você percebe na instituição a realização de ações articuladas (entre gabinete, pró-reitorias, unidades, segmentos universitários, etc) para combater a retenção e a evasão e para melhorar o desempenho acadêmico? Cite estas ações.
- 3) Você considera que existe diálogo e construção coletiva na formulação e na implementação da política de assistência estudantil? Explique sua resposta.
- 4) Descreva as principais atividades realizadas pelo NuDE. Explique também como são as relações/interações entre os membros da equipe deste setor para a execução das atividades descritas.
- 5) Na sua opinião, quais as demandas e dificuldades dos estudantes, que ainda não foram sanadas pela instituição em relação à política de assistência estudantil (permanência)?
- 6) O beneficiário desta política de permanência e que tenha baixo rendimento acadêmico tem algum tipo de acompanhamento por parte da instituição? Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tipo(s) e o(s) efeito(s) obtidos com esse acompanhamento?
- 7) Na sua opinião, quais as possíveis causas da evasão e/ou da retenção quando ocorrem com beneficiários das ações de permanência? Estas ocorrências são mais frequentes ou menos frequentes quando comparadas aos não beneficiários?
- 8) Em sua unidade realizam-se pesquisas com os alunos (beneficiários ou não) para obter informações que auxiliem no aperfeiçoamento da política de permanência? Cite os tipos de pesquisas que são realizadas.
- 9) Em sua opinião, quais são os principais desafios da política de assistência estudantil no contexto das políticas de ampliação de acesso e considerando o contexto/realidade institucional?
- 10) Em sua opinião, a universidade conhece os jovens (desejos, necessidades, anseios e angústias) que a buscam para sua formação acadêmica?

Obrigada por sua colaboração com o estudo!

APÊNDICE H – CONSULTA AOS SITES DAS IFES

N	UNIVERSIDADE FEDERAL	SETOR/SITE CONSULTADO
1	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis – PROP/AE/ http://www.unilab.edu.br/auxilios/
2	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	Decanato de Assuntos Comunitários – DAC Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/index1.php http://www.unb.br/administracao/diretorias/dds/assistenciaestudantil/
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PRO/AE/ https://sisper.ufba.br/sisper/Welcome.do###
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRO/AE/ http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=324&Itemid=832&site=dae
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRO/AE/ http://portal.ufgd.edu.br/pro-reitoria/proae
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://www.unila.edu.br/prae
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE/ http://www.ufpb.br/prape/
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	Pró-Reitoria Estudantil – PROEST/ http://www.ufal.edu.br/institucional/pro-reitorias/proest
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE/ http://www.unifal-mg.edu.br/prace
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC/ http://www.prac.ufcg.edu.br/
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários http://www.ufcspa.edu.br/index.php/assistencia-estudantil
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária – PROCOM/ http://www.procom.ufg.br/
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI (UNIFEI)	Pró-Reitoria de Graduação – PRG/Diretoria de Assistência Estudantil – DAE/ https://www.unifei.edu.br/graduacao/inicial-diretoria-assistencia-estudantil-dae
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva – PRO/AE/ http://www.ufjf.br/proae/
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC/ http://www.praec.ufla.br/
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAE/ http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=prae
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PREAE/ http://preae.sites.ufms.br/

N	UNIVERSIDADE FEDERAL	SETOR/SITE CONSULTADO
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ https://www.ufmg.br/meulugar/sobre-a-prae/
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE/ http://www.prace.ufop.br/
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://wp.ufpel.edu.br/prae/
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – PROAES/ https://www.ufpe.br/proaes/
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA/ http://www.procea.unir.br/
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão – PRAE/ http://prae.ufrr.br/
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE/ http://prae.ufsc.br/
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://www.ufsm.br/prae
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE/ http://www.proace.ufscar.br/
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE/ http://www.ufsj.edu.br/proae/
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://www.unifesp.br/reitoria/prae/
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST/ http://proest.ufs.br/
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/ http://www.proex.ufu.br/
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	Pó-Reitoria de Assuntos Comunitários – PCD/ http://www.pcd.ufv.br/
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas – PROAP/ http://proap.ufabc.edu.br/
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES/ http://www.ufac.br/portal/proaes
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias – PROEAC/ Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE http://www2.unifap.br/dace/
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PROCOMUN/ http://procomun.ufam.edu.br/
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	Diretoria de Assistência Estudantil – DAE/ http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/diretoria-de-assistencia-estudantil-dae
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE www.prae.ufc.br
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania – PROAECI www.proaeci.ufes.br
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Direção de Assuntos Estudantis - DAE/ http://www.unirio.br/dae/front-page

N	UNIVERSIDADE FEDERAL	SETOR/SITE CONSULTADO
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAES/ http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/index.jsf
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)	Pró-Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas – PROGRAF http://www.ufob.edu.br/index.php/ingresso/assistencia-estudantil/formularios-caaf
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – PROGES/ http://www.ufopa.edu.br/institucional/pro-reitorias/proges
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC/ http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/praeec/
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/ http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE/ http://www.prae.ufpr.br/prae/
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC/ http://www.ufpi.edu.br/praec
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE/ http://www.ufrb.edu.br/propaae/
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	Superintendência Geral de Políticas Estudantis – SuperEst/ http://superest.ufrj.br/
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://www.prae.furg.br/
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE/ http://www.proae.ufrn.br/ (indisponível)
51	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/ http://www.ufrgs.br/prae
52	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSBA)	Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social – PROSIS/ http://www.ufsba.ufba.br/EstruturaGestao
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEX/ https://proex.unifesspa.edu.br
54	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PROEST/ http://ww1.uft.edu.br/index.php/institucional/pro-reitorias/proest
55	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE/ http://www.uftm.edu.br/paginas/pesquisa/cod/19/t/APRESENTACAO
56	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE/ http://www.seprae.univasf.edu.br/
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE/ http://www.ufvjm.edu.br/proace/
58	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES/ http://www.uff.br/?q=grupo/assistencia-estudantil
59	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES/ http://www.proaes.ufra.edu.br/
60	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	Pró-Reitoria de Gestão Estudantil - PROGEST/ http://ww4.ufrpe.br/progest/

N	UNIVERSIDADE FEDERAL	SETOR/SITE CONSULTADO
61	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis-PROAES/ http://r1.ufrrj.br/sba/index.php
62	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PROAC/ http://www2.ufersa.edu.br/portal/proreitorias/proac
63	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional – PROGRAD/Divisão de Assistência Estudantil http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/equipe-e-contato/divisao-de-assistencia-estudantil Assessoria para Assuntos Estudantis – ASSAE http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis

ANEXO A - DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.234/2010 REFERENTE AO PNAES**DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no *caput*, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

- I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no *caput* do art. 2º; e
- II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010